

REVISTA DO /

EXÉRCITO BRASILEIRO

ISSN 0101-7284

Vol. 159 – 3º quadrimestre de 2023

Forjando um exército nacional: a formação da Força Terrestre brasileira na Guerra de Independência do Brasil

Pág. 04

Carlos Roberto Carvalho Daróz

.....

A atuação de Maria Quitéria nas lutas pela independência do Brasil e seu legado à mulher militar em nossas Forças Armadas

Pág. 33

Maristela da Silva Ferreira

.....

A Batalha do Jenipapo: contribuições para a independência

Pág. 50

Carlos Henrique Arantes de Moraes
Miguel Fiuza Neto



Comandante do Exército

Gen Ex Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva

Departamento de Educação e Cultura do Exército

Gen Ex Richard Fernandez Nunes

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

Gen Bda Luciano Antonio Sibinel

Editor

Cel Fábio Ribeiro de Azevedo

Diretor da BIBLIEx

Corpo Redatorial

Cel Eng Vítor Rego de Souza

Cel Art R/1 Antonio Ferreira Sobrinho

Cel Art R/1 Carlos Roberto Carvalho Daróz

2º Ten OTT Ana Beatriz Ramos de Souza

2º Ten OTT Tailane da Silva Rodrigues Marzzollo

Composição

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO (CEPHIMEX)
Avenida Pedro II, 383, São Cristóvão – Rio de Janeiro-RJ
– CEP 20.941-070

Direção, revisão, diagramação e distribuição

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA (BIBLIEx)

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25

3º andar – Ala Marçélio Dias – Centro – Rio de Janeiro-RJ

CEP 20.221-260

Tel.: (21) 2519-5707

Coordenação de Publicações da BIBLIEx

Cel R1 Leocir Dal Pai

Cap R1 Antonio Carlos Manhães de Souza

Revisão

Cel R1 Edson de Campos Souza

Diagramação

3º Sgt Erick Nunes da Costa

Projeto Gráfico

3º Sgt Erick Nunes da Costa

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser enviados para o editor executivo (reb@exao.cb.mil.br) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital gerado por processador de texto, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

Figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi. Tabelas deverão ser fornecidas igualmente em separado, em formato de planilha eletrônica. Gráficos devem ser acompanhados de seus dados de origem. Não serão publicadas tabelas em formato de imagem.

As referências são de exclusiva responsabilidade dos autores e devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



REVISTA DO / EXÉRCITO BRASILEIRO

Vol. 159 – 3º quadrimestre de 2023

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. v.1 - v.8, 1882-1889; v.1 - v.10, 1899-1908; v.1 - v. 22, 1911-1923; v. 23 - v. 130. 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 -24,8cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1899, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.

ACESSE NOSSAS
REVISTAS DIGITAIS:



NOSSA CAPA:

Imagem de capa: A bordo da fragata *União*, o Príncipe Regente D. Pedro ordena ao general português Jorge Avilez que retorne a Portugal, após sua rebelião fracassada em 8 de fevereiro de 1822.

Óleo sobre tela de Óscar Pereira da Silva. Acervo do Museu Paulista (Museu do Ipiranga) – São Paulo. (Domínio público)



PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

EDITORIAL

Caros leitores,

No biênio 2022-2023, o Exército Brasileiro vivenciou intensamente o processo histórico da independência do Brasil de Portugal, por meio da realização de dois seminários internacionais (Lisboa/Portugal e Rio de Janeiro) e três nacionais (São Paulo, Piauí, Bahia). Esses seminários discutiram o papel do Príncipe Regente D. Pedro na liderança do processo de emancipação Política do Brasil de Portugal opondo-se à Revolução Liberal do Porto. O estudo desse processo mostrou, nas pesquisas apresentadas, que a independência não foi pacífica, materializada pelo “grito do Ipiranga”, de 7 de setembro de 1822. Na sua conquista, muito sangue foi derramado, em uma violenta guerra travada pelos partidários da independência contra as forças militares portuguesas estacionadas no Brasil, que somente teve fim em 1824, na província da Cisplatina.

No ensejo dessa comemoração, a *Revista do Exército Brasileiro* oferece uma edição especial dedicada aos 200 anos da independência do Brasil, contendo oito artigos que contemplam os diferentes aspectos do conflito entre portugueses e brasileiros, estudados nos referidos seminários.

Abrindo a revista, o primeiro artigo analisa a formação de um exército nacional brasileiro, organizado a partir das tropas de milícia, desencadeada a partir da crise estabelecida em fevereiro de 1822, quando o general português Jorge Avilez Zuzarte, em uma operação frustrada, tentou conduzir coercitivamente o príncipe regente para Portugal.

As ações navais foram decisivas para a vitória brasileira na Guerra de Independência. Nessa perspectiva, o segundo trabalho realiza uma abordagem acerca da constituição da primeira esquadra brasileira, bem como dos principais combates dos quais ela participou. Em seguida, uma pesquisa destaca a campanha e as ações sob as ordens do brigadeiro Madeira de Mello. Ainda no cenário da guerra na Bahia, o quarto artigo aborda a trajetória de Maria Quitéria de Jesus, a “mulher-soldado”, a “soldado Medeiros”, que ocultou sua condição feminina para ombrear com as tropas brasileiras contra as forças portuguesas.

A Batalha do Jenipapo, travada no sertão do Piauí em março de 1823, foi um dos maiores enfrentamentos da Guerra de Independência, e é a temática do quinto artigo que desenvolve sua contextualização histórica e analisa os movimentos das tropas em combate. O sexto artigo estuda a experiência de José Bonifácio de Andrada e Silva,

EDITORIAL

uma das mais relevantes lideranças do processo de independência, na Europa, onde foi impregnado por ideias emancipacionistas e desenvolveu sua verve de pesquisador científico.

No domínio da micro-história, o sétimo trabalho de pesquisa discute o recrutamento para a Guerra de Independência, com destaque para os soldados negros que participaram do conflito sob o comando do general Pierre Labatut.

Finalizando a presente edição da revista, apresentamos uma reflexão de como chegamos até aos dias de hoje, tendo como pano de fundo o papel do Exército Brasileiro na construção da Nação, ao longo desses 200 anos de Brasil independente.

A equipe editorial e o corpo redatorial da *Revista do Exército Brasileiro* comprazem-se em entregar aos seus leitores esta edição especial e fazem votos de que sua leitura contribua, vivamente, como estímulo ao aperfeiçoamento profissional bem como amplie o conhecimento e o debate na comunidade acadêmica e na sociedade brasileira.

Uma boa leitura a todos!

REVISTA DO /
EXÉRCITO
BRASILEIRO

SUMÁRIO

04 Forjando um exército nacional: a formação da Força Terrestre brasileira na Guerra de Independência do Brasil

Carlos Roberto Carvalho Daróz

18 A independência do Brasil e a formação da primeira esquadra

Carlos André Lopes da Silva

28 Guerra da Independência do Brasil na Bahia

Manoel Passos Pereira

33 A atuação de Maria Quitéria nas lutas pela independência do Brasil e seu legado à mulher militar em nossas Forças Armadas

Maristela da Silva Ferreira

50 A Batalha do Jenipapo: contribuições para a independência

Carlos Henrique Arantes de Moraes

Miguel Fiuza Neto

58 A fase europeia de José Bonifácio

José Geraldo Gomes Barbosa

64 Soldado, por amor?! A independência na Bahia e o Batalhão Negro

Patricia R. C. Wanzeller

76 Contribuições do Exército para vencer as ameaças e superar os óbices interpostos pelos desafios ao processo de construção nacional, ao longo dos 200 anos de independência do Brasil

Antonio Ferreira Sobrinho

Forjando um exército nacional: a formação da Força Terrestre brasileira na Guerra de Independência do Brasil

Carlos Roberto Carvalho Daróz*

O famoso quadro de Pedro Américo que mostra o Príncipe Regente D. Pedro erguendo a espada diante de sua escolta de dragões às margens do rio Ipiranga é, sem dúvida, a mais importante representação da Independência do Brasil. Apesar de guardar imprecisões e encerrar boa dose de licença artística, a obra, associada ao mito da cordialidade nata do brasileiro, ajudou a consolidar na sociedade um consenso de que nosso processo de emancipação política de Portugal teria sido desenvolvido de modo relativamente pacífico, em oposição ao que ocorreu na América Espanhola e nos Estados Unidos da América, onde as revoluções e guerras foram a tônica para encerrar a dominação colonial e conduzir à formação dos novos países.

José Honório Rodrigues, um dos mais destacados historiadores brasileiros de sua geração, no entanto, apresentou uma interpretação diferenciada do nosso processo de emancipação política. Em sua extensa obra *Independência: revolução e contrarrevolução*, publicada em cinco volumes na década de 1970, trouxe uma nova contribuição à historiografia ao assegurar que, longe de ser pacífico, nosso processo de independência também foi violento, e teve sua própria guerra de emancipação. Segundo ele, o processo de emancipação política do Brasil

não foi um desquite amigável, mas uma guerra, maior que a de muitas independências da América, na durabilidade e na mobilização de forças. Quando não houve luta, houve exibição de força, que continha e afastava o inimigo. [...] Daí se segue, como consequência lógica, que nossa história tem horas cruentas, e não é tão cordial como se supõe e se sustenta (Rodrigues, 2002).

Transcorria o mês de janeiro do ano de 1822 na cidade do Rio de Janeiro. Depois de ser pressionado pelas Cortes Constitucionais de Lisboa para retornar a Portugal, o Príncipe Regente D. Pedro recusou-se e afirmou sua disposição em permanecer no Brasil, naquele que ficou conhecido como “Dia do Fico”¹.

A atitude desafiadora do príncipe desagradou os militares portugueses no Brasil, pois estes se colocavam como fiadores da autoridade das Cortes e da Constituição portuguesas. Dois dias depois, soldados da Divisão Auxiliadora, mais poderosa unidade militar portuguesa, baseada no Rio de Janeiro, espalharam-se pelas ruas da cidade, realizando depredações e agredindo os brasileiros que encontravam.

Em meio à desordem, foi descoberto um plano, elaborado pelo comandante da divisão – general Avilez –, que previa o sequestro de D. Pedro e seu

* Cel Art R/1 (AMAN/1991, EsAO/1999). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, com bolsa sanduíche na Université Libre de Bruxelles (UFF-ULB/2023), mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/2018), especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2008) e licenciado em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/2011). Pesquisador-chefe da Seção de Memória Institucional do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHIMEEx) e Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). E-mail cdaroz@yahoo.com.br.

envio à força para Portugal. Tendo tomado conhecimento da manobra, o príncipe regente determinou a mobilização das tropas de 2ª linha – a milícia – para, sob o comando do general brasileiro Joaquim Xavier Curado, fazer frente às tropas portuguesas. Oito meses antes da proclamação da independência do Brasil, surgia, nesse episódio, o Exército Brasileiro.

Para organizá-lo, obstáculos de toda ordem tiveram de ser superados. Um dos maiores foi, sem dúvida, a questão dos recursos humanos. Onde o príncipe regente conseguiria arregimentar homens suficientes para combater as tropas regulares portuguesas? Quem os comandaria? Quem foram os soldados brasileiros da Guerra de Independência? Como esses homens foram organizados?

O transcurso das lembranças do bicentenário da independência do Brasil abriu perspectivas para novos olhares e diferentes interpretações acerca do processo histórico que tornou o país independente de Portugal. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo responder a essas questões e analisar os mecanismos e processos utilizados pelo recém-criado Império Brasileiro para organizar seu exército nacional e dotá-lo com os recursos humanos necessários às ações militares que levariam à consolidação da independência.

O Exército Colonial Português

Para compreender o processo de formação do Exército Brasileiro, é necessária uma breve consideração acerca do sistema militar colonial português no Brasil, desde tempos pretéritos nos quais ainda era colônia de Portugal.

Poucos anos depois de descoberto o Brasil, a Coroa portuguesa procurou ocupar e defender sua nova possessão, implantando o sistema de capitânias hereditárias. Cada capitão-donatário respondia, perante o rei, pela defesa de sua capitania, empregando, para isso, todos os homens válidos, mobilizados em caso de necessidade, sob o comando de experientes oficiais contratados. Embora em pequena quantidade, havia a presença de tropas regulares, sob as ordens do governador-geral.

Em 1570, o Rei D. Sebastião reorganizou a estrutura militar portuguesa², determinando que as vilas e freguesias deveriam proceder ao alistamento dos cidadãos e distribuí-los em companhias de 250 homens. Tal reforma trouxe reflexos à colônia, sendo estabelecidas as tropas de guarnição (ou de linha) e as ordenanças, consideradas tropas auxiliares. As ordenanças possuíam efetivo maior, visto que abrangiam todos os homens válidos, mas um simples exame do efetivo das tropas de linha permite vislumbrar a fraqueza militar do Brasil: no Rio de Janeiro, por exemplo, havia 28 soldados comandados por poucos oficiais; no Ceará, 20, e em Pernambuco apenas 60 soldados regulares (Frota, 2000).

Acompanhando a evolução da arte da guerra na Europa, D. João IV instituiu, em seu exército, o Terço, grande unidade com efetivo de 3.000 homens divididos em 10 companhias de 300 soldados. No Brasil, a introdução do Terço não provocou mudanças substanciais, embora a quantidade de soldados de linha sofresse um aumento, especialmente nas guarnições de Salvador e do Rio de Janeiro, consideradas as mais importantes da colônia.

Em face da constante ameaça de conflito contra franceses e espanhóis, em meados do século XVIII, o Rei D. João V procurou dar uma estrutura mais adequada ao Exército Português, organizando-o em três linhas. A artilharia foi estruturada como arma, tornando-se independente da infantaria. A nova organização dividia o exército em três categorias: tropas de 1ª, 2ª e 3ª linhas.

As tropas de 1ª linha eram constituídas por soldados profissionais, pagos com o soldo e reunidos em terços, até D. João V, ou em regimentos, no século XVIII (Wheling; Wheling, 1994). Inicialmente, a infantaria era constituída na primeira linha por terços regulares e, na segunda, por terços auxiliares, que podiam ser chamados para servir na 1ª linha, em caso de necessidade; a cavalaria era dividida em companhias, enquanto a artilharia formava um corpo separado. Com a transformação dos terços em regimentos, a 1ª linha passou a ser constituída por regimentos de infantaria, cavalaria, dragões e artilharia. No Brasil, os efetivos da 1ª linha variaram no decorrer dos séculos XVIII e XIX, conforme a necessidade e os conflitos.

Em todas as situações, no entanto, o número de soldados regulares era pequeno, se comparado às necessidades da colônia ou ao tamanho da 2ª linha.

As tropas de 2ª linha eram as milícias, compostas por soldados em sua maioria nascidos no Brasil e recrutados nas freguesias de origem. As tropas de 2ª linha eram bem mais numerosas do que as de 1ª, e incluíam soldados de diversas origens – brancos, negros libertos, mestiços –, embora fossem liderados por oficiais brancos. Seus integrantes não recebiam soldo, mas estavam sujeitos a um rígido código disciplinar. Organizada também com infantaria, cavalaria e artilharia, a distribuição de unidades de 2ª linha variava muito de capitania para capitania.

A reputação das tropas de milícia brasileiras no período colonial não era das melhores, o que é compreensível em face do treinamento deficiente e à organização precária. Eram comuns as queixas dos governadores e vice-reis dando conta da “falta de vocação militar do brasileiro”. Por outro lado, Martinho de Melo, secretário da Marinha e Ultramar, afirmava que “as principais forças que irão defender o Brasil são as do mesmo Brasil” (Rios, 2001). Sua observação reveste-se de caráter quase profético, pois, anos mais tarde, seria justamente a milícia quem asseguraria o processo de emancipação do Brasil.

As ordenanças, uma antiga instituição militar portuguesa, constituíam a 3ª linha e arregimentavam todos os homens livres entre 18 e 60 anos de idade, em tese, incapazes de servir nas tropas de 1ª ou 2ª linha. Seus oficiais não recebiam soldo e os soldados eram mobilizados temporariamente, de acordo com a necessidade. Mais que a defesa contra o inimigo externo, as ordenanças destinavam-se à manutenção da ordem interna, como perseguir e capturar bandidos e desordeiros e impedir revoltas entre os escravos. No interior, era comum que as ordenanças fossem organizadas nos diferentes engenhos, cujos senhores as comandavam. As companhias de ordenanças variavam muito de uma região para outra. Na Bahia, por exemplo, havia oito regimentos.

A diferença entre as tropas de 1ª, 2ª ou 3ª linhas pode ser estabelecida segundo a função de cada uma. Tecnicamente, as tropas de 1ª linha se destinavam a defender o território contra ataques do inimigo exter-

no e podiam ser deslocadas para o exterior em caso de guerra. As tropas de 2ª linha tinham por tarefa manter a segurança interna do território e funcionavam como reserva das tropas de 1ª linha, quando mobilizadas para a guerra. As tropas de 3ª linha tinham como atribuição manter a segurança local e geralmente não eram deslocadas para longe de sua sede.

Sob a orientação direta do Marquês de Pombal, o Conde Frederico Guilherme de Schomberg-Lippe foi encarregado de reorganizar o Exército de Portugal segundo o modelo prussiano, prestigiado na Europa após a vitória obtida pela Prússia na Guerra dos Sete Anos, introduzindo nova administração, doutrina, táticas, técnicas e regime disciplinar (Freire, 2005). No Brasil, a missão de promover as reformas no exército coube ao tenente-general João Henrique Böhm, auxiliar do Conde de Lippe, com o cargo de inspetor-geral das tropas sob as ordens e jurisdição do vice-rei Marquês do Lavradio. Böhm chegou ao Brasil em julho de 1763, acompanhado pelo marechal sueco Jacques Funk, quando estava em curso a guerra na região sul, e a Cisplatina, o Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina encontravam-se em poder dos espanhóis. Böhm constatou a precariedade do sistema militar colonial e tratou de reorganizá-lo, além de solicitar novas tropas portuguesas para reforçar a 1ª linha, o que efetivamente ocorreu, com o envio dos regimentos portugueses regulares de Moura, Bragança e Estremoz (Moura, 2001, conforme representação da **figura 1**).



Figura 1 – Soldado português do Regimento de Moura, 1786
Fonte: Biblioteca Nacional

Novas reformas no sistema militar português ocorreram em 1796 com reflexo na colônia, quando as tropas auxiliares (2ª linha) passaram a ser denominadas *regimentos de milícias*. Em 1808 e 1816, novas legislações criaram os batalhões de caçadores e alteraram os quadros de efetivos.

O sistema militar colonial, embora tenha garantido a integridade da colônia em diferentes conflitos, não estava livre de problemas. Os oficiais eram, em sua maioria, portugueses, alguns com valor profissional, outros nomeados para postos elevados por conveniências nobiliárquicas ou familiares. As promoções eram demoradas, não havendo qualquer critério, e alguns oficiais envelheciam em seus postos. Um problema que acompanhou as tropas pagas portuguesas durante todo o período colonial foi o atraso no pagamento do soldo, o que acarretou muitas deserções e alguns motins. Outro problema enfrentado era a baixa qualidade do treinamento das tropas, até mesmo entre as unidades de 1ª linha, teoricamente profissionais e mais bem adestradas. Por fim, a própria atividade militar, desde o recrutamento até o serviço em campanha, era extremamente dura, fazendo com que o soldado vivesse um regime comparado com a escravidão (Frota, 2000). A disciplina, por exemplo, era mantida por intermédio de punições, que incluíam bengaladas, chicotadas, pranchadas e, em alguns casos, a morte.

O Exército Português no Período Joanino

Com a transmigração da Família Real para o Brasil em 1808, D. João encontrou as instituições militares debilitadas e estagnadas. As tropas não eram instruídas adequadamente e sua distribuição geográfica não permitia o emprego eficaz em caso de necessidade. Se a situação na 1ª linha já não era das melhores, a milícia encontrava-se ainda em piores condições. Seus homens demonstravam

tão pouco apego à profissão que, quando não estavam na formatura eram os escravos que

lhes carregavam os mosquetes, os tambores e a própria bandeira do regimento (Lima, 1996).

Diante desse cenário, D. João, por intermédio do Conde de Linhares, seu secretário de Negócios Estrangeiros e Guerra, tratou de implementar melhorias no sistema defensivo do Brasil, criando o Conselho Supremo Militar, impulsionando a fabricação de armas e de pólvora e contratando espingardeiros alemães. Criou a Academia Real Militar, organizou o Arsenal de Guerra, construiu o quartel-general e reorganizou as unidades do Exército.

Para executar sua política externa, que incluiu a invasão da Guiana Francesa e a incorporação da Banda Oriental do Uruguai, D. João dotou o Brasil de um exército moderno.

A partir de 1815, expulsas as tropas de Napoleão de Portugal, chegaram ao Brasil novas unidades do Exército Português. A Divisão de Voluntários d'El Rei, comandada pelo tenente-general Carlos Frederico Lecor e contando com cerca de 10.000 homens, foi enviada para a Cisplatina, a fim de reforçar as tropas de 1ª e 2ª linhas, que, sob as ordens do general Joaquim Xavier Curado (**figura 2**), combatiam os platinos no sul do país.



Figura 2 – Tenente-general Joaquim de Xavier Curado, primeiro comandante do Exército Brasileiro
Fonte: Museu Paulista da Universidade de São Paulo

Para a Corte, em 1817 veio a Divisão Auxiliadora, sob o comando do general Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares, composta por quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia (Machado, 1931). Além dessas forças, chegaram batalhões destinados a Pernambuco, Bahia e Piauí, comandados, respectivamente, pelo brigadeiro José Maria de Moura, pelo brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Mello e pelo major João José da Cunha Fidié. Tais unidades seriam, pouco tempo depois, os principais elementos de resistência à independência do Brasil.

Como resultado das reformas no Exército realizadas por D. João, a distribuição de tropas na Corte em 1817, dois anos depois de o Brasil ter sido declarado Reino Unido a Portugal e Algarves, era a seguinte: Estado-Maior do Exército, Secretaria do Governo das Armas, Inspeção Geral de Artilharia, Inspeção Geral de Infantaria de Linha e Milícias, Inspeção Geral de Cavalaria de Linha e Milícias, Inspeção Geral da Fábrica de Pólvora, Secretaria do Conselho Supremo Militar, Real Corpo de Engenheiros, fortalezas e fortes. Na 1ª linha, havia 3 regimentos de infantaria de linha, o 1º Regimento de Cavalaria do Exército e o Regimento de Artilharia da Corte. A 2ª linha era composta por 15 regimentos de infantaria de milícias e 2 brigadas ligeiras de infantaria de milícias. Tais unidades milicianas tinham como área de responsabilidade, além do Rio de Janeiro, outros distritos e cidades próximos, como Inhomirim, Macacu, Cabo Frio, São Gonçalo, Parati, Resende, Saquarema, Macaé, Campos e São João³.

O processo de independência e a reação militar portuguesa

Mesmo com o território português já livre das tropas franco-espanholas que o haviam invadido, D. João VI – coroado rei de Portugal após a morte de sua mãe D. Maria I – permaneceu reinando do Brasil. Tal postura desagradou aos portugueses reinóis, que não viam a necessidade da presença do rei em território brasileiro e encaravam sua postura como desprestígio a Portugal e às cortes de Lisboa. A reação não tardou e, em 1820, foi deflagrada, na cidade do Porto,

a Revolução Constitucionalista. O movimento, que rapidamente se alastrou para Lisboa e outras cidades e vilas, exigia o regresso da Família Real para Portugal.

Antes de retornar a Portugal, D. João VI baixou decretos e instruções e incumbiu seu filho, o Príncipe D. Pedro, da regência do Brasil. Preocupado com o que ocorria em algumas colônias espanholas vizinhas, o rei recomendou a D. Pedro que tomasse a dianteira dos fatos, caso estes se encaminhassem para a independência do Brasil. Na manhã de 26 de abril de 1821, o Rei D. João VI partiu em direção a Portugal, abrindo uma nova perspectiva para o Brasil. Mesmo com o retorno do rei para Lisboa, logo ficou claro quais eram as intenções do novo poder instalado em Portugal. No que se referia ao Brasil, pretendia eliminar as concessões liberais feitas por D. João no período em que aqui esteve.

As Cortes começaram a tomar medidas para restringir a liberdade administrativa e restaurar monopólios na colônia. Ficou claro para os deputados brasileiros – apenas 75 contra 205 portugueses (Carvalho, 1979) – que nada poderiam fazer para deter o processo de recolonização do Brasil.

Desde o início da Regência, duas forças se contrapuseram: os portugueses, com a intenção de reafirmar a autoridade das Cortes de Lisboa e reduzir os privilégios legados ao Brasil por D. João, e os brasileiros, em busca de autonomia e liberação do domínio imposto por Portugal. Apesar de, inicialmente, as duas correntes coexistirem, não demorou para que as divergências culminassem na radicalização, inclusive com uso da violência, mesmo com as tentativas de D. Pedro em contemporar ou fazer concessões. Grande era o ressentimento entre brasileiros e portugueses.

A marcha dos acontecimentos levou D. Pedro a posicionar-se pela causa brasileira. Diante das repetidas medidas restritivas decretadas pelas Cortes em relação ao Brasil, o príncipe regente percebeu a inexorabilidade da independência do Brasil. Havia, no entanto, um problema: as forças portuguesas existentes no Brasil e o alinhamento político das tropas de 1ª linha, que compreendiam unidades das armas de infantaria, cavalaria e artilharia, e compunham o exército regular. Em algumas províncias, a influência portuguesa era particularmente forte, de modo que

as tropas julgavam-se subordinadas, diretamente, às Cortes de Lisboa. Em outras, entretanto, prevalecia o sentimento de subordinação e lealdade às novas autoridades constituídas no Brasil.

A Divisão Auxiliadora havia sido trazida de Portugal em 1817, por determinação de D. João VI, encontrava-se aquartelada no Rio de Janeiro e, por ação de seu comandante, o general Avilez, colocava-se na posição de fiadora da autoridade das Cortes de Lisboa e guardiã da Constituição de Portugal. Em diversas oportunidades, as ações do príncipe regente foram questionadas por Avilez, submetendo D. Pedro a repetidos vexames. Somente a título de exemplo, D. Pedro determinou, certa vez, um exercício de tiro com a artilharia de milícias da Corte e mandou buscar os canhões e a munição no quartel da divisão, mas Avilez (**figura 3**) desobedeceu à ordem, alegando haver impedimento na Constituição.



Figura 3 – General Jorge Avilez Zuzarte, comandante português que se opôs à autoridade do Príncipe Regente D. Pedro

Fonte: Rio Memórias. Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/11-de-janeiro-de-1822-motim-do-general-avilez/>. Acesso em: 31 ago 2023

Um decreto de 9 de dezembro de 1821 nomeou os novos governadores de armas do Brasil, todos portugueses e diretamente ligados ao governo de Lisboa, causando mais instabilidade no campo militar (Rodrigues, 2002). Diante do apoio a Portugal da maioria das tropas de 1ª linha e dos governadores de armas, ficou claro para os brasileiros e para o Príncipe D. Pedro que a independência somente poderia ser garantida com a existência de uma força militar genuinamente brasileira.

O Brasil estava dividido: a autoridade do príncipe limitava-se, na prática, ao Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As demais províncias estavam alinhadas com as Cortes de Lisboa. Em mais um ato que desafiava a autoridade do príncipe regente, as Cortes determinaram seu regresso a Portugal “para viajar na Europa e aprimorar sua educação na França, Inglaterra e Espanha” (Pinto, 2017). Diante de dezenas de petições que pediam ao príncipe para ficar no Brasil, no dia 9 de janeiro de 1822, D. Pedro resolveu por sua permanência, no que passou à história como “Dia do Fico” (Frota, 2000). A atitude do príncipe, além de desafiadora perante as Cortes, deixou clara sua posição favorável à emancipação do Brasil.



Figura 4 – Marechal de campo Joaquim de Oliveira Álvares, oficial-general português que se filiou ao Exército Brasileiro
Fonte: Silva, 1906

Dois dias depois, contrariada com a decisão do príncipe, a Divisão Auxiliadora se rebelou, sob a orientação do general Avilez. Os soldados portugueses saíram às ruas do Rio de Janeiro, provocando desordens e agredindo os brasileiros que encontravam. Após uma reunião com o príncipe, o tenente-general Joaquim Xavier Curado, brasileiro de 79 anos de idade, o marechal de campo Joaquim de Oliveira Álvares (**figura 4**), português, e o coronel Luís Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, também brasileiro, recomendaram a convocação imediata da milícia. Em poucas horas, mais de 6.000 homens, de todas as idades, acorreram ao Campo de Santana para fazerem parte do Exército do Príncipe. No dia 12, o general Curado foi por D. Pedro nomeado governador de armas da Corte. Surgia, de fato, o Exército Brasileiro.

Após ser rendido no Morro do Castelo, para onde deslocara suas tropas, o general Avilez levou sua divisão para a Ponta da Armação, em Niterói, onde acampou. No dia 9 de fevereiro, D. Pedro foi em pessoa a Niterói e expulsou a Divisão Auxiliadora do Brasil, determinando seu retorno a Portugal (Alexandre, 1998).

Nem o “Fico” nem a expulsão da Divisão Auxiliadora configuraram a ruptura de D. Pedro com as Cortes Constitucionais portuguesas. No dia 7 de setembro de 1822, no entanto, quando o príncipe viajava com sua escolta de Santos para São Paulo, recebeu novas ordens das Cortes de Lisboa que continham restrições humilhantes à sua autoridade. Contrariado, D. Pedro arrancou o laço português de seu uniforme e proclamou a independência do Brasil (Maxwell, 2000).

A Proclamação da Independência do Brasil foi recebida em Portugal como uma declaração de guerra. D. Pedro precisou enfrentar a resistência e a hostilidade de tropas portuguesas estacionadas no Brasil, em um conflito que duraria mais de um ano, tendo como principais cenários as províncias da Bahia, Maranhão, Piauí, Cisplatina e Grão-Pará. O Exército Imperial precisava ser rapidamente organizado. A guerra era inevitável.

Um novo exército emerge da crise

O Brasil necessitava da rápida formação de um exército nacional para garantir a soberania do Império recém-constituído e neutralizar a ameaça das tropas portuguesas. Tal necessidade decorria da presença de soldados portugueses no território recém-emancipado, o que causava instabilidade e revolta entre os brasileiros. A organização de um novo exército, no entanto, enfrentou obstáculos de toda ordem.

Um dos maiores problemas enfrentados pelo governo imperial para organizar seu exército foi a questão do pessoal para mobilizar os novos batalhões e unidades militares, necessários para combater os portugueses. Embora numerosas, as tropas de milícia pró-independência possuíam treinamento limitado e deficiente. Seriam elas capazes de vencer as forças militares profissionais portuguesas? E os oficiais para comandá-las estariam disponíveis? Afinal, as tropas de 1ª linha eram, em sua maioria, formadas por soldados e oficiais portugueses.

O Exército Brasileiro teve origem no sistema militar português e, em função disso, manteve, ao menos inicialmente, organização e estrutura similar. Desde a separação militar entre portugueses e brasileiros, processada por ocasião da revolta da Divisão Auxiliadora no Rio de Janeiro de 11-12 de janeiro de 1822, nenhuma providência foi tomada no sentido de alterar a organização, distribuição, serviço, armamento e equipamento das forças brasileiras até 1824, quando, vencidos os portugueses na guerra, foi formalmente criado o Exército Nacional do Brasil.

Diante da necessidade urgente de arregimentar homens para mobilizar as novas unidades brasileiras – quando unidades de milícia converteram-se em unidades de 1ª linha no Exército Brasileiro (Cidade, 1927) –, é natural que fossem empregadas as duas modalidades comuns para incorporação de soldados: o voluntariado e o recrutamento forçado. Desde 1808, um decreto estabelecia o tempo de serviço militar em 8 anos para os voluntários e 16 anos para os não voluntários, entendendo-se, os recrutados à força.

O voluntário, como o próprio nome sugere, apresentava-se por vontade própria nos quartéis, disposto à luta. Com o propósito de aumentar o alistamento de voluntários após a crise com a Divisão Auxiliadora, D. Pedro reduziu o tempo para os voluntários de oito para três anos de serviço. O fato de ser voluntário não significava que o soldado brasileiro apresentava-se para o serviço apenas por idealismo. Geralmente, tais homens eram provenientes das classes menos favorecidas da sociedade, e acorriam ao exército em busca de emprego ou de melhores condições de vida. Também era comum os filhos de famílias abastadas, considerados incorrigíveis, apresentarem-se como “voluntários” para atenderem a imposições familiares. O cidadão passava de civil a soldado em um processo rápido e não havia muitas exigências para que fosse aceito na força. Após o alistamento, completadas as formalidades administrativas, lidos os artigos do regulamento e conhecidas as penas para o caso de deserção, o novo soldado fazia o juramento à bandeira, era incorporado ao Exército e distribuído a uma unidade de tropa, onde recebia o treinamento para entrar em combate (Cidade, 1927).

A redução do tempo de serviço dos voluntários de oito para três anos, contudo, não foi suficiente para completar as unidades de tropa necessárias ao novo exército e, como solução, recorreu-se a um expediente comum no Exército Português, que era fonte de intermináveis reclamações por parte da população: o recrutamento forçado. Essa modalidade de obtenção de homens recaiu, como de costume, sobre indivíduos de má conduta, vagabundos e ociosos (Lemos, 1996). A legislação estabelecia o universo do recrutamento compulsório: homens brancos e solteiros, pardos e libertos, entre 18 e 35 anos de idade. Ficavam de fora algumas categorias julgadas essenciais, como caixeiros, boleiros, feitores, administradores de fazendas, marinheiros, estudantes com bom aproveitamento ou trabalhadores de unidades fabris⁴.

Para se ter uma ideia da legislação que regulamentava o recrutamento forçado e o universo para aquisição de recrutas, transcreve-se o Decreto nº 9-Guerra, de 11 de fevereiro de 1811, assinado pelo Conde de Linhares:

Ilmo. e Exmo. Sr. – Fazendo desde já necessário 200 a 300 homens para cada um dos três regimentos de Infantaria e Artilharia desta Côrte, apesar de ainda não se acharem feitos os quartéis respectivos: é o Príncipe Regente Nosso Senhor servido, que V. Exa de acordo com o Intendente Geral de Polícia proceda a um recrutamento do mencionado número de homens, que vem a ser 800 a 1200, na forma seguinte. V. Exa. expedirá uma circular a todos os Commandantes de Milícias desta Capitania, para que, destinando cada um delles as suas vistas sobre os indivíduos que tiverem nos seus districtos, que sejam de má conducta, ou vagabundos, ociosos, de os prender em um só dia, afim de que sendo deste modo sorprendidos, não tenham tido meios de subtrahir-se, e immediatamente os remetterão para esta Capital, à ordem de V. Exa (Brasil, 1911).

Como havia reações por parte de alguns que não desejavam ser incorporados ao exército, a atividade de recrutamento era feita, muitas vezes, em condições que beiravam a brutalidade. Na chegada ao Rio de Janeiro, era comum ver os brasileiros recrutados no interior, manietados em grupo. Por fora, formando o quadrado, a escolta armada que, com frequência, desferia porretadas nos mais agitados (Lemos, 1996).

As ações de captação de voluntários e de recrutamento deram resultado, ao menos quantitativamente, e as guarnições do Exército Brasileiro começaram a ser completadas. Preenchidos os claros na 1ª linha, em seguida os homens restantes eram distribuídos à 2ª linha e às ordenanças. Em que pese a qualidade e o espírito combativo duvidosos desses homens, foram eles que combateram e expulsaram os portugueses do Brasil.

Na luta pela independência, o Exército Brasileiro contou com o apoio dos negros e mestiços. Por todo o Brasil, formaram-se milícias de negros e pardos. Ao se apresentar como voluntário, o negro precisava apresentar testemunhas que assegurassem sua condição de liberto. Geralmente, os mulatos eram distribuídos aos corpos de tropa de 1ª linha, enquanto os negros libertos formavam batalhões especiais denominados “Henriques”, trazendo à memória Henrique Dias, combatente negro que ajudou a expulsar os holandeses do Brasil. Além dos batalhões “Henriques” (figura 5), que possuíam estrutura e efetivos correspondentes aos caçadores, também foi organizado um batalhão de artilharia de negros livres, comandado por oficiais negros.



Figura 5 – Oficial e soldado de batalhão de caçadores “Henriques”. A tropa de soldados negros, inspirada nas ações de Henrique Dias, desempenhou relevante papel na Guerra de Independência do Brasil
Fonte: Barroso; Rodrigues, 1994

Apesar da participação efetiva dos negros na guerra – particularmente na Bahia –, muitos oficiais e membros da sociedade brasileira julgavam ser uma temeridade armar negros e mestiços, pois temiam uma rebelião destes contra as classes dominantes. Além dos negros, uns poucos indígenas tomaram parte das lutas pela independência na Bahia. No acampamento de Pirajá, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque trouxe, junto com suas tropas, índios armados com flechas (Amaral, 1857), provavelmente motivados pela alimentação que poderiam obter junto às tropas. Muito embora tenham atuado em pequena escala, os índios baianos não foram incorporados formalmente às fileiras do exército e, em função das desordens que provocavam, acabaram afastados das forças brasileiras (Guerra Filho, 2004).

Também na Bahia, combateram os portugueses os Corpos de “Jagunços” e de “Couraças”, de trajes exó-

ticos de couro – daí o nome dessa tropa – e armamento irregular, surgidos do próprio solo e cobrindo-se com o chapéu dos vaqueiros. Tais “couraças” ressurgiram 40 anos mais tarde, atuando como voluntários na Guerra da Tríplice Aliança (Barroso, 2000).

Na luta entre brasileiros e portugueses, é interessante observar que, embora pareça ser um paradoxo, brasileiros lutaram pela causa portuguesa ao mesmo tempo em que portugueses optaram pela independência do Brasil. No Maranhão e no Piauí, por exemplo, o major João José da Cunha Fidié combateu os partidários da independência com soldados brasileiros, sem que houvesse um único português em seu efetivo de praças. O baiano Luís Paulino de Oliveira Pinto da França foi o único general nascido no Brasil que serviu a Portugal na luta pela emancipação do Brasil (Rodrigues, 2002; Monteiro, 1927).

Na contramão desse processo, no entanto, diversos portugueses, de simples soldados até generais, optaram pela fidelidade a D. Pedro e foram admitidos no Exército Brasileiro. A primeira vez que soldados portugueses bandearam-se para as forças brasileiras ocorreu após os tumultos provocados pela Divisão Auxiliadora nos dias 11 e 12 de janeiro de 1812. Depois de dominar a rebelião e determinar que a divisão se transferisse para Niterói, D. Pedro convidou os soldados a darem baixa do Exército Português, prometendo-lhes terras e promoções, ao mesmo tempo em que os intimidava com a possibilidade de enviá-los para guerrear na Europa. Apesar da tentativa do general Avilez de impedir a saída dos soldados, calcula-se que entre 400 e 600 soldados abandonaram as fileiras da Divisão Auxiliadora e foram incorporados ao Exército Brasileiro (Monteiro, 1927).

A segunda incorporação de portugueses ao novo exército ocorreu em 9 de março de 1822, por ocasião da chegada ao Rio de Janeiro da esquadra que trazia tropa portuguesa de 1.250 homens, sob o comando do coronel Antônio Joaquim Rosado⁵. D. Pedro instou as tropas a obedecerem a suas ordens e somente permitiu o desembarque dos soldados que decidissem passar para os corpos brasileiros. Quase 900 praças desembarcaram, com o compromisso de servirem como voluntários por um período de 3 anos, e foram distribuídos por diversos corpos de tropa de 1ª linha

do Rio de Janeiro. Não foram aceitos oficiais portugueses, em função de sua lealdade duvidosa à causa brasileira.

Uma terceira incorporação de portugueses causou indignação e revolta entre os brasileiros, quando foram admitidos soldados portugueses – prisioneiros de guerra na Bahia – nos corpos do Rio de Janeiro. Tal medida foi causa de acalorados debates na imprensa e na Assembleia Constituinte.

Diversos oficiais portugueses optaram por servir ao Brasil e desempenharam papel relevante na criação do novo Exército Brasileiro. Entre eles, destaca-se o marechal de campo Joaquim de Oliveira Álvares, português da Ilha da Madeira, que se posicionou ao lado de D. Pedro durante a crise provocada pelo levante da Divisão Auxiliadora e se tornou um dos primeiros ministros da Guerra do Brasil.

Outra solução adotada para dotar o exército com soldados em número apropriado foi a contratação de soldados mercenários na Europa. Depois de cogitar, sem sucesso, a obtenção de soldados na Áustria, Inglaterra e França (Lemos, 1996), surgiu como alternativa o recrutamento de alemães (**figura 6**). Para burlar a legislação da maioria dos países europeus, inclusive de diversos Estados alemães, que proibia a saída de mercenários, os soldados foram recrutados sob o estatuto de colonos.



Figura 6 – Mercenários contratados em diferentes Estados germânicos para comporem as fileiras do novo Exército Brasileiro

Fonte: Barroso; Rodrigues, 1994

Coube ao médico alemão Johann Anton von Schaeffer a tarefa de trazer colonos e soldados para o Brasil. Tendo chegado ao Brasil em 1821 e nomeado major da Guarda Imperial pelo Imperador D. Pedro I, Schaeffer foi designado *agente de afazeres políticos* no Brasil, por influência de José Bonifácio. Sua missão foi assim definida em correspondência de Bonifácio para Schaeffer, datada de 21 de agosto de 1822:

[...] Depois de ter saudado as vistas de Corte de Viena e de outros príncipes da Alemanha, e de ter procurado interessá-los a favor do Brasil, passará a outro ponto essencial de sua missão, que vem a ser: ajustará uma colônia rural-militar que tenha pouco mais ou menos a mesma organização dos Cossacos do Don e do Ural; a qual se comporá de duas classes.

1ª De atiradores que debaixo do disfarce de colonos serão transportados ao Brasil, onde deverão servir como militares pelo espaço de seis anos.

2ª De indivíduos puramente colonos, aos quais se concederão terras para seu estabelecimento, devendo porém servirem como militares em tempo de guerra, à maneira dos cossacos ou milícia armada, vencendo no tempo de serviço o mesmo soldo que tem as milícias portuguesas quando se acham em campanha.

Quanto a 1ª Classe composta dos indivíduos que devem servir como militares pagos, ou soldados, pelo espaço de seis anos, logo que expirar esse prazo entrarão na 2ª Classe e receberão terras para as cultivarem [...] (Brasil, 1972).

Vencidas dificuldades de toda a ordem, Schaeffer conseguiu trazer os mercenários alemães a tempo de incorporá-los ao Exército Brasileiro, os quais foram reunidos no Batalhão de Estrangeiros⁶, sob o comando do tenente-coronel Jean Auguste Bellard, francês, antigo sargento da Guarda Nacional de Paris.

A busca de recursos humanos para o exército no estrangeiro não ficou restrita aos soldados. Para comandar o novo exército que se formava, cogitou-se buscar um general com experiência, sendo o principal candidato o general Sir Robert Wilson, que comandara as tropas anglo-portuguesas contra as tropas de Napoleão durante a Guerra Peninsular. Embora tal medida não tenha se concretizado – o Exército Brasileiro foi comandado por um general brasileiro, Joaquim Xavier Curado –, coube ao francês Pierre Labatut (Ruy, 1960), também veterano das Guerras Napoleônicas, o comando das tropas nacionais bra-

sileiras contra os portugueses na Bahia (Rodrigues, 2002).

Voluntários, recrutas compulsórios, negros, mestiços, índios, portugueses e estrangeiros; esses homens fizeram o Exército Brasileiro de 1822 (**figura 6**). Embora heterogêneos e insuficientemente treinados, os soldados brasileiros conseguiram expulsar as tropas portuguesas leais às Cortes de Lisboa e consolidar, pelas armas, a independência do Brasil.

Vencida a Guerra de Independência, a força que existia de fato passou a sê-lo de direito. Por intermédio da Lei de 1º de dezembro de 1824 (Brasil, 1886), foi formalmente organizado o primeiro exército regular do país – o Exército Imperial Brasileiro (**figura 7**). Algumas unidades foram extintas e outras se fundiram, dando origem a uma nova estrutura militar, a primeira de vulto no Brasil. Foram mantidas a 1ª e a 2ª linhas, com concepção semelhante às adotadas pelo exército nos tempos coloniais, ao passo que a 3ª linha foi extinta. Foram atribuídos números às diversas unidades, resultando em uma organização mais funcional.



Figura 7 – Soldados brasileiros, ditos “periquitos”, devido aos detalhes de fardamento verde-amarelos, que os diferenciavam das tropas portuguesas

Fonte: Barroso; Rodrigues, 1994

Considerações finais

As pressões que assolaram o Brasil após o retorno do Rei D. João VI para Portugal conduziram a uma ruptura entre o príncipe regente e as Cortes Consti-

tucionais de Lisboa e, como em todas as rupturas, o emprego do poder militar tornou-se relevante e essencial. Se, por um lado, Portugal utilizou suas tropas no sentido de impedir a emancipação, no sentido oposto os brasileiros e partidários portugueses de D. Pedro sentiram a necessidade de organizar um exército próprio, que fosse capaz de se contrapor ao poderio militar luso.

Gestado e nascido no seio do Exército Português, a Força Terrestre brasileira herdou muitas de suas características, tendo em comum a organização, o armamento, o recrutamento, os uniformes e a hierarquia, entre outros aspectos. A separação militar entre os dois exércitos deu-se, na verdade, no confronto ocorrido no Rio de Janeiro nos dias 11 e 12 de janeiro de 1822, quando o general Avilez insubordinou-se com sua Divisão Auxiliadora, e D. Pedro foi obrigado a mobilizar a milícia para enfrentar, inclusive, a ameaça de ser sequestrado e levado à força para Portugal. A partir daí, mesmo que ainda não houvesse sido proclamada a independência do Brasil, tornou-se imperativo para as tropas realizarem a opção pelo Brasil ou por Portugal.

Como a maioria das unidades regulares no Brasil era portuguesa, a organização das forças brasileiras baseou-se, fundamentalmente, nas milícias e ordenanças, tropas de 2ª e 3ª linhas, que, de uma hora para outra, foram alçadas à condição de 1ª linha do Exército Brasileiro. Apesar de possuírem treinamento de baixa qualidade e organização deficiente, coube a esses homens lutar na Guerra de Independência do Brasil

O Exército foi criado e forjado na luta contra os portugueses. Por ocasião da Aclamação de D. Pedro como imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822, já era uma força regular organizada e treinada sob a liderança do general Joaquim Xavier Curado. Pouco mais de um ano depois, finalizada a guerra, contava com mais de 4.500 homens, experientes e endurecidos pelo combate.

Às tropas da milícia, convocadas por todo o território para sustentar a causa da independência, juntaram-se alguns elementos dos corpos de tropa de linha, organizados sob o calor dos acontecimentos. Ao lado de voluntários e recrutas compulsados, cerra-

ram fleiras escravos libertos, portugueses que optaram pela causa brasileira e mercenários estrangeiros. Lutaram em diferentes regiões do imenso território brasileiro e conseguiram repatriar para Portugal as tropas fiéis às Cortes.

Os soldados da independência, muitos dos quais tiveram seus nomes perdidos no tempo, foram os artífices de uma separação que não foi amigável. Pelo

contrário, processou-se com lutas e a custo de muito sangue derramado. Cumpriram sua função de vencer pelas armas as resistências ao processo de independência e consolidaram a unidade do país que nascia. O soldado brasileiro de 1822-1824 correspondeu plenamente aos anseios do Brasil, integrando um exército improvisado, que fez pela nação muito mais do que dele era possível esperar.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). **História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)**, v. 4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p. 7-39.

ALMANAQUE do Rio de Janeiro para o ano de 1817. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 290, p. 315-346.

AMARAL, Braz. **História da independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.

ANDRADE, Manuel. **Pernambuco: cinco séculos de colonização**. João Pessoa: Grafset, 2004.

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, José Washt. **Uniformes do exército brasileiro (1730-1922)**. Brasília: Saga, 1994.

BRASIL. **A obra política de José Bonifácio**. Brasília: Senado Federal, 1972.

BRASIL. Império do Brazil. Collecção das Leis. **Decreto de 1º de dezembro de 1824** – Dá organização aos Corpos de 1ª e 2ª linha do Exército. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BRASIL. Império do Brazil. **Índice das Decisões**, 1811. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B4.pdf>. Acesso em: 18 abr 2021.

CARVALHO, Manuel Emílio. **Os deputados brasileiros nas Cortes de 1821**. Brasília: Senado Federal, 1979.

CIDADE, Francisco de Paula. **O soldado de 1827**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1927.

DARÓZ, Carlos. **A guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil**. Recife: EDUFPE, 2014.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

FREIRE, Miguel. Um olhar actual sobre a “transformação” do Conde de Lippe. **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 112, p. 137-166, out/nov, 2005.

FROTA, Guilherme. As lutas da Independência do Brasil. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, v. Especial, n. 87, p. 181-196, 2001.

FROTA, Guilherme. O exército e o Rio de Janeiro: evolução histórica. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, n.85, p. 95-104, 1999.

FROTA, Guilherme. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando. **O povo e a guerra**: participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. Salvador: UFBA, 2004.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os mercenários do imperador**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

LIMA, Oliveira. **D. João no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MACHADO, Francisco Lacerda. **O tenente-general Conde de Avilez (1785-1845)**. Gaia: Edições Pátria, 1931.

MAGALHÃES, J. B. **Evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem incompleta**: a experiência brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MELO, Evaldo Cabral. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Forense, 1975.

MONTEIRO, Tobias do Rego. **História do Império**: a elaboração da independência. Rio de Janeiro: Briguiet, 1927.

MOURA, Aureliano. Os regimentos portugueses no Brasil – Moura, Bragança e Estremoz. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro, v. Especial, n. 87, p. 162-173, 2001.

O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL. **Rio de Janeiro**: Biblioteca do Exército/Salvador: Odebrecht, 1998.

PINTO, Paulo Sousa. **Os Dias da História**: o Dia do Fico. Lisboa: RTP Ensina, 2017.

RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro, v. Especial, n. 87, p. 14-27, 2001.

RODRIGUES, José Honório. **Independência**: revolução ou contrarrevolução. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

RUY, Afonso. **Dossier do marechal Pedro Labatut**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal militar**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994.

SILVA, Alfredo. **Os generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889**. Rio de Janeiro: M. Orosco & Co, 1906.

SOUZA, Adriana Barreto. **O exército na consolidação do império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Exército, milícias e ordenanças. **Revista Da Cultura**. Rio de Janeiro, n.14, p. 26-32, 2008.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Notas

¹ Na ocasião, José Clemente Pereira leu o documento para o príncipe, que teria respondido com as seguintes palavras: “Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico”. O episódio foi importante para o processo de independência, pois assinalou a primeira adesão pública do príncipe regente à causa brasileira.

² Cf. Regimento dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de cavalo e de pé. Acervo do Arquivo Histórico Militar do Exército Português. Lisboa.

³ Cf. Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 290, p. 315-346, jan/mar 1971.

⁴ Cf. Decreto nº 67-Guerra, de 10 de julho de 1822, regulando o recrutamento para o Exército e a Marinha. A primeira lei brasileira regulando o serviço militar.

⁵ A esquadra, comandada pelo chefe de divisão Francisco Maximiano de Souza, trazia ao Brasil as tropas portuguesas que iriam substituir a Divisão Auxiliadora, sem saber que esta havia sido expulsa por D. Pedro.

⁶ O Regimento de Estrangeiros foi criado por Decreto de 8 de janeiro de 1823 e, devido à ativação de apenas um de seus batalhões, ficou popularmente conhecido como “Batalhão de Estrangeiros”.

A independência do Brasil e a formação da primeira esquadra

*Carlos André Lopes da Silva**

A manhã estava triste e escura quando a *Pedro Primeiro*, a *Maria da Glória*, a *União* e a *Liberal* levantaram âncora, mas exatamente quando a pequena esquadra passava diante de Santa Cruz e a fortaleza começou a salvar, o Sol rompeu de detrás de uma nuvem e um jorro de luz amarela e brilhante desceu sobre o mar por trás dos navios. Parecia então que eles flutuavam na glória; e esta foi a última visão que tive de meu amável amigo.

Graham, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil* e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823 (tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 247.

Introdução

A epígrafe descreve a saída da primeira esquadra brasileira da baía de Guanabara rumo ao litoral baiano em 1º de abril de 1823. Era a primeira missão da Nau *Pedro I*, a “nova” capitânia daquela esquadra – e também a primeira da força naval sob o comando geral de um estrangeiro, o ex-oficial da *Royal Navy* Thomas Cochrane –, tendo como objetivo primário colocar sob bloqueio naval a cidade de Salvador, ocupada por forte guarnição militar portuguesa. A espectadora, Maria Dundas Graham (1785-1842), é a autora de um primoroso diário de viagens sobre o Brasil do início da década de 1820, um gênero literário popular nos círculos letrados europeus da virada dos séculos XVIII e XIX. Ela teria acompanhado a cena do outeiro da Glória, onde residia naquele primeiro outono do Brasil independente.

Seu interesse na partida daqueles navios de guerra ia além da beleza quase desenhada com palavras por

essa intelectual que dominava tanto a arte da escrita como a da pintura. A inglesa Maria Graham era viúva do *Captain* Thomas Graham, oficial escocês da *Royal Navy*, que tinha falecido cerca de um ano antes, quando o navio que comandava, a fragata *HMS Doris*, vencia o Cabo Horn para aportar em Valparaíso, Chile. Acompanhando seu esposo naquela comissão aos mares austrais, situação permitida para as esposas de oficiais da *Royal Navy* na época, a recém-viúva foi acolhida pelo também escocês Thomas Cochrane, que comandava a Marinha chilena na Guerra de Independência do Chile e Peru. Sozinha em um país desconhecido e em guerra, aceitou o convite de Cochrane para acompanhá-lo ao Rio de Janeiro, onde assumiria o comando da esquadra do Império recém-constituído por um príncipe europeu, começando uma amizade manifesta em diversas passagens do seu diário de viagens publicado na Inglaterra em 1824.

Parece provável, contudo, que qualquer inglês letrado que tenha vivido na virada dos séculos XVIII para o XIX reconhecesse a potência que uma esquadra bem constituída e equipada conferia a uma nação em guerra, pois foi a *Royal Navy* a principal defesa das Ilhas Britânicas, e de todo o império ultramarino inglês, contra o impulso expansionista da França de Napoleão Bonaparte. Enquanto os exércitos dos reinos e principados europeus eram dizimados pela competência tática e ardor patriótico do Exército francês, no mar os navios britânicos mantinham abertas as linhas de comunicação marítimas com os polos produtores de matérias-primas da Ásia e da América, fundamen-

* Capitão de fragata (1), mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e especializado em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e correspondente do Instituto de Investigaciones Históricas y Culturales de Corrientes. Chefe do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

tais para o crescente segmento manufatureiro doméstico após o Bloqueio Continental imposto por Napoleão a partir de 1806. Quando seu derradeiro aliado na Europa Ocidental foi ameaçado pelo exército de Napoleão, a solução quase que imposta pelo governo britânico foi a transferência de uma casa real europeia para sua mais importante colônia nos trópicos.

O prelúdio do poder naval autóctone - a vinda da Armada Real para a América Portuguesa

A transmigração da Família Real portuguesa para território brasileiro, em 1808, foi possível graças à Armada Real, que fez cruzar o Atlântico a Corte e os principais funcionários do governo em 15 navios de guerra, que contaram com a escolta de força naval britânica sob comando do contra-almirante Sidney Smith, enquanto o exército franco-espanhol do general Jean-Andoche Junot cruzava a fronteira entre Espanha e Portugal, iniciando a Guerra Peninsular (1807-1814).

A colaboração entre a Armada Real e a *Royal Navy* também esteve presente na primeira ação militar contra a França de Napoleão, levada a cabo desde a América Portuguesa: a ocupação da Guiana Francesa em 1809. Embora a maior parte do esforço militar tenha sido dirigido pelo tenente-coronel José Narciso Magalhães de Meneses, capitão-general do Grão-Pará, capitania fronteira à Guiana Francesa, foram os brigues *Infante D. Pedro* e *Voador*, da Armada Real, e a corveta *Confiance*, da *Royal Navy*, que proporcionaram à força atacante mobilidade conjugada com poder de fogo que permitiu o enfrentamento dos fortes franceses ao longo dos rios Approuague e Mahury e, finalmente, a conquista da vila de Caiena em 12 de janeiro de 1809.

A ação seguinte da esquadra portuguesa, sediada no Rio de Janeiro durante a permanência de D. João VI no Brasil, ocorreu no extremo oposto do território. Em 1816, uma portentosa força naval, comandada pelo chefe de divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, transportou os quase 5.000 homens da Divisão de

Voluntários Reais para ocupar a Banda Oriental, atual Uruguai, então parte do Vice-Reinado do Rio da Prata do império ultramarino espanhol, em franca desagregação após as Guerras Napoleônicas (1803-1815). Uma ocupação transitória pela Coroa portuguesa da Banda Oriental, convulsionada pelo movimento independentista liderado por Gervásio Artigas, sob a alegação de preservar sua posse para a Coroa espanhola, acabou tornando-se definitiva em 1821 com a fragmentação generalizada dos vice-reinados espanhóis na América.

No ano seguinte, em 1817, foram os navios da Armada Real, também sob o comando geral de Rodrigo José Ferreira Lobo, que atuaram no sufocamento da Revolução Pernambucana, movimento separatista e republicano que se estendeu à capitania da Paraíba. Empregando táticas comuns à guerra naval do período napoleônico, o porto de Recife foi colocado sob bloqueio, forçando o abandono daquela capital pelos revolucionários e facilitando o emprego das tropas portuguesas, que marcharam sobre o sertão pernambucano desde a Bahia.

Durante todo o período em que a governação portuguesa foi exercida a partir do Rio de Janeiro, o emprego dos navios de guerra sediados em portos americanos se deu em ações subordinadas às operações em terra. Isso ocorreu impondo o bloqueio naval e eventual apoio de fogo que enfraquecesse a resistência dos oponentes, ou, na maioria das operações, simplesmente provendo o transporte de tropas para os locais em conflito.

Considerado o ano de 1808 como marco na fixação do poder naval no território com a transferência de sede de diversos navios de guerra acompanhando a Coroa portuguesa, mas, sobretudo, com o estabelecimento de toda a estrutura administrativa, logística e técnica de uma marinha de guerra na colônia, a oportunidade do poder naval de exercer toda a sua potência veio, justamente, com a dissolução dos laços coloniais. Em suma, o poder naval, introduzido de maneira permanente no território com a transferência da Corte portuguesa, acabou convertendo-se no instrumento para que a aclamação de independência, bradada no Rio de Janeiro, chegasse forte aos extremos norte e sul da nova nação.

A relevância do poder naval para os partidários da independência

A instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, denominada de “Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, que impunha a monarquia constitucional ao Rei D. João VI, obrigou seu retorno a Portugal em 26 de abril de 1821, transferindo o próprio governo do Reino de volta ao continente europeu. Dado, contudo, o grau de autonomia alcançado pela colônia transformada em Reino Unido a Portugal em 1815, o rei nomeou D. Pedro de Alcântara, seu primogênito, como príncipe regente do Reino do Brasil, pelo decreto de 22 de abril de 1821. Tal ato foi de encontro às expectativas majoritárias nas Cortes de Lisboa, que pretendiam reerguer as finanças lusas da situação calamitosa provocada pela Guerra Peninsular e pelo isolamento da metrópole do seu império ultramarino após a transferência da capital do Reino para o Rio de Janeiro, com a anulação das liberdades fiscais e comerciais conquistadas pelo Reino do Brasil a partir de 1808 e o retorno ao exclusivismo colonial.

A tentativa do governo do Rio de Janeiro de se contrapor à disposição de “recolonização” das Cortes encontrava-se dificultada pela presença de contingentes navais e militares portugueses em diversas províncias litorâneas, robustecidos pela decisão das Cortes, no final de 1821, de que os governadores de armas provinciais ficariam subordinados diretamente a Lisboa e a consecutiva nomeação de 12 novos ocupantes desses cargos, que concentravam o comando de todas as forças navais, militares e de milícia assentadas nas províncias. No princípio de 1822, as províncias do Norte, a Bahia e a Cisplatina – as duas últimas sediando batalhões “europeus” do Exército português –, não reconheciam a autoridade do príncipe regente, subordinando-se diretamente às Cortes de Lisboa, e outras províncias tinham posição dúbia, dada a recorrente notícia de que o governo de Lisboa enviaria mais tropas ao Brasil.

Os partidários da causa independentista junto a D. Pedro viam como essencial a manutenção da integridade territorial, mas reconheciam que o tamanho do

Brasil e a deficiente – ou, para diversas regiões, inexistente – comunicação por terra tornavam urgente a manutenção das linhas de comunicação marítima entre o Rio de Janeiro e as demais províncias abertas. Se o tamanho do Atlântico era fator desfavorável para o pronto envio de reforços militares por Portugal, seu regime de ventos e correntes também propiciava comunicação mais rápida das províncias do Norte com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Urgia a organização de uma esquadra que pudesse impedir a chegada por mar de reforços europeu para as províncias sob domínio das Cortes e levar a emancipação aos pontos mais extremos, combatendo e expulsando as unidades militares portuguesas do território.

E o centro de gravidade da disputa política, que se tornou militar com a permanência do príncipe regente no Brasil, desobedecendo ordens diretas das Cortes, em janeiro de 1822, era a província da Bahia. Com um forte contingente militar controlando a cidade de Salvador e seus arredores, o governador das armas, brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, desde sua conturbada posse em fevereiro de 1822, combatia as milícias aderentes ao príncipe regente, que formariam um governo provisório para a província na Vila de Cachoeira, e a “guerrilha naval” liderada pelo segundo-tenente João Francisco de Oliveira Botas, então patrão-mor do Arsenal da Marinha da Bahia, que empregou pequenas embarcações armadas sediadas na Ilha de Itaparica para fustigar o tráfego marítimo que abastecia a capital.

A posição militar de Madeira de Melo vinha sendo robustecida pelos reforços que chegavam pelo mar. Ainda em fevereiro, dois dos sete navios-transporte que conduziram a guarnição militar portuguesa do Rio de Janeiro, expulsa pelo Príncipe Regente D. Pedro, escaparam da escolta dos navios da esquadra do Rio de Janeiro e se abrigaram em Salvador. Em agosto, 700 soldados chegaram em 3 navios-transporte e, 2 meses depois, entrava no porto de Salvador a nau *D. João VI*, que, além de escoltar navios-transporte que levavam 1.200 soldados, trazia o novo comandante geral da esquadra portuguesa surta na Bahia, o chefe de divisão João Félix Pereira dos Campos.

A localização central da província da Bahia no território colocava-a como obstáculo à adesão das

províncias do Norte à causa do príncipe regente no Rio de Janeiro e, mantido o contínuo fluxo de tropas desde Portugal para Salvador, tornava aquela cidade a ponta de lança para a recolonização das províncias independentistas. A chegada dos navios do chefe de divisão Félix dos Campos provocou, no Rio de Janeiro, o temor de que seu porto logo fosse bloqueado por navios portugueses, plano que chegou a ser cogitado por Madeira de Melo.

Ações preliminares da esquadra sediada no Rio de Janeiro

A primeira ação naval contra os portugueses encastelados em Salvador coube à força naval comandada pelo chefe de divisão Rodrigo de Lamare, que transportou o general Pierre Labatut para assumir o comando unificado das milícias independentistas que lutavam no Recôncavo Baiano. A força naval – formada pela fragata *União*, corveta *Maria da Glória*, comandada pelo capitão de mar e guerra Luís da Cunha Moreira (que em poucos meses se tornaria o primeiro brasileiro nato a exercer o cargo de ministro da Marinha), corveta *Liberal* e brigue *Reino Unido* –, transportava armas, suprimentos e um contingente de cerca de 300 soldados de unidades do Rio de Janeiro. Ordens complementares, pouco claras e carecendo de agressividade, determinavam o bloqueio naval do porto de Salvador.

A força naval partiu em 14 de julho de 1822 e, na madrugada de 4 de agosto, fez contato com cinco navios de guerra enviados da Bahia para interceptar os navios a serviço de D. Pedro. Sinais de amotinamento nas tripulações e nas tropas embarcadas, essencialmente compostas de nascidos em Portugal, levaram De Lamare a evitar até mesmo a comunicação pacífica com o brigue *Audaz*, que se aproximou dos navios brasileiros com bandeira parlamentar. O desembarque das tropas, planejado para alguma localidade ao norte de Salvador, como Itapuã ou Casa da Torre, ocorreu em Jaraguá, Alagoas, em 18 de agosto. Os continuados indícios de amotinamento fizeram De Lamare reunir os comandantes e demais oficiais em conselho, quan-

do a maioria deliberou pelo regresso ao Rio de Janeiro, temendo que marinheiros e soldados amotinados pudessem tomar os navios e entregá-los a Madeira de Melo. Apoiado por Luís da Cunha Moreira e outros dois oficiais, De Lamare contrariou o aconselhamento da ampla maioria de seus oficiais e seguiu suas ordens de colocar Salvador sob bloqueio, mas motins ocorridos na capitânia e na corveta *Liberal* fizeram-no mudar de ideia e retornar ao Rio de Janeiro.

No interregno das operações navais na Bahia, fez vela do Rio de Janeiro para a Cisplatina a primeira força naval que ostentou a bandeira do Império, apenas quatro dias depois que fora içada no navio que seria a capitânia da nova esquadra, a nau *Pedro I*, ex-*Martim de Freitas*. Essa força tinha a finalidade de escoltar, no retorno a Portugal, o contingente militar fiel às Cortes que ocupava Montevidéu, pois, em 8 de outubro, seu comandante, o brigadeiro D. Álvaro da Costa de Souza Macedo, anunciou que estaria disposto a regressar a Lisboa, entregando a cidade às forças brasileiras que a cercavam. O comando da força naval constituída pelas fragatas *União* (capitânia) e *Real Carolina* e pela corveta *Liberal*, escoltando cinco navios-transporte, foi entregue ao capitão de mar e guerra David Jewett, estadunidense que tinha sido recrutado, como muitos outros estrangeiros com experiência na guerra naval, para a nova Marinha Imperial. O resultado, contudo, dessa primeira expedição sob a bandeira imperial, senão malogrado, mostrou-se inconcluso. Quando a força naval chegou a Montevidéu, em 29 de novembro, D. Álvaro da Costa já tinha desistido da evacuação de suas tropas, em razão de ter estabelecido contato com o governador das armas da Bahia e reconhecido uma conjuntura favorável para as Cortes de Lisboa.

Jewett foi novamente convocado para comandar uma força naval sob a bandeira imperial em janeiro de 1823, quando os ainda poucos navios disponíveis na esquadra brasileira foram utilizados para transportar 700 soldados profissionais do fidelíssimo Batalhão do Imperador, comandados pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva. Embora essa força naval fosse constituída de seis navios, incluído a renomeada *Piranga* (ex-*União*), um modelo de fragata pesada típico da Armada Real e recém-fabricada no Arsenal de Marinha da

Bahia em 1817, sua missão foi limitada ao transporte de tropas para robustecer o exército independentista da Bahia, não sendo ordenada nenhuma ação contra a esquadra portuguesa surta em Salvador como a exigida da comandada por De Lamare meses antes. O porto de Salvador continuava aberto para receber reforços enviados pelas Cortes de Lisboa.

No início do ano de 1823, o ritmo das atividades de reparo no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro era febril. Foram aprestadas a fragata *Niterói*, antiga *Sucesso* da Armada Real, e a poderosa nau *Pedro I*. Experientes homens do mar vinham da Europa às centenas, recrutados pelo representante do novo Império na Grã-Bretanha, Felisberto Caldeira Brant Pontes, preenchendo as lacunas de oficiais e praças nos navios da esquadra. Entretanto, foi em 13 de março, um dia depois do regresso dos navios que conduziram o Batalhão do Imperador para a Bahia, que adentrou à baía de Guanabara o pequeno brigue mercante *Colonel Allen*, navio que trazia a bordo o oficial contratado para comandar a esquadra brasileira na guerra contra as Cortes de Lisboa, Thomas Cochrane.

O combate de 4 de maio de 1823

Todos os elementos estavam reunidos para que o poder naval, agora nacional, exercesse toda a sua capacidade: os navios de guerra aprestados, as suas tripulações completas e habilitadas e um comandante em chefe experiente e resoluto na liderança. Faltava para a esquadra sua missão, e ela veio pelo Decreto de 29 de março de 1823, que colocou Salvador sob rigoroso bloqueio naval, impedindo o trânsito de quaisquer embarcações, sejam elas de guerra ou mercantes.

A sua execução coube à esquadra que Maria Graham descreveu deixando o Rio de Janeiro sob salvas das fortalezas da boca da barra em 1º de abril de 1823, a nau *Pedro I*, ostentando o pavilhão de Cochrane, seguida pela fragata *Piranga* e pelas corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*. Fechando a formação, vinha o menor navio, o brigue-escuna *Real*. O brigue *Guarani* retardou sua saída, esperando dois oficiais estrangeiros que tinham recebido suas cartas patentes

com atraso, e reuniu-se à esquadra no fim da noite de 3 de abril.

Ainda rumo à Bahia, em 12 de abril, os navios começaram a preparação para o combate. Exercícios de tiro eram frequentes, correntes foram içadas nos mastros da nau *Pedro I* para duplicar a sustentação das vergas, evitando sua queda no convés durante o combate, cartuchos de pólvora eram ensacados pelos auxiliares dos artilheiros e armamento individual – pistolas, sabres de abordagem e espadas – foi distribuído à oficialidade. Em 24 de abril, mesmo com a chuva intensa que caía, a barra da baía de Todos os Santos foi avistada pelos marinheiros da *Pedro I*. Na madrugada do dia seguinte, a *Piranga* veio à fala, para avisar que tinha feito contato com uma nau e uma fragata que reputava serem da esquadra de Félix dos Campos. No dia seguinte, a fragata *Niterói* juntou-se aos navios brasileiros, trazendo a bordo mais pólvora ensacada, projéteis explosivos para os canhões e foguetes *Congreve*. No início daquele dia, o brigue-escuna *Real* tinha feito a primeira presa do bloqueio naval, uma sumaca que levava víveres para Salvador.

Em 29 de abril, a esquadra portuguesa na Bahia saiu em patrulha. Desde 19 daquele mês já se tinha notícia da contratação de Thomas Cochrane pelo Império e do decreto que colocava Salvador sob bloqueio naval. Embora não tivessem informações claras, era esperado pelos portugueses que os navios de guerra leais a D. Pedro já estivessem em águas baianas, tentando implementar o bloqueio.

A superioridade numérica e em canhões da esquadra portuguesa era patente. Félix dos Campos contava, em abril de 1823, com 13 navios armados: a nau *D. João VI*, de 74 canhões; as fragatas pesadas *Pérola*, 44 canhões, e *Constituição*, 44 canhões; as corvetas *Dez de Fevereiro*, 26 canhões, *Calípsso*, 24 canhões e *Regeneração*, 22 canhões; o brigues *Andaz*, 18 canhões; as charruas *Princesa Real*, 22 canhões, e *Atina*, 23 canhões; o lúgar *São Gualter*, 22 canhões; os navios *Príncipe*, 22 canhões, e *Restauração*, 22 canhões; e a sumaca *Conceição*, 6 canhões. Já a esquadra brasileira, sob o comando de Cochrane, era formada por 7 navios: nau *Pedro I*, de 74 canhões; as fragatas *Piranga*, 52 canhões, e *Niterói*, 38 canhões; as corvetas *Maria da Glória*, 30 canhões, e *Liberal*, 22 canhões; o brigue *Guarani*, 16 canhões; e o brigue-escuna *Real*, 10 canhões.

Com ambas as esquadras no mar, uma batalha que poderia decidir a continuidade da ocupação militar portuguesa na Bahia era esperada. E ela se deu em 4 de maio de 1823. Às seis horas daquela manhã, os gajeiros de ambas as forças deram o alerta quase que simultaneamente. A distância ainda era grande. A esquadra portuguesa navegava em duas linhas rumo norte, a sotavento dos navios brasileiros, que, formados em linha única e em rumo oeste, manobravam buscando a interceptação. A nau *Pedro I* vinha à testa da formação brasileira, seguida pelas fragatas e corvetas, em ordem de poder de fogo, com o brigue-escuna *Real*, de reduzido poder combativo, fechando a linha. A *Guarani* navegava a boreste, encarregada de repetir os sinais da capitânia, que poderiam ficar obscurecidos pela fumaça dos disparos dos canhões. Às dez horas, Félix dos Campos ordenou que sua segunda linha de navios, que tinha a *Pérola* à testa e estava a sotavento da linha liderada pela capitânia, avançasse para formar uma única linha, tendo a nau *D. João VI* ao centro. Uma hora depois, já com a nova formação, a esquadra portuguesa via a esquadra brasileira a duas ou três milhas náuticas de distância, a barlavento, e orientada para interceptação em algum ponto no meio da linha única constituída pelos navios portugueses.

O combate teve início pouco depois do meio-dia, quando a *Pedro I* investiu contra a linha portuguesa na altura do oitavo navio, intentando isolar e destruir os vasos de guerra que fechavam a retaguarda. Somente a capitânia brasileira, porém, teve força de vela para cortar a linha portuguesa, passando a popa do navio *Príncipe* e cruzando a proa da charrua *Princesa Real*, trocando bordadas com esta última por dez minutos e obrigando-a a sair da formação.

Já nesse primeiro ato do combate, a sombra do motim dos tripulantes de origem portuguesa, que restringira o poder combatente dos navios brasileiros de Rodrigo de Lamare meses antes, voltara a impactar a operacionalidade dos navios brasileiros. Os disparos das baterias da nau *Pedro I* foram erráticos e a recarga lenta, produzindo danos menores que o esperado na charrua *Princesa Real*. O tenente John Pascoe Grenfell, um dos oficiais de origem britânica recém-contratados, foi informado de que os soldados que guarneciam o paiol de pólvora estavam retardando a distribuição

dos cartuchos e prendeu os amotinados. A *Piranga* e a *Niterói*, não conseguindo acompanhar o ímpeto da capitânia, continuaram a barlavento da esquadra portuguesa, trocando bordadas com os navios mais à retaguarda, enquanto os demais navios brasileiros ainda tentavam engajar o inimigo. A corveta *Liberal*, o brigue *Guarani* e o brigue-escuna *Real* se desengajaram do combate quando sinais de amotinamento cresceram nas suas tripulações.

Recobrando o controle de seus navios após a audaciosa manobra de Cochrane, Félix dos Campos içou de sua capitânia o sinal de caça geral aos navios inimigos às 13h30min daquela tarde. As embarcações portuguesas de melhor marcha – a *Pérola*, a *Constituição* e a *Dez de Fevereiro* – só conseguiram aproximar-se à distância de tiro da esquadra brasileira, que seguia rumo sul, às três ou quatro horas da tarde, tendo o fogo dos seus cachorros de proa respondido pelos canhões do castelo de popa da *Pedro I* e da *Piranga*, que protegiam a retaguarda. Com o cair da noite, o almirante português fez cessar a caça e retornou a Salvador.

Cochrane levou a esquadra para o sul e, em 7 de maio, conseguiu abrigo na angra do Morro de São Paulo, a foz do rio Una, encontrando lá fundeada a escuna *Leopoldina*, que veio como reforço do Rio de Janeiro com dois brulotes. Demonstrando toda a sua insatisfação com um início de operações tão pouco promissor, Cochrane tinha exata noção do quanto a indisposição demonstrada pelos marinheiros de origem portuguesa para lutar com seus patrícios prejudicava a operacionalidade de seus navios, nas suas próprias palavras: “... metade da esquadra precisa estar de guarda à outra metade” (Dundonald, 1859, p. 33).

A solução encontrada foi implementar o bloqueio naval com um menor número de navios, porém bem armados e tripulados com oficiais e marinheiros que demonstrassem habilidade e, especialmente, ânimo para a luta contra a esquadra portuguesa, muitos deles os estrangeiros recém-contratados.

Entendendo que a *Pedro I* mostrara excelentes qualidades marinheiras para um navio daquele porte, tratou de melhor equipá-la. Retirou alguns dos melhores canhões da *Piranga*, substituindo os canhões de 18 libras do convés principal da nau pelos canhões de 24 libras e as caronadas de 32 libras daquela fragata.

Escolheu dentre os melhores homens dos navios sob seu comando, guarnecendo a *Pedro I* com novecentos tripulantes, dentre eles alguns dos comandantes dos navios que permaneceriam fundeados no Morro de São Paulo. Para acompanhar a capitânia na operação de bloqueio naval sobre Salvador, escolheu a ágil corveta *Maria da Glória*, comandada pelo capitão-tenente Theodoro de Beaurepaire.

O bloqueio naval sobre Salvador

Em 13 de maio, saíram os dois navios acompanhados do brigue-escuna *Real* para o primeiro cruzeiro do bloqueio naval a ser implementado pela esquadra brasileira. As primeiras presas foram uma sumaca e uma escuna, capturadas pela corveta *Maria da Glória*, e um brigue, capturado pela nau *Pedro I* no dia 19. Os navios da esquadra portuguesa foram vistos ao longe, a barlavento, no dia seguinte, porém nenhum dos lados fez qualquer esforço para encurtar a distância que os separava. Feitas mais duas presas na manhã de 22, a *Pedro I* retornou ao Morro de São Paulo para deixar os navios e tripulações apesados e fazer aguada, deixando a *Maria da Glória* no bloqueio.

Em 29 de maio, a fragata *Real Carolina*, de 44 canhões, e o brigue *Rio da Prata*, de 10 canhões, reuniram-se à esquadra no Morro de São Paulo, pois compunham a escolta de 2 navios mercantes que traziam mantimentos do Rio de Janeiro. No último dia de maio de 1823, a *Pedro I* encontrava-se novamente no través da barra da baía de Todos os Santos e capturara uma sumaca. Já eram 9 as presas feitas pela esquadra brasileira.

Em 7 de junho, chegou por terra, ao Morro de São Paulo, um grupo de viajantes ingleses, e por eles se soube que governador das armas Madeira de Melo tornara pública sua intenção de deixar Salvador com as tropas e os navios portugueses, pressionado que estava pelo desabastecimento generalizado na cidade, cercada por terra pelo Exército do Recôncavo e bloqueada por mar pela esquadra brasileira. No dia seguinte, a *Pedro I* deixou o ancoradouro com a fragata *Real Carolina* e, em 12 de junho, reunia-se com a *Maria*

da Glória ao largo de Salvador. Em conferência com os comandantes dos navios, Cochrane expôs seu plano de dar combate aos navios portugueses fundeados no porto de Salvador. A ideia era aproveitar a noite sem lua para adentrar furtivamente aquele porto, onde a esquadra portuguesa encontrava-se fundeada em duas linhas. Conduzindo os três navios no meio das linhas, planejou fazê-los disparar as baterias de ambos os bordos simultaneamente, causando o maior dano possível e extrema desorientação ao inimigo, enquanto o grupo de abordagem da *Pedro I* capturaria a fragata *Constituição*, navio que Cochrane considerava ser o melhor da esquadra portuguesa.

Às 10 horas da noite, Cochrane deu a ordem para que seus navios entrassem no porto com toda a iluminação de bordo obscurecida por mangas de lona para evitar a identificação pelos portugueses. A maré vazante e o vento desfavorável, contudo, atrasaram o avanço dos navios. A *Real Carolina* teve muita dificuldade, sendo ultrapassada pela *Maria da Glória*. Enquanto isso, a nau *Pedro I* foi interpelada pelos vigias do forte da Gamboa, a boreste, e da nau *D. João VI*, a bombordo. Mesmo respondendo em bom inglês britânico que aquela capitânia seria um *indiaman*, um grande cargueiro da *East Indian Company*, acompanhada de duas corvetas britânicas, os vigias, desconfiados, insistiam na necessidade do envio de oficiais portugueses em um escaler para verificação da documentação. O vento continuava fraco e a maré contrária, deixando a manobra dos navios atacantes difícil, talvez impossível, no espaço restrito no meio da esquadra portuguesa fundeada. Quando os oficiais escondidos no convés da *Pedro I* e prontos para a abordagem divisaram as portinholas dos conveses de artilharia da nau *D. João VI* sendo abertas e a sua tripulação, frenética, colocando os canhões em bateria, ficou claro que o fator surpresa, elemento essencial para aquele plano, tinha sido perdido. Cochrane aproveitou o início de um temporal para virar em roda os navios atacantes e aproveitar a maré para sair do porto de Salvador sem ter disparado um único tiro.

A nau *Pedro I* e a fragata *Real Carolina* retornaram ao ancoradouro da esquadra brasileira, enquanto a *Maria da Glória* manteve o bloqueio naval, capturando, nesse ínterim, um brigue e uma escuna que saíram

de Salvador. As evidências de que os portugueses estavam muito próximos de abandonar Salvador eram cada vez mais fortes. Notícias nesse sentido foram recebidas pelo Exército do Recôncavo e retransmitidas a Cochrane, que as teve reforçadas pelo relato do armador dos dois últimos mercantes apresados pela *Maria da Glória*. Outra sumaca capturada por aquela corveta trouxe a informação de que o comandante da esquadra portuguesa preparava dezenas de navios mercantes para servir como transportes para os portugueses que quisessem deixar o Brasil junto com as forças militares e navais sob a autoridade do governador das armas. Em 30 de junho, quando a esquadra brasileira já tinha capturado 15 mercantes como presas de guerra, chegou de Itaparica comunicado do capitão de mar e guerra Tristão Pio dos Santos, oficial que tinha substituído, semanas antes, o tenente João Francisco de Oliveira Botas no comando da flotilha que operava dentro da baía de Todos os Santos, confirmando as notícias recebidas e acrescentando que o próprio Madeira de Melo já se encontrava embarcado em um dos seus navios de guerra. A esquadra portuguesa estava prestes a suspender.

A perseguição ao comboio português e as últimas operações da esquadra na Guerra de Independência

E foi na manhã de 2 de julho de 1823 que a esquadra portuguesa finalmente deixou Salvador, escoltando dezenas de navios mercantes que transportavam os portugueses que ainda eram contrários à independência. O comandante da Estação Naval britânica no Brasil, então sediada na Bahia, o comodoro Thomas Hardy, avaliou, em carta a seus superiores, que os navios de guerra sob o comando do chefe de divisão Félix dos Campos que deixaram o Brasil eram 17 e escoltavam 70 navios-transporte e mercantes, que traziam a bordo pelo menos 5.000 soldados (Hardy, 1972, p. 44-46).

Cochrane – que já estava no mar com a *Pedro I* e a *Maria da Glória*, a fragata *Real Carolina* tinha acabado de adentrar no ancoradouro para substituir o masta-

rú do velacho – deu ordem para que todos os navios brasileiros surtos na angra do Morro de São Paulo se fizessem ao mar para perseguir o comboio português. Na noite de 3 de junho, as duas esquadras já navegavam próximas, a portuguesa ainda mais poderosa com o reforço de navios mercantes armados. A constante variação do vento e a escuridão provocaram o desencontro dos navios. Ao amanhecer, a *Pedro I* encontrava-se em posição perigosa, isolada dos navios brasileiros pela esquadra portuguesa e tendo o litoral baiano no bordo oposto. Graças à sua grande velocidade e à perícia marinheira da tripulação, a nau brasileira escapou da caça dos navios portugueses.

Mesmo sem o auxílio direto da capitânia, os demais navios brasileiros começaram a fazer as primeiras presas no comboio português. Até 7 de junho, já contavam com 15 capturas, todas enviadas a portos fiéis à causa do imperador. Cochrane destacou 4 de seus navios para cruzar o litoral ao norte da província da Bahia, intentando evitar que navios portugueses afastados do centro do comboio se dirigissem às províncias ainda sob o poder de juntas governativas fiéis às Cortes de Lisboa.

As tripulações brasileiras começaram a ficar gravemente reduzidas com os oficiais e praças destacados às presas para fazer com que retornassem ao Brasil. A solução encontrada foi proceder a derrubada do mastro grande e de mezena dos navios capturados, deixando-os somente com as velas do traquete, o que os obrigava a retornar para pontos próximos do litoral brasileiro. A *Pedro I* ainda tentava capturar algum dos navios de guerra portugueses, chegando a trocar disparos com a corveta *Calipso*, mas os navios de guerra de Félix dos Campos navegavam em boa ordem e formação cerrada para apoio mútuo. Mesmo as tentativas brasileiras de ataque, lançando barris incendiários – dispositivos cheio de material inflamável ou explosivo com pavios para escalonar as detonações, atuando como pequenos brulotes – a vante dos navios portugueses não causaram perturbação na ordem mantida pelo inimigo.

A esquadra brasileira acompanhou de perto, entre quatro e cinco milhas náuticas, os navios de guerra portugueses até as oito horas da noite de 17 de junho, quando uma forte tempestade se abateu sobre aquela

formação. Cochrane, não querendo perder nenhum de seus preciosos navios de guerra, pois ainda havia resistência a dobrar em outras províncias do Norte, ordenou que a esquadra corresse com o tempo, arriando as velas altas e rizando os demais panos. Tendo perdido o contato com o comboio português, a esquadra brasileira deixou a perseguição na posição 4°50'N e 31°30'W. Cochrane conduziu a nau *Pedro I* para o Maranhão, destacando a fragata *Niterói* para continuar fustigando o comboio em fuga.

Foi célebre a ação da *Niterói*, comandada pelo capitão de fragata John Taylor, demissionário da *Royal Navy*, que adotou o Brasil como pátria, perseguindo o comboio português até a foz do rio Tejo, em Portugal. A seu bordo estava o jovem voluntário da armada Joaquim Marques Lisboa, o filho de um armador rio-grandense que seria elevado a Patrono da Marinha do Brasil cerca de um século mais tarde. A comissão da *Niterói*, que terminou somente em 9 de novembro de 1823, resultou na captura de 18 navios portugueses e contou com episódios tão singulares como o abastecimento daquele navio de guerra brasileiro no território insular português dos Açores – dissimulando-se como um mercante britânico da rota do Cabo e recebendo o governador português para um jantar a bordo.

Com a Bahia libertada do jugo militar português, a adesão das províncias ainda ocupadas por tropas portuguesas era questão de tempo. Cochrane conseguiu a rápida adesão da província do Maranhão, impondo o poder de fogo da nau *Pedro I*. Na sequência, o comandante em chefe da esquadra brasileira destacou o tenente Grenfell com o brigue *Maranhão*, navio recém-capturado em um estaleiro de São Luís, para retirar do governo da província do Grão-Pará a junta governativa ainda obediente às Cortes de Lisboa. As lutas entre facções políticas locais, porém, eram mais

profundas do que a simples oposição entre um partido português e um brasileiro, o que tornou a filiação daquela província ao Império mais custosa para Grenfell e sua pequena força naval.

A última província em que os navios da esquadra brasileira atuaram no combate à ocupação portuguesa foi a Cisplatina, que, guardando semelhança com as ações na Bahia, teve sua capital, Montevidéu, isolada por um bloqueio naval e por cerco por terra de tropas leais ao imperador. Em março de 1823, a pequena força naval comandada pelo capitão de mar e guerra Pedro Antônio Nunes foi reforçada por navios vindos do norte do Império, a tempo de se opor à tentativa malsucedida dos navios portugueses de romper o bloqueio em 21 de outubro. Os ânimos da guarnição militar portuguesa, já reduzidos pelo desabastecimento, mirraram com a notícia da evacuação das tropas portuguesas da Bahia, levando ao abandono da província mais austral do Império em novembro de 1823.

A missão da recém-constituída esquadra brasileira estava cumprida. A independência era uma realidade do norte ao sul do vasto território que uma vez foi a colônia portuguesa na América, graças à ação política de partidários da emancipação, como José Bonifácio, transmutada em ação militar em terra e no mar. Essa demonstração de força impôs a vontade dos brasileiros frente ao apetite recolonizador demonstrado pelos novos dirigentes que subiam ao governo do Reino de Portugal com a instalação das Cortes.

Os brasileiros, nascidos no Brasil, em Portugal ou alhures, e os navios que constituíram a primeira esquadra brasileira que lutou a Guerra da Independência têm seus nomes gravados na história naval brasileira e serão sempre lembrados como exemplo de bravura e competência pelos homens e mulheres que hoje tripulam os navios da Marinha da Brasil.

Referências

DIÉGUES, Fernando. **A Revolução Brasileira**: o projeto político e a estratégia da Independência. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DORES, Manuel Moreira da Paixão e. **Diário da Armada da Independência**. 2. ed. Brasília: MEC; INL, 1972.

DUNDONALD, Almirante Conde de (Thomas Cochrane). **Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa**. Londres, James Ridgway, 1859.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823** (tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

HARDY, Thomas M. Cartas do Comodoro Sir Thomas M. Hardy ao Almirantado Britânico. **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 12-64, jun 1972.

LOPES-DA-SILVA, Carlos André. “Projeções das campanhas navais napoleônicas na formação da Marinha brasileira através dos estrangeiros contratados.” *In: Actas do XXXV Congresso Internacional de História Militar – A guerra no tempo de Napoleão, antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2009.

LOPES-DA-SILVA, Carlos André. “A transmigração da Família Real para o Brasil e a Independência.” *In: ABREU, Guilherme Mattos de. (org). Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

MAIA, João do Prado. **A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império – tentativa de reconstituição histórica**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

PEREIRA, José António Rodrigues; CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. (org.). **Da Armada Real para a Marinha Imperial: as unidades e organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal**. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2018.

SOARES, Joaquim Pedro Celestino. **Quadros Navaes ou Collecção dos Folhetins Maritimos do Patriota seguidos de huma epopeia naval portuguesa**. p. 1, t. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861.

VALE, Brian. “A criação da Marinha Imperial.” *In: BRASIL, Marinha do Brasil. História Naval Brasileira*. v. 3, t. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

VALE, Brian. “A ação da Marinha nas Guerras da Independência.” *In: BRASIL, Marinha do Brasil. História Naval Brasileira*. v. 3, t. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

Guerra da Independência do Brasil na Bahia¹

*Manoel Passos Pereira**

Introdução

No final do mês de fevereiro de 1822, a cidade do Salvador encontrava-se completamente ocupada pelos militares e comerciantes portugueses, enquanto a maioria da população nativa se refugiou para as vilas do Recôncavo. A essa altura, estavam claras as intenções e os objetivos dos europeus de revogar os decretos da abertura dos portos para outras nações (1808) e da elevação do Brasil ao *status* de Reino Unido de Portugal e Algarves (1815) e, portanto, de retroceder a uma espécie de *recolonização*.

As autoridades das capitânicas passaram a ver, como uma das possíveis saídas menos traumática para as classes dirigentes, a aproximação com D. Pedro e, respectivamente, o fortalecimento da Regência no Rio de Janeiro. Na Bahia, a elite local – representada, por um lado, pela Junta Provisória de Governo e pela Câmara Municipal, e, por outro, pelos grandes proprietários de terras, escravos e engenhos do Recôncavo – reagiu com excesso de cuidado, demonstrando certa pusilanimidade em relação aos patricios. Ao mesmo tempo em que seus integrantes tentavam se manter em Salvador, passaram a ocupar as vilas do Recôncavo como reduto de salvaguarda. Não deixavam, porém, de observar as ocorrências no Rio de Janeiro, sede da Regência, ainda influenciado pelo despotismo, e, sobretudo, acompanhar o que estava ocorrendo em Lisboa, centro do poder das Cortes e da Realeza, com um novo modelo de governo liberal².

Nas Cortes de Lisboa, os deputados vintistas, que eram maioria no Congresso, vinham mantendo uma

forte influência nacionalista, o que impossibilitava quaisquer tentativas do Brasil em se direcionar como entidade autônoma³. Na sessão do dia 23 de agosto de 1821, o notório orador vintista Fernandes Tomás afirmou que faltavam meios financeiros para enviar tropas ao Brasil, assim como também alegou a precariedade do exército europeu. Coube, no entanto, a Castelo Branco esclarecer os limites existentes para utilização da força, além de lembrar do pioneirismo do novo sistema político que estava sendo implantado⁴. Algumas capitânicas já tinham dado esse passo em direção ao novo sistema implementado pela revolução vintista, mas havia muita retórica nos discursos da deputação vintista em relação ao Brasil.

Em 9 de Janeiro de 1822, o príncipe regente atendeu a um manifesto com cerca de 8 mil assinaturas, redigida pelo frei Francisco de Sampaio, pedindo sua permanência no Brasil, contrariando as ordens das Cortes de Lisboa, que tinham decretado a volta do príncipe para Portugal. Esse ato de D. Pedro estabeleceu uma ruptura com as ações liberais das Cortes, deixando o Brasil com duas formas de poder paralelas e antagônicas: uma em Lisboa e outra no Rio de Janeiro. Dois dias depois, em 11 de janeiro, as tropas portuguesas responsáveis pela guarnição do Rio de Janeiro, comandadas pelo general Avilez, rebelaram-se contra a decisão de D. Pedro em permanecer no Brasil. Houve uma imediata reação dos cariocas. Em clara demonstração de força, cerca de 4 mil milicianos e cidadãos civis armados, sob o comando do tenente-coronel Joaquim Xavier Curado, reagiram em apoio ao príncipe regente e determinaram que a divisão portuguesa depusesse as armas⁵. Essas tropas

* Mestre em História e Patrimônio, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal (2018), especialista em Metodologia do Ensino Superior, pela Faculdade de Educação da Bahia (1991), Bacharel em História, pela UFBA (1981).

portuguesas foram forçadas a regressar para Portugal, sob as ordens do regente.

Antes de seguir para Lisboa, o navio São José Americano chegou ao porto de Salvador em 18 de março, conduzindo tropas portuguesas sob o comando do brigadeiro Francisco Joaquim Carreti, vindo do Rio de Janeiro, com parte das forças embarcadas em 10 de fevereiro⁶. Só em 22 de março é que a Junta Governativa foi acionada para decidir sobre o desembarque das tropas vindas do Rio de Janeiro. A junta, no entanto, transferiu essa responsabilidade para o governador das armas, que era o próprio Madeira de Melo. O brigadeiro português justificou todas as dúvidas legais que a junta tinha ponderado, como o aumento de despesas. Já demonstrando submissão ao poder do governador das armas, a junta concordou com o desembarque das tropas em 26 de março. Com o aval das Cortes, Madeira de Melo tratava de fortalecer o seu poderio militar na província, pois já demonstrava, como método de resolver as questões, a imposição do arbítrio por meio da violência.

O cenário da Bahia era de desespero nos dois lados, dos baianos e dos portugueses. Enquanto a cidade de Salvador estava ocupada pelas tropas comandadas pelo brigadeiro Madeira de Melo, as vilas do Recôncavo recebiam um contingente de militares e civis descontentes com a situação de arbítrio em que se encontrava a capital baiana. Os grandes proprietários de terras, de escravos e de engenhos se empenhavam em inventariar homens, reunir armas e criar condições para mantê-los. Era inseguro habitar em Salvador para quem era natural da terra, pois não se encontravam garantias de segurança. Por isso, um número considerável de famílias e pessoas alimentaram o êxodo para o Recôncavo⁷. Tornou-se, portanto, difícil morar em Salvador. Os portugueses se apossaram da cidade, tornando-a um ambiente extremamente ácido para morar, porque não existia mais segurança para os nativos.

Após os conflitos de 19 de fevereiro, retiraram-se para as vilas do Recôncavo muitos oficiais e soldados, além de inúmeras famílias de baianos, propagando, pelo interior da província, discursos de ódio e de repressão contra os lusitanos⁸. Os baianos que eram adeptos da causa brasileira, ou até mesmo aqueles

que não manifestavam simpatia ao partido português, eram alvos de insultos dos militares ou comerciantes lusitanos. A alternativa como local seguro aos proprietários eram as vilas do Recôncavo. Esses locais, além de concentrar as fortunas nos engenhos de açúcar e nas fazendas aparelhadas de trabalhadores escravos, eram onde se produziam os gêneros de primeira necessidade⁹.

Salvador era uma cidade litorânea, portuária e atlântica até meados do século XX, que só se comunicava com outros locais através do mar. As principais estradas que davam acesso ao interior da nação ficavam na estratégica Vila de Nossa Senhora de Rosário do Porto da Cachoeira. Para poder utilizá-la, era necessário subir o rio Paraguaçu até o distrito-sede da vila. Eram três estradas: a de Muritiba, pela qual se chegava ao sertão e, daí, para Minas Gerais e Goiás; a de Belém, que ligava Cachoeira à parte sul da província; e a do Capueiruçu, que chegava até o Piauí¹⁰.

É necessário compreender que a Vila da Cachoeira era muito importante para a província da Bahia. Por isso, esse local concentrou um número considerável de pessoas oriundas da capital da província, que chegaram no êxodo provocado pela ocupação de Salvador pelos portugueses. Uma boa parte dos militares que chegaram a Cachoeira eram ricos proprietários de terras, engenhos e comerciantes¹¹.

Os deputados baianos enviaram de Lisboa uma carta-consulta para as câmaras da província, em que indagavam qual a finalidade da existência do Poder Executivo no Brasil e na qual constava implicitamente o príncipe como defensor perpétuo e constitucional do Brasil. Em 14 de junho de 1822, a Câmara de Vereadores da Vila de Santo Amaro da Purificação respondeu de forma enfática, destacando-se como principal ponto:

Que haja no Brasil um centro único de Poder Executivo; que este Poder seja exercitado por sua Alteza Real o Príncipe Real segundo as regras prescritas em uma liberal Constituição; e que a Sede do mesmo Poder seja aquele lugar que mais útil for ao seu bom Regime e administração do Reino (Pinho, 1923).¹²

Essa vila do Recôncavo Baiano já preconizava uma constituição liberal, sob a tutela do príncipe regente, que ainda estava vinculado ao forte despotismo monárquico. Essa reunião da Câmara da Vila de Santo Amaro não provocou nenhum desdobramento na província, mas, alguns dias depois, neste mês de junho, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira viria a pegar fogo, com a primeira batalha que daria início à guerra¹³.

No amanhecer do dia 25 de junho de 1822, na Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, reuniram-se diversas tropas vindas dos distritos do Iguape e de Belém, além de numerosos civis na praça da Regeneração, atual praça da Aclamação, em frente à Câmara Municipal, com objetivo de aclamar o príncipe regente como *Defensor Perpétuo do Brasil*. Para organizar essa reunião, o coronel José Garcia Pacheco fez circular cópias de ofícios comunicando a reunião da Câmara com a intenção de aclamar o príncipe regente: ao juiz de fora; ao presidente da Câmara Municipal, Antônio de Cerqueira Lima; ao coronel comandante do regimento de infantaria, D. Braz Balthazar da Silveira; ao capitão-mor comandante das ordenanças Fiúza; e ao oficial de marinha comandante da canhoneira ancorada no porto Duplaquet¹⁴, embarcação que se encontrava há alguns dias estacionada às margens da vila.

A vetusta vila se transformara em um vivo centro de atividades libertadoras dos baianos. Os grandes proprietários de engenhos e de escravos, junto aos oficiais militares, trataram de inventariar as armas e munições e, sobretudo, de organizar tropas patrióticas com objetivo de sustar as nocivas intenções das Cortes portuguesas. Nesse dia, o jurista maragojipano Antônio Pereira Rebouças teve o papel de convidar o povo para assistir à sessão da Câmara que aclamaria o Príncipe D. Pedro. As tropas recém-chegadas dos distritos rurais do Iguape e Belém se concentraram na praça da Regeneração, antiga rua Direita, hoje rua da Matriz e adjacências. A ata da Câmara da Cachoeira é o primeiro documento que reconhece o príncipe como legítimo defensor perpétuo do Brasil.

As 9 horas deste dia 25 de junho, após a aclamação de D. Pedro, houve o *Te Deum* na Igreja da Matriz, a poucos metros da Câmara de Vereadores. O povo, com o entusiasmo deste ato, passou a comemorar,

dando vivas ao regente e tiros de festim para o alto. A canhoneira que estava ancorada em frente à praça da Regeneração, ao ouvir os tiros de festim das comemorações do *Te Deum* na Igreja da Matriz, imaginando estar sendo atacada pelos nativos, respondeu imediatamente com tiros de canhão em direção aos festivos habitantes da vila. Houve uma dispersão geral do povo, enquanto alguns militares se entrenchearam ao longo das margens do rio Paraguaçu e reagiram em forma de guerrilha. O mesmo ocorreu do outro lado do rio, no distrito de São Félix, onde foram montadas trincheiras de milicianos, que passaram a atirar com fuzis em direção à barca lusitana.

No primeiro dia da batalha, houve somente um ferido do lado dos baianos, que foi o tambor-mor José da Silva Soledade¹⁵, reconhecido como mártir desse histórico episódio, apesar de não ter falecido. Essa batalha durou três dias de intenso fogo. Somente no dia 28 de junho é que o comandante da embarcação portuguesa ordenou a subida de uma bandeira branca no mastro, reconhecendo a sua derrota, pois nem teve a possibilidade de fuga, em face da maré estar baixa e o rio, por consequência, não facilitar a navegação, deixando a barca presa no meio do rio. A velha peça de artilharia com que os cachoeiranos contavam fez um grande estrago no costado da canhoneira, comprometendo sua autonomia¹⁶. Os marinheiros que ainda se encontravam vivos se renderam e foram capturados e aprisionados pelos milicianos nativos por meio de algumas canoas.

A força milicianiana dos brasileiros não contava com profissionais que tivessem experiência em guerras e muito menos com armas e equipamentos bélicos. Para suprir essa deficiência, os baianos recorreram à criatividade para poder alimentar a guerra. Trouxeram uma peça bélica de um engenho de açúcar, denominada de 'vai e vem', que lançava pedras e pequenos pedaços de ferros na embarcação lusitana¹⁷. Essa primeira batalha nas margens do rio Paraguaçu, na Vila da Cachoeira, serviu como uma espécie de laboratório para inventar armas e táticas de guerra, sendo necessário, portanto, improvisar armas e táticas no início do conflito¹⁸. Para suprir as munições necessárias aos combates em uma guerra que se anunciava, Rebouças esclarece que

Havia nos armazéns da Vila da Cachoeira não pouca pólvora e da melhor inglesa, e foi geralmente arrecadada para o laboratório de cartuchame; e nas lojas de fazendas abundava quanto poderia servir para o fardamento da força armada em tecidos de algodão, linho e lã, compreendendo pano fino e ordinário azul e de outras cores (Rebouças, 1979).¹⁹

As comemorações da vitória cachoeirana perante os militares da embarcação portuguesa já passava das 11 horas da noite, quando se iluminou toda a vila e a povoação de São Félix, em demonstração de grande celebração pelo grande feito realizado pela força baiana concentrada na Vila da Cachoeira.

Após a aclamação de D. Pedro e a vitória de Cachoeira contra a canhoneira portuguesa, a Câmara enviou uma carta ao príncipe regente, com um trecho esclarecendo o desfecho dessa batalha.

Esses fatos ocorridos na Vila da Cachoeira atraíram grandes proprietários e oficiais militares das outras vilas, para discutirem estratégias de enfrentamento ao poderio lusitano que se apropriara da capital da província. Percebe-se, nesse episódio, o início de uma organização militar com armamentos e fardamentos, como um exército que viria a se constituir.

Referências

ALEXANDRE, V. Um passo em frente, vários à retaguarda: Resposta à nota crítica de Pedro Lains. In: **Revista Penélope – Fazer e Desfazer História**, [S. l.], p. 103-110, 1989.

AMARAL, Brás do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

ARAÚJO, U. C. **A Guerra da Bahia**. Salvador: CEAO (Centro de Estudos Afro-Orientais), 2001.

DIÁRIO DAS CORTES – 1821, 1822. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>.

MELLO, F. J. **História da Cidade da Cachoeira**. Salvador: Radami, 2001.

PEREIRA, M. P. Cachoeira. In: MATA, Lídice da. **Cachoeira, 25 de junho, Capital da Bahia**. Brasília: Senado Federal, 2008. p. 1-21.

PEREIRA, M. P. **O processo da Independência do Brasil no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2021.

PINHO, Wanderley de. A Vila de Santo Amaro na campanha da Independência. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 48, p. 1-60, 1923.

PORTO FILHO, Ubaldo. D.; CARVALHO JÚNIOR, Álvaro. P. **2 de Julho: Independência da Bahia e do Brasil**. Salvador: Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015.

REBOUÇAS, A. P. **Recordações patrióticas (1821-1838)**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger e Filho, 1979.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: UFBA, 1974.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 1977.

Notas

¹ Extrato do livro *O processo da Independência do Brasil no Recôncavo Baiano*, de Manoel Passos Pereira, 2021.

² ARAÚJO, 2001, p. 41.

³ ALEXANDRE V. , 1993, p. 583.

⁴ Diário das Cortes.

⁵ TAVARES, 1977, p. 57-58.

⁶ Idem, p. 61-62.

⁷ TAVARES, 1977, p. 63.

⁸ AMARAL B. , 1957, p. 152.

⁹ Idem, p. 153.

¹⁰ FILHO, 1979, p. 20; e TEIXEIRA, 1998, p. 44.

¹¹ REBOUÇAS, 1979, p. 53.

¹² PINHO, 1923, p. 1-60.

¹³ Idem, p. 1-60.

¹⁴ REBOUÇAS, 1979, p. 45.

¹⁵ MELLO F. J., 2001, p. 54.

¹⁶ REBOUÇAS, 1979, p. 63.

¹⁷ PORTO FILHO & CARVALHO JÚNIOR, 2015, p. 65.

¹⁸ REBOUÇAS, 1979, p. 60: “Em armamento faltava artilharia, e esta se reduziu à aquisição de uma velha peça de ferro, que para servir foi desenferrujada a fogo”.

¹⁹ Idem, p. 59.

A atuação de Maria Quitéria nas lutas pela independência do Brasil e seu legado à mulher militar em nossas Forças Armadas¹

*Maristela da Silva Ferreira**

Introdução

Os acontecimentos que levaram à emancipação política do Brasil em relação à metrópole, para além das proclamações e atos de ruptura em relação ao pacto colonial feitos pelo príncipe regente nos conhecidos “Dia do Fico” e no “Grito do Ipiranga”, têm sua gênese em ações decisivas e enérgicas, envolvendo muitas vezes lutas e combates travados em episódios anteriores, como na Inconfidência Mineira (1789) ou mesmo na Revolução Pernambucana, em 1817, e na Guerra da Independência da Bahia (1822-1823); acontecimentos em que houve lutas e sofrimento, em que muitos padeceram à morte e nos quais não faltaram as perseguições, com o regime da reação e do terror infligidos aos libertários (Braz do Amaral, 2005 [1922]).

Na província da Bahia, desde a chegada do brigadeiro Luís Inácio Madeira de Melo e sua frota, em 15 de fevereiro de 1822, para substituir, por imposição das Cortes Portuguesas, o comandante das armas da província, Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brasileiro, querido do povo, a rivalidade e os antagonismos entre brasileiros e portugueses

crescem, dando lugar a dois grupos opostos: de um lado, a tropa brasileira, chefiada por Manuel Pedro de Freitas Guimarães; e, de outro, a lusitana, comandada por Madeira de Melo.

Definir o que era “ser brasileiro”, nesse contexto de época, não é tarefa simples. Requer colocar em perspectiva alguns eixos que podem, como nos esclarece Ribeiro (2002)², estar vinculados a acontecimentos externos, ou relacionados às vontades dos personagens, ou, ainda, à brasilidade inata. Para o momento histórico que estamos enfocando, poderíamos propor a seguinte definição: de um lado e do outro havia portugueses e brasileiros; nesse momento prenhe de antagonismos e disputas, o que os definiria como portugueses era a adesão aos postulados e decisões das Cortes “portuguesas”, por um lado, e, por outro, como “brasileiros”, o apoio crescente às ideias emancipacionistas por parte do príncipe regente.

O Exército Pacificador, mais tarde conhecido como Exército Libertador, lutou contra as forças portuguesas organizadas por Madeira de Melo. No contexto dessa luta armada, as tropas lusitanas ocuparam, em Salvador, o forte de São Pedro,

* Ten Cel R/1 QCO Mag/Inglês (EsAEx/1992, EsAO/1999). Graduação em Letras/Inglês (UFJF/1989), Mestrado em Letras/Linguística (UFJF, 2005) e Doutorado em Estudos da Linguagem (PUC-RIO/2010). Especialização em História Militar Brasileira (UNIRIO, 2018). Integrante do Corpo de Pesquisadores Associados do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

invadiram lares, o convento da Lapa, atacando a golpes de baioneta, até a morte, a soror Joana Angélica, levando o terror e criando um ambiente de guerra civil na cidade, o que fez com que as famílias abandonassem suas casas e se refugiassem no Recôncavo Baiano. As vilas sublevadas do Recôncavo se organizam em uma Junta Governativa na Vila de Cachoeira, que passa a ser o polo de resistência à decisão das Cortes, vinculando o movimento da Bahia ao governo do príncipe regente e à autonomia política do Brasil em relação a Portugal. Foi essa junta provisória que dirigiu o cerco à capital, bloqueando seu porto e ocupando as estradas por onde escoava o abastecimento.

A esse grupo de rebelados do Recôncavo se juntou Maria Quitéria, e lutou, sem tréguas, de setembro de 1822 a julho de 1823, na Companhia dos Voluntários do Príncipe, contra as determinações dos portugueses leais às Cortes Portuguesas, decididas a neutralizar o poder do príncipe regente e a implantar progressivamente uma política de recolonização do Brasil.

A mulher combatente, na grande maioria das vezes esquecida na memória das guerras, fez-se, então, presente na história das lutas travadas em terras baianas, no contexto das guerras ocorridas no processo de nossa independência, na figura da brava sertaneja Maria Quitéria de Jesus, que desafiou as leis, as expectativas e papéis a ela destinados naquele contexto de época, dando visibilidade à presença feminina nos campos de batalha.

A motivação inicial para estudar essa personagem de nossa história militar tem por base a experiência pessoal desta autora, como pertencente à primeira turma mista em que as mulheres ingressaram em igualdade de condições, mediante concurso, para realizarem o Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, no ano de 1992, na Escola de Administração do Exército (EsAEx)³, na cidade de Salvador Bahia. Nessa cidade, Maria Quitéria, em 2 de julho de 1823, marchara triunfante ao lado do general José Joaquim de Lima e Silva, comandante em chefe do Exército Pacificador, após resistirem, combaterem e vencerem as forças opressoras portuguesas, nos anos de 1822

e 1823. Nossa turma de formação, em homenagem à presença feminina, autodenominou-se turma Maria Quitéria. Posteriormente, no ano de 1996, a destemida baiana, em justa homenagem, foi entronizada Patrono⁴ do Quadro Complementar de Oficiais do Exército, em Decreto Presidencial de 28 de junho de 1996, publicado no Diário Oficial da União no dia 1º de julho desse mesmo ano, às vésperas da grande festa da Independência da Bahia, o consagrado 2 de Julho.

Não temos a pretensão de desenvolver uma nova interpretação dessa personagem de nossa história, mas, antes, torná-la ainda mais conhecida, colocando em destaque seu protagonismo, seu pioneirismo, seu nascente patriotismo, e buscando trazer a lume, nas escolhas que fez e nos caminhos que ousou trilhar para participar da linha de frente daquelas lutas, o simbolismo e a força de sua trajetória para a história das mulheres militares brasileiras desde então.

Este estudo se apoia, sobretudo, nos registros documentais e nos resultados da extensa pesquisa bibliográfica e de campo realizada por Reis Pereira Júnior, consolidados em sua obra *Maria Quitéria* (1953), bem como na relevante contribuição documental dada pela obra de Braz H. do Amaral (1922), e, também, em menor monta, em algumas informações consagradas pela história oral. Tomamos, ainda, como pano de fundo mais amplo, considerado determinante para o desencadeamento do processo de emancipação política do Brasil, por um lado a crise do sistema colonial tradicional e a crise das formas absolutistas de governo, e, por outro, as lutas liberais e socialistas que se sucedem na Europa e na América desde os fins do século XVIII.

Primeiros anos

Na pequena freguesia de São José das Itapororocas, pertencente à Vila de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, nascia, no ano de 1792, Maria Quitéria de Jesus. A primogênita de Gonçalo Almeida e Quitéria Maria viveu, até os seus 10 anos de idade, no sítio do Licorizeiro, propriedade de seu pai, que ali plantava algodão, criava gado e possuía cinco escravos dentre suas propriedades, o que confirmava sua condição de um pequeno e próspero agricultor.



Figura 1 – Mapa da Vila de Cachoeira no Recôncavo Baiano
Fonte: Reis Pereira, 1953, p. 13

Maria Quitéria cresceu livre, correndo pelos campos, dominando o manejo das armas de fogo, praticante da caça (um de seus afazeres prediletos) e perfeitamente adaptada às atividades rurais e à paisagem rústica e bucólica de sua terra. Quitéria e seus dois irmãos, Josefa e Luís, ficaram órfãos de mãe no ano de 1802, e seu pai, com muitas dificuldades para criar os filhos e tomar conta da lavoura, casou-se novamente, com Eugênia Maria, no mesmo ano do falecimento de sua 1ª esposa. Eugênia Maria mostrou-se uma madrasta amorosa e, em pouco tempo, já transmitia conforto emocional e apoio às crianças, no entanto veio a falecer muito rapidamente.

O pai de Maria Quitéria decide-se por buscar um novo recomeço, longe daquele local de tristes lembranças, e adquire uma nova propriedade, uma

pequena fazenda na região de Serra da Agulha, também no território da Vila de Cachoeira (**figura 1**). Casa-se novamente com D. Maria Rosa e, ao final do ano de 1815, a família aumenta sua descendência: aos três primeiros filhos, somavam-se outros seis do terceiro casamento. Na fazenda da Serra da Agulha viveu a sertaneja Maria Quitéria anos de difícil convivência familiar (especialmente pelo isolamento afetivo imposto pela madrasta aos enteados), até juntar-se aos rebelados do Recôncavo, em setembro de 1822. É sobre esse ato individual, por si só emancipacionista, que discorreremos a seguir.

O despertar para as armas: recrutamento e alistamento

As guerras de independência da Bahia, que visavam expulsar a autoridade portuguesa daquela província, onde era mantida uma grande frota militar sob o comando do brigadeiro Madeira de Melo, aconteceram entre fevereiro de 1822 e julho de 1823. Maria Quitéria lutou de setembro de 1822 a julho de 1823. Para entender o ingresso de Maria Quitéria no Exército Pacificador, é preciso compreender especialmente como a “propaganda de guerra” a alcançou. Começamos, assim, pelo episódio do alvejamento, em junho de 1822, e do levante da Vila de Cachoeira, território que compreendia a sua moradia na Serra da Agulha.

Cachoeira, a principal praça comercial da província, encontra-se a 78km de Salvador. Essa proximidade e as trocas comerciais entre essas localidades tornavam seu cotidiano muito semelhante, o que facilitava a circulação de informações e fazia Cachoeira ter conhecimento diário de tudo o que se passasse na capital.

Um grande estopim para os primeiros e violentos enfrentamentos na região do Recôncavo foi o fato de que uma escuna canhoneira, comandada pelo capitão Duplaquet, que se encontrava estacionada no rio Paraguaçu, em frente a Cachoeira, e fora enviada para sufocar qualquer movimento de rebeldia por parte da resistência, disparou contra a vila em 25 de junho, enquanto seus moradores desfilavam pelas ruas e praças públicas após a missa em ação de graças à

aclamação promovida pela Câmara Municipal (Termo de Vereação de 25 de junho de 1822), que reconhecera Dom Pedro como príncipe regente e defensor perpétuo do Brasil.

Nessa missa, o sermão patriótico do vigário Francisco Gomes de Almeida comparara Dom Pedro ao apóstolo Pedro, citando a passagem bíblica “tu és Pedro e sobre esta Pedra edificarei minha Igreja”, em alusão ao império brasileiro que Dom Pedro igualmente edificaria.

[...] Seja o dia de São Pedro (assinalado por tantos títulos) o Primeiro Apóstolo Pontífice de Igreja Católica Romana: Aquele a quem Jesus Cristo Salvador do mundo disse – E sobre esta pedra edificarei minha Igreja – O Grande Dia, em que soe nesta Província da Bahia, o torrão de Nossa Liberdade, e se dê o primeiro impulso da Nossa Vontade. Brasileenses e Bons Brasileiros, o nosso amado Príncipe nos diz – E sobre esta pedra edificarei o Império do Brasil – E nós Cheios do Entusiasmo da Maior Alegria e em sólida união, aclamaremos em altas vozes – Viva o Senhor Rei Dom João Sexto, Viva S.A.R. o Senhor príncipe D. Pedro d’Alcântara, Salvador, Defensor, Protetor Regente do Reino do Brasil [...]. (Carvalho, Bastos, Basile, 2012, p. 84).

Cachoeira se antecipou ao grito do Ipiranga e aclamou Dom Pedro regente e defensor perpétuo do Reino do Brasil. Em consequência, torna-se palco do primeiro combate do nascente exército dos patriotas⁵. Em 28 de junho de 1822, os milicianos e o povo de Cachoeira, dirigidos pelo coronel José Garcia Pacheco, tomaram a canhoneira portuguesa, que, desde 25 de junho, disparava contra a vila incessantemente, saindo vitoriosos e dando início à guerra de independência, que se estenderia até o ano seguinte (julho de 1823).

Consideramos relevante, nesse contexto da circulação das ideias e da “propaganda de guerra”, ressaltar que, além da incipiente campanha militar para estruturação de uma força que fizesse frente às tropas lusitanas, formava-se, também, nas principais províncias do reino, uma verdadeira guerra literária, por meio dos papélicos, panfletos impressos ou manuscritos, os papéis públicos e as canções patrióticas, depois cognominados “papélicos incendiários da independência”, que circulavam livremente, eram distribuídos de mão em mão, estavam nas praças, nas boticas, nos postes, nas calçadas, nas casas. Feitos para serem lidos em voz

alta, alcançavam a todos, inclusive aos iletrados como Maria Quitéria.

Esses panfletos⁶ transformaram-se em instrumentos eficazes de promoção do debate e, mais ainda, da ampliação de seu alcance, graças à leitura coletiva em voz alta. Surgia a possibilidade da intervenção do indivíduo comum na condução dos destinos coletivos (Carvalho; Bastos; Basile, 2012, p. 9).

O movimento emancipacionista e a campanha militar se alastram pela província. Outras vilas se unem a Cachoeira e compõem uma junta governativa provisória. Como a Bahia não possuía um exército estruturado e treinado para enfrentar os portugueses, o conselho interino do governo da Bahia envia emissários por todo o território para recrutar voluntários. Os emissários abordavam os moradores dos arraiais e vilas.

Um desses emissários visitou a fazenda da Serra da Agulha e relatou, com muito entusiasmo cívico, os episódios de Cachoeira, a necessidade de arrematar fundos e doações, e de receber voluntários para a compor os batalhões patrióticos. O pai de Maria Quitéria não demonstrou interesse, informou ao emissário que estava velho e que não tinha filhos que pudessem lutar em seu lugar e que, quanto a dar escravos para as tropas, argumentava que não haveria, por parte do escravo, interesse algum pela independência do Brasil... Finalizava sua exposição asseverando sua neutralidade, com as seguintes palavras, ao dizer que esperaria com paciência o resultado da guerra e seria um “pacífico súdito do vencedor” (Graham, 2021 [1822]).

Quitéria lembrou ao pai, no entanto, que as mulheres baianas também manejavam armas de fogo, como os homens, e que “quem sabe caçar pode pegar em armas para defender sua terra”, e, assim, pedia ao pai permissão para aderir à luta. O pai a repreendeu, afirmando que as mulheres bordam, tecem, fazem os trabalhos de casa e não vão à guerra. Quitéria, calou-se para não contrariar o pai, porém estava decidida e, naquela mesma noite, com a ajuda da irmã Teresa e do cunhado Medeiros, de quem pega emprestado o nome, cortou os cabelos, vestiu-se como um homem e, como nos relata Taunay (1922):

[...] dirigiu-se à Vila de Cachoeira, onde se alistou sob o nome de Medeiros, no Regimento de Artilharia. A Guerra em questão pouco lhe amedrontava, sua preocupação real era que seu pai a descobrisse e fosse lhe buscar. Dias depois tal fato ocorreu, no entanto, o juramento já havia sido feito, o que impossibilitava sua partida. Gonçalves deserdou e amaldiçoou a filha neste dia.

Segundo Silva (2004), o disfarce da soldado Medeiros não teria durado muito tempo. Seus colegas de pelotão já a haviam descoberto, antes da visita de seu pai. Maria Quitéria, contudo, continuou a exercer sua função no exército patriota, pois sua habilidade equiparava-se à dos demais soldados, e seus próprios companheiros e chefes reconheciam seu valor. Em curto período de tempo após seu alistamento, que se dera em setembro de 1822, foi designada ao Batalhão de Caçadores denominado *Voluntários do Príncipe Dom Pedro*, depois carinhosamente chamado de *Batalhão dos Periquitos*, em razão das cores dos punhos e golas dos uniformes.

Os combates de que participou

Segundo Braz do Amaral, Em *A Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional* (2005 [19--]), o Exército Pacificador, nome que havia tomado o dos revoltosos baianos,

[...] tinha a força de 10.148 homens, com os quais fez o assédio da cidade (o qual durou nove meses), fora a guarnição nos pontos estratégicos de Itaparica, que ocupavam 3.257 praças, ao passo que a esquadilha dos barcos baianos, que impedia a chegada de suprimentos ao exército português, era tripulada por 710 marinheiros (p. 15).

É importante destacar a composição maciça de voluntários nessa formação. Esse número elevado – considerando-se que a população da província da Bahia estava em torno de 350 mil à época, e que um terço desse número era de escravos e muitos outros não podiam servir, por razão de idade ou sexo – leva-nos a concordar com Castro (2022, p. 48) no entendimento de que entre os homens adultos livres, aproximadamente um em cada quatro moradores da

Bahia, ou 25% de todos os que tinham condições de servir, estavam combatendo no Exército Pacificador. Houve, assim, uma grande e espontânea mobilização popular em toda a província, a ponto de despertar o desejo em nossa heroína de romper com os laços familiares e, em demonstração de audácia, coragem e genuíno sentimento patriota, disfarçar-se, para arriscar a própria vida unindo-se aos independentistas.

Após guarnecer por algumas semanas a Vila de Cachoeira, a participação de Maria Quitéria começa mais efetivamente a partir de 29 de outubro, quando segue com o Batalhão dos Voluntários do Príncipe para participar da defesa da ilha de Maré e, logo depois, para Conceição, Pituba e Itapuã, integrando a Primeira Divisão de Direita.

Seu batismo de fogo ocorreu um dia após a Batalha de Pirajá (a principal batalha da guerra, ocorrida em 8 de novembro de 1822), quando os portugueses tentaram surpreender a esquerda brasileira pela estrada da Pituba e foram rechaçados pelo Batalhão dos Periquitos, pelo qual combatia Maria Quitéria.

Em fevereiro de 1823, participou com bravura do combate de Itapuã, quando atacou uma trincheira inimiga, fez prisioneiros portugueses (dois, segundo alguns autores), escoltando-os, sozinha, ao acampamento. Por essa atuação, o general Pedro Labatut, comandante das forças brasileiras à época, confere a ela as honras de cadete, determina que lhe fossem entregues, em 31 de março de 1823, uma espada⁷ e seus acessórios.

O terceiro combate de que participou Quitéria e do qual há também registro, consta de passagem do *Diário do Governo do Ceará*, de 24 de julho de 1823 (**figura 2**), que reporta a recomendação do comandante em chefe do Exército Pacificador na Bahia, general José Joaquim de Lima e Silva, que Maria Quitéria integrasse a nau *Leal Portuguesa*, que seguiria para a corte em visita ao imperador, a fim de que alguns combatentes recebessem de S. A. R. as honras e condecorações pelo desempenho nas lutas de independência da Bahia.

Nesse texto, Lima e Silva relata ao ministro da Guerra João Vieira de Carvalho que a sertaneja, nas três vezes em que entrara em combate, registrou feitos de grande heroísmo, bravura e intrepidez. Quanto ao

último combate em que se distinguiu (em abril de 1823), o general ressalta que Maria Quitéria, liderando um grupo de mulheres civis, avançou em um rio sobre uma barca, com água até os seios, para lutar contra os portugueses na Barra do Paraguaçu, no litoral do Recôncavo, dificultando o desembarque e o ataque daquelas tropas.



Figura 2 – Extrato do *Diário do Governo do Ceará*
 Fonte: Reis Pereira, 1953, seção de imagens e documentos
 (Foi preservada a grafia da época na transcrição)

Dona Maria Quitéria de Jesus, natural da Freguesia de S. José das Itapororocas, desta Província, ao grito de Pátria em perigo, desamparou seus paes, assentou praça de Soldado, e pegou em armas para sua defesa. Esta mulher tem se distinguido em toda a campanha com indizível valor, e intrepidez. Três vezes que entrou em combate apresentou feitos de grande heroísmo, avançando de uma, por dentro de um rio, com agoa até os peitos, sobre uma barca, que batia renhidamente nossa Tropa. O General Labatut conferio-lhe as honras de 1º Cadete, e como tal tem sido considerada no Batalhão nº 3 do Exército Pacificador. Como porém me patenteasse ardentes desejos de beijar a Imperial Mão de S. M. facultei-lhe licença, e parte nessa ocasião para sua Corte. Se a exposição que acabo de fazer

acerca desta heroína merecer alguma consideração digne-se V. Ex. leva-la ao conhecimento do mesmo Augusto Senhor. Deos guarde a V. Ex. Quartel General da Bahia, 21 de julho de 1823, 2.º da Independencia, e do Imperio.
Imo. e Exmo. João Vieira de Carvalho. – José Joaquim de Lima e Silva, Comandante em Chefe do Exército Pacificador.

O fim da guerra na Bahia

Na cidade de Salvador, o brigadeiro Madeira de Melo teve suas tropas sitiadas por terra e mar. Esse cerco foi intensificado especialmente depois dos reforços enviados por Dom Pedro após a contratação do almirante inglês Thomas Cochrane, que seguiu por mar até a costa da Bahia, com seis navios tripulados por brasileiros e portugueses e alguns oficiais estrangeiros mercenários sob seu comando. Os conflitos duraram até 2 de julho⁸, quando os últimos portugueses que ainda resistiam decidiram abdicar do combate.

No dia 2 de julho de 1823, com a derrota das tropas portuguesas, o Exército Pacificador entrou na cidade de Salvador. De acordo com Reis Pereira (1953, p. 53), assim se constituía, ao final do conflito, esse exército, que, triunfante e orgulhosamente, toma as ruas de Salvador:

À frente da Divisão está o comandante em chefe do Exército Nacional Imperial e Pacificador, José Joaquim de Lima e Silva, que se faz acompanhar de seu estado-maior; a seguir o Batalhão do Imperador, disciplinado e magnífico, dirigido pelo major Manuel Fonseca de Lima, de que faz parte Maria Quitéria. Precedendo-o o Batalhão Henrique Dias sob o comando do tenente-coronel Manuel Gonçalves; logo após os bravos pernambucanos chefiados pelo major Tomás Pereira da Silva; depois os denodados expedicionários da Paraíba dirigidos pelo cap. Teodoro de Macedo Sodré; e por fim um aglomerado de heróis descalços, quase desnudos, deixando transparecer através dos seus rostos, marcados pelo sofrimento, a luz que irradia da suprema ventura da liberdade.

Maria Quitéria marchava dentre eles, sendo saudada e homenageada pela população. Foi, como veremos a seguir, distinguida pelo general José Joaquim de Lima e Silva, com uma coroa de flores tecida em vigília, durante os meses de lutas, pelas freiras do Convento da Soledade:

É uma hora da tarde. O ouro do sol inunda a antiga capital do Brasil. Multidões sucessivas invadem a cidade para aplaudir os heróis em delírio, a Bahia os recebe.

[...] das janelas das residências de onde pendem coloridas colchas de damasco, centenas de mãos atiram sobre a cabeça dos bravos uma chuva de pétalas [...]

Defronte do Convento da Soledade, que tem as portas e janelas ornamentadas, as freiras erguem um arco de flores para a passagem dos bravos.

O capelão interino do Convento, padre Antônio José Gonçalves de Figueiredo, saúda as forças da Liberdade em nome das freiras, dirigidas pela Superiora Madre Maria José do Coração de Jesus Bulcão, e faz entregar ao general Lima e Silva de algumas coroas de louros, por elas tecidas em longa vigília, para a frente dos heróis.

Maria Quitéria, que, na tropa tem posição perto do general comandante, é por ele distinguida nessa homenagem gloriosa (Reis Pereira, 1953, p. 54).

Visita à Corte no Rio de Janeiro: condecoração, ascensão e homenagens

Nesses anos conturbados da história brasileira, curiosamente, uma viajante inglesa, Maria Graham⁹, chegara ao Brasil, quando o navio-escola da marinha de guerra britânica em que viajava e em que tinha a função de professora e instrutora dos jovens guardas-marinhas, futuros oficiais, comandado por seu marido capitão Thomas Graham, aportou na cidade do Recife, mais precisamente no dia 21 de setembro de 1821. Talentosa cronista, redige e publica, em 1824, o seu *Diário de uma viagem ao Brasil* (2021 [1824]), e nessa obra registra a sua estada em nosso país nos anos de 1821, 1822 e 1823.

Maria Quitéria, em sua visita à Corte, foi convidada a um encontro com Lady Graham em sua casa, o que ocorreu em 29 de agosto de 1823. Quitéria, nessa oportunidade, narra à jovem inglesa alguns episódios de sua vida, especialmente sobre sua decisão de disfarçar-se e se alistar junto ao Exército Pacificador, discorrendo também, sobre seu uniforme e outras curiosidades que hoje nos permitem ter uma visão mais completa da soldado Medeiros e de sua trajetória.

Chamou nossa atenção, dentre tantos outros elementos do *Diário* de Graham, a descrição feita de Maria Quitéria, por ocasião da visita de alguns combatentes do vitorioso Exército Pacificador da Bahia à Corte. No que diz respeito a seus hábitos e comportamento e quanto à questão de sua feminilidade, a cronista informa-nos:

Maria de Jesus é iletrada, mas esperta. Seu entendimento é rápido e sua percepção aguda. Penso que, com educação, ela se tornaria uma pessoa notável. Ela não é particularmente masculina em sua aparência, e seus modos são gentis e agradáveis. Ela não se tornou rude ou vulgar por sua vivência em campo, e acredito não há qualquer coisa que comprometa sua modéstia. Não há nada de muito peculiar em seus modos à mesa, exceto por comer ovos no desjejum e peixe no jantar acompanhados de farinha, em lugar de pão, fumando um cigarro após cada refeição; mas ela é muito comedida.

Acerca do saiote que usava sobre a fardeta de polícia e que chamava a atenção de todos, temos o registro, em portaria de março de 1823, em que consta que o major do governo provisório da Vila de Cachoeira solicitou do inspetor dos fardamentos, montarias e misteres do Exército que enviasse “dois saiotes, de camêlo ou outro pano qualquer, e uma fardeta de polícia” à cadete Maria Quitéria, para que a soldado Medeiros fosse devidamente fardada como mulher. Isso ocorreu após os primeiros combates de que participara Quitéria e nos quais se destacara.

Com a criatividade e a inspiração tirada de uma gravura de guerreiros escoceses, conforme relatou Maria Graham, (**figura 3**) Quitéria, de posse da fardeta de polícia e dos saiotes, compôs seu fardamento, que, em sua inocência, interpretara *como uma forma de torná-lo mais feminino, aos moldes do uniforme dos escoceses...* Inocência que não escapa da conhecida ironia inglesa, aqui emblematicamente representada pela narradora:

29 de agosto de 1823 – Recebi hoje uma visita de D^a Maria de Jesus, jovem que se distinguiu ultimamente na guerra do Recôncavo. Sua vestimenta é a de um soldado de um dos batalhões do imperador, com a adição de um saiote escocês, que ela me disse ter adotado da pintura de um escocês, como um uniforme militar mais feminino. Que diriam a respeito os Gordons e os Mac Donalds? O traje dos velhos celtas, considerado um atrativo feminino?! (Graham, 1824, p. 335).



Na segunda linha, o segundo uniforme, da esquerda para a direita é o uniforme dos Voluntários do Príncipe, que serviu de base para a composição do uniforme de Maria Quitéria, com o acréscimo do saio e modleio escocês.

Figura 3 – Uniformes históricos – a fardeta de polícia, que serviu de base para a composição do uniforme de Maria Quitéria, é o segundo, na fileira de baixo, da esquerda para a direita

Fonte: Rodrigues, Jose Wash; Barroso, Gustavo. Brazil. Ministério da Guerra. Uniformes do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro e Paris, 1922

Além do mais importante depoimento acerca de nossa personagem, a visita de Maria Quitéria à corte e, especialmente, seu encontro com Maria Graham, legou-nos, também, suas primeiras e únicas imagens: um desenho do inglês Augustus Earle (**figura 4**) – posteriormente transformado em gravura por Edward Finden – e uma pintura a óleo também de Earle, feitos logo após a independência, a pedido de Maria Graham. Todos os demais retratos, bustos e imagens foram feitos a partir desse primeiro desenho do artista inglês Augustus Earle, presente na Corte do Rio de Janeiro nesse mesmo período. Exemplos dessa valiosa contribuição são o retrato (pintura a óleo) encomendado por Affonso Taunay para o projeto decorativo do Museu Paulista (**figura 5**) por ocasião das comemorações do centenário da Independência (1922), e o retrato inaugurado no mesmo período no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.



Figura 4 – Maria Quitéria de Jesus, desenhada à época da sua estada na Corte do Rio de Janeiro pelo amigo de Lady Graham, Augustus Earle, em 1823. Desenho de Augustus Earle; Gravura de Edward Finden (1824)
Fonte: Graham, 2021 [1824], p. 328



Figura 5 – Retrato de Maria Quitéria por Domenico Failutti
Fonte: Acervo do Museu Paulista (Museu do Ipiranga)

Em 20 de agosto de 1823, vestindo seu curioso uniforme militar – calça, saiote de lã, fardeta, quepe e espada – e o distintivo dos Voluntários e atraindo a atenção de todos por onde passava, Maria Quitéria é recebida pelo imperador, no Palácio de São Cristóvão. Nessa solenidade, Dom Pedro condecora nossa guerreira Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul.

Nesse dia, depois de efusivamente saudada por todos os presentes, o imperador se aproximou de Maria Quitéria e colocou em sua farda azul de golas e punhos verdes, à altura do coração, a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul (figura 6), proferindo as seguintes palavras:

[...] queremos conceder a dona Maria Quitéria de Jesus um distintivo que assinale os serviços militares que, com denodo, raro entre os mais do seu sexo, prestara à causa da Independência deste Império, na porfiosa restauração da capital da Bahia. Hei por bem permitir-lhe o uso da insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.



Figura 6 – Ordem Imperial do Cruzeiro: ordem honorífica brasileira criada em 1º de dezembro de 1822 pelo Imperador Pedro I, em decorrência da Independência do Brasil e em comemoração à sua aclamação, sagração e coroação

Fonte: Acervo da Seção de Simbologia Marcial do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

Quitéria agradece ao imperador e, humildemente, solicita a S.A.R. uma carta endereçada a seu pai, Gonçalo Almeida, pedindo que ela fosse perdoada pela desobediência. O imperador atende ao seu pedido. Dom Pedro determina, ainda, a ascensão de Maria Quitéria ao posto de alferes, e que lhe sejam concedidos dois soldos em adiantamento pelos inestimáveis serviços prestados nas lutas pela independência.

Os últimos anos

Após a visita à Corte, Maria Quitéria retorna à fazenda da Serra da Agulha e recebe o perdão do pai, que se comove com a carta do imperador. Morando na fazenda do pai, resolve se casar com um antigo namorado, o lavrador Gabriel Pereira de Brito, mesmo contra a vontade do pai. O casal teve uma filha, Luísa Maria da Conceição.

Em 25 de outubro 1834, seu pai faleceu e Maria Quitéria tentou receber parte da herança deixada por ele. Com a morosidade da justiça e a “inércia calculada de sua madrasta”, a inventariante, Quitéria desistiu do inventário, após oito anos de intermináveis disputas. Nesse período ainda, em data incerta, ficara viúva. Amargurada e vivendo em deploráveis condições, como transcreve em uma das petições ao juiz de órfãos¹⁰, decide, enfim, abandonar as paragens do agreste e, junto com a filha, deixa Feira e parte rumo a sua nova e derradeira morada em Salvador.

Maria Quitéria viveu seu último decênio em doloroso anonimato, sofrendo com uma inflamação no fígado e terminando seus dias quase cega. Faleceu em Salvador, Bahia, no dia 21 de agosto de 1853. Seu corpo foi sepultado na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, no bairro de Nazaré, em Salvador.

Reconhecimentos e homenagens póstumas

Com o fim da guerra, Quitéria viveu alguns anos ainda sendo celebrada pelos habitantes locais de sua região. Atendendo a pedidos de visitas, na condição de alferes, e autorizada pelo governo da província, dirigia-se às vilas e outros povoados da região para narrar sua trajetória na campanha da Bahia, verdadeiras

peregrinações que fazia, portando sua espada e envergando a original farda azul imperial com saiote que ela própria havia modelado, além de vistoso capacete com penacho verde.

Não levou muito tempo, contudo, até que chegasse um período de esquecimento. Apenas por ocasião do centenário de sua morte, ocorreram vários movimentos para retirá-la desse apagamento histórico e fazer justiça a sua história, dentre eles:

- Aviso Ministerial nº 408, de 11 de maio de 1953, determinando a inauguração em todos os quartéis do retrato de nossa “mulher-soldado”;
- entronização da patrono do quadro complementar de oficiais do Exército Brasileiro, por meio do Decreto do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de 28 de junho de 1996;

- nome inscrito no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, no *Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves*, em Brasília;
- nome de logradouros públicos e instituições: avenidas, praças municipais, escolas e distritos, batizados com seu nome;
- estátuas, monumentos, quadros, comendas, reportagens, publicações diversas (revistas, livros, ilustrações) – (**figura 7**);
- tema de letras dos sambas-enredo de escolas de samba;
- cadeiras em institutos, peças teatrais, poemas, selos;
- dissertações e teses.



Figura 7 – Estátua “Maria Quitéria de Jesus, Soldado Medeiros”, de José P. Barreto, inaugurada por ocasião do centenário de sua morte, em 21 de agosto de 1953. Localizada na Rua Lima e Silva – Praça da Soledade, Bairro da Liberdade, Salvador, BA (ao lado da Igreja N. Sra. da Soledade)

Fonte: Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59953275>. Foto: Nathan Gomes

Reverberações contemporâneas de seu pioneirismo

As mulheres que acompanhavam os exércitos, no século XIX, são comumente apresentadas cuidando dos feridos, como acompanhantes e prestadoras de serviços. Bem poucas são lembradas como combatentes ou guerreiras. As narrativas sobre Maria Quitéria, no entanto, colocam em destaque, de forma pioneira, o seu protagonismo no que diz respeito à atuação na linha de frente do combate, um espaço culturalmente naturalizado para o militar masculino.

No Brasil, o ingresso das primeiras mulheres na carreira militar das fileiras do Exército ocorreu na década de 1990. Não nos esqueçamos, contudo, de que, durante a Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro admitiu mulheres, como parte do contingente recrutado para a guerra, nos termos do Decreto Lei nº 6.097, de 13 de dezembro de 1943. Em outubro de 1944, 73 mulheres (67 do Exército e 6 da Força Aérea), que se voluntariaram e concluíram o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército, saíram do Rio de Janeiro para atuarem no teatro de operações da Itália. Ao final da guerra, na desmobilização, foram condecoradas, porém não passaram a integrar o quadro de saúde, tendo sido licenciadas. Apenas em 1957, foram consideradas integrantes da Força Expedicionária Brasileira, passando a ter os mesmos direitos dos ex-combatentes.

Em 1992, com a inserção da mulher, por meio de concurso público, no recém-criado quadro complementar de oficiais (QCO)¹¹, institucionaliza-se a participação feminina no Exército Brasileiro, no contexto das atividades não operacionais, como na área de administração, ensino e afins. Na área da saúde, em 1996, foi instituído o serviço militar feminino voluntário para médicas, enfermeiras, farmacêuticas, dentistas e veterinárias. Em 1997, ocorre o ingresso das primeiras militares mulheres na carreira do quadro de saúde, por meio de concurso para a Escola de Saúde do Exército, bem como se registra o ingresso das primeiras engenheiras a serem formadas pelo Instituto Militar de Engenharia.

Até recentemente, a linha militar bélica permanecia um espaço reservado ao universo masculino apenas. Em 2012, transformações de ordem interna viabilizaram o ingresso das militares pelas escolas de formação da Linha de Ensino Militar Bélico (LEMB), com a aprovação da Lei nº 12.705, daquele ano, pela então presidente da República, Dilma Rousseff. Foi, em seguida, criado o Projeto Inserção do Sexo Feminino na Linha do Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro (PISFLEMB-EB), cujos estudos levaram à adaptação, criação e implantação dos meios necessários para que os estabelecimentos de ensino recebessem e graduassem as militares, nas mesmas circunstâncias em que se educavam e se formavam os militares homens na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (Campinas/SP) e na Academia Militar das Agulhas Negras (Resende/RJ).

Em 2021, finalizando um percurso que começou em 24 de janeiro de 2017, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) e terminou em 27 de novembro de 2021, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), formaram-se 391 novos aspirantes, entre os quais 23 mulheres no serviço de intendência e no quadro de material bélico (**figura 8**), marcando e trazendo à memória a herança do modelo combatente deixado por Maria Quitéria.



Figura 8 – Representantes da 1ª Turma Mista de Aspirantes da AMAN, Turma Dona Rosa da Fonseca¹²
Fonte: Revista Verde-Oliveira, nº 257, 2022

Embora tenhamos tido, desde as guerras da Bahia, com a presença de Maria Quitéria, grandes intervalos até que se registrasse novamente a presença da mulher nas fileiras do Exército, e embora essa inclusão tenha ainda caráter restritivo e parcial, contabilizamos considerável avanço no que diz respeito à presença

feminina em nosso Exército e nas demais Forças brasileiras. Atualmente, no *site* do Ministério da Defesa, registram-se 33.960 militares brasileiras distribuídas entre Marinha, Exército e Aeronáutica, conforme **gráfico 1**.

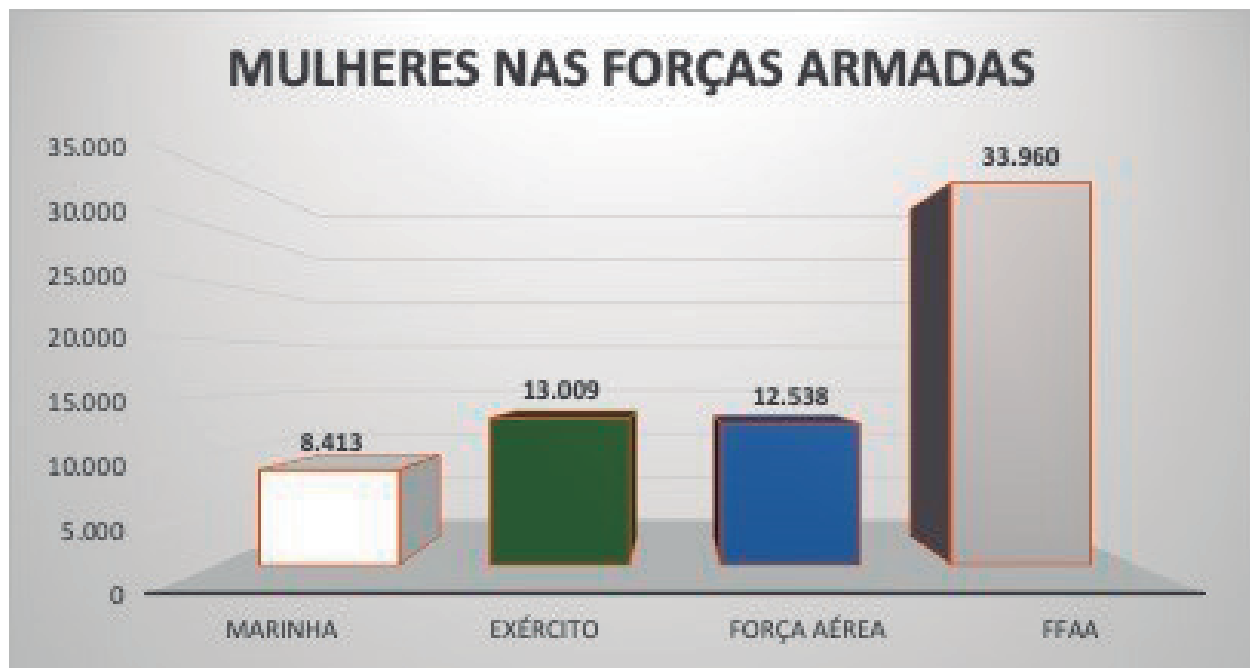


Gráfico 1 – Quantitativo das mulheres militares nas Forças Armadas brasileiras em 2021
Fonte: Página do Ministério da Defesa, 2021

Considerações finais

Neste texto, buscamos ordenar cronologicamente os fatos da vida de Maria Quitéria que contribuíram para que ela fosse reconhecida como heroína da independência, colocando em destaque o seu protagonismo como mulher militar combatente do Exército Brasileiro.

Em um primeiro momento da nossa história em que o país buscava sua identidade e sua consolidação como nação, grandes líderes e personagens militares e civis deixaram sua marca. Ao participar das lutas que contribuíram para o rompimento do pacto colonial e para a instauração de uma nova ordem, os atos de

coragem e bravura de Maria Quitéria deram a essas lutas um rosto de mulher, cujos reflexos se fizeram presentes em diversos momentos de inflexão de nossa história emancipacionista.

Por dever de justiça, consideramos relevante lembrar que ao protagonismo e patriotismo de Maria Quitéria se juntaram, ainda nessa mesma guerra, os atos de coragem de Joana Angélica, Maria Felipa de Oliveira e das anônimas de Saubara, mas, também, em outros momentos de nossa história: Clara Camarão, nas guerras contra os invasores holandeses; Anita Garibaldi, na Revolução Farroupilha; Maria Curupaiti, Jovita e Ana Nery, no longo conflito da Guerra da Tríplice Aliança; e tantas outras mulheres cujas histórias ainda estão por ser escritas.

O papel das ações individuais no curso da história sempre nos surpreende, particularmente porque o grau de liberdade e de possibilidades de um indivíduo comum, do povo, é quase sempre muito limitado pela lógica das ações do Estado, especialmente de um Estado absolutista (ainda que em seus momentos estertores), cujos preceitos e privilégios são de origem divina e, portanto, imutáveis, inquestionáveis.

Foi nesse contexto de uma sociedade patriarcal, ainda sob a aura do regime absolutista, que Maria

Quitéria, em genuíno ímpeto revolucionário iluminista, ao fugir de casa, disfarçar-se e colocar-se nas trincheiras pela emancipação política do Brasil em relação à metrópole, consegue dar um novo sentido à história, não apenas à sua, mas a de todas nós, mulheres militares brasileiras, que hoje ocupamos um lugar nas fileiras do Exército e vestimos nossa farda, sem disfarces ou constrangimentos, ao contrário, com orgulho e altivez, sob as bençãos da brava e audaz sertaneja Maria Quitéria.

Referências

AMARAL, Braz do. **A Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional**. Salvador: EDUFBA, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 650, de 10 de Junho de 2016. **Aprova a Diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e implantação do Dia da Família Militar** (EB10-D-05.001) e dá outras providências. Boletim do Exército: Brasília, nº 24, p. 11, jun 2016.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo (Org.). **Às Armas, Cidadãos!** Panfletos Manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

CCOMSEX. As Primeiras Oficiais da AMAN. **Revista Verde-Oliva**. Ano XLIX, Nº 257, março de 2022. Disponível em: <https://en.calameo.com/exercito-brasileiro/read/00123820626dd46b27229>. Acesso em: 2 abr 2022.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **A história da mulher no Exército**. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset_publisher/6ssPDvxqEURL/content/a-historia-da-mulher-no-exercito. Acesso em: 1º maio 2019.

FACHADA, Cristina *et al.* Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas: A realidade da Força Aérea. **Revista Militar** nº 2.536, maio de 2013, p. 445-475.

FERREIRA, Maristela da Silva. Maria Quitéria: a soldado Medeiros. Pioneirismo, protagonismo e patriotismo nas lutas pela Independência do Brasil. **Revista Portuguesa de História Militar – Dossier: O Brasil na História Militar de Portugal, 1500-1822**. Ano 2, nº 3, 2022.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990 [1824].

LIMA, Lorena Pereira. **Maria Quitéria**: missão feminina sob a alfaiataria militar. Projeto Interdisciplinar do Curso de Tecnologia em Design de Moda. Juiz de Fora: CES, 2019.

MAIA, Helder Thiago. O vulto da Bahia e o lugar da mulher: Maria Quitéria/Soldado Medeiros no carnaval carioca. In: **Cadernos de Literatura Comparada**, São Paulo: USP, 2020.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822, Dimensões**. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

MUSEU EUGÊNIO TEIXEIRA LEAL promove exposição em homenagem à Maria Quitéria. Disponível em: <http://cimarquesartes.blogspot.com/2012/06/museu-eugenio-teixeira-leal-promove.html>. Acesso em: 24 jul 2022.

PAULA, Edgley Pereira de. **A Independência do Brasil**. Entre mulheres-soldado, espiões e mercenários. Essa história vista “de baixo”. Vencedor (2ª colocação) do Concurso Literário Pandiá Calógeras. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2021. Em fase de pré-publicação.

REIS JÚNIOR, Pereira. **Maria Quitéria**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002 (Cap. 1 “Ser Português ou ser Brasileiro?”) p. 27-143.

RODRIGUES, Jose Wash; BARROSO, Gustavo. **Uniformes do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro e Paris, 1922. “(Obra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil: Edição Especial do Ministério da Guerra)”

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Brasileiras Célebres**. Brasília: Biênio 2004. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188343/Brasileiras%20C%C3%A9lebres.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 mar 2022.

SOUZA, Iara Lis Carvalho de. **Pátria Coroada**. O Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

TAUNAY, Affonso D’E. **Grandes vultos da Independência Brasileira**: Publicação comemorativa do primeiro centenário da independência nacional. São Paulo: Editora Proprietária Companhia Melhoramentos de S. Paulo 1922. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6960/1/45000009128_Output.o.pdf. Acesso em: 25 mar 2022.

Notas

¹ O presente artigo é uma versão estendida do artigo *Maria Quitéria: a soldado Medeiros. Pioneirismo, protagonismo e patriotismo nas lutas pela Independência do Brasil*. (FERREIRA, Maristela da Silva. Maria Quitéria: a soldado Medeiros. Pioneirismo, protagonismo e patriotismo nas lutas pela Independência do Brasil. *Revista Portuguesa de História Militar – Dossier: O Brasil na História Militar de Portugal, 1500-1822*. Ano 2, nº 3, 2022).

² De acordo com Ribeiro, uma determinada nacionalidade brasileira aparece na História do Brasil normalmente entre fins do século XVIII e os anos de 1840. Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002. (Cap 1 “Ser Português ou ser Brasileiro?”) p. 27-143.

³ A partir de 2011, a EsAEx passou a denominar-se Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), formando, além de oficiais do Quadro Complementar, os oficiais do Serviço de Saúde das áreas de Odontologia e Farmácia.

⁴ Na semântica castrense, da mesma forma que utilizamos o masculino para o posto de capitão, independentemente se para militares mulheres ou homens, também se preserva essa impessoalidade no que diz respeito aos patronos das Armas, Quadros e Serviços do Exército.

⁵ As forças reunidas na Bahia para o enfrentamento das tropas de Madeira de Melo foram denominadas ora Exército Pacificador, ora Exército Libertador, e, ainda Exército Patriota.

⁶ Importante salientar (segundo Carvalho, Bastos, Basile, 2012, p. 31) que, “se os panfletos impressos da mesma época revelam intenso debate político entre letrados em torno dos grandes problemas daquele momento, os manuscritos sobressaem pela revelação da participação das ruas na ‘guerra literária’ da constitucionalização e da independência”. Indicando, os primeiros, a complexidade dos debates, e os segundos, seu alcance.

⁷ Livro de registro de Portarias do Governo Provisório da Villa de Cachoeira da Bahia, expedidas a várias autoridades, desde 1º de janeiro de 1823 até 21 de junho do mesmo ano; p. 171 e 180 Bibl. Nac. Divisão de Obras Raras, Sec. de Manuscritos. Cf. Reis Pereira, 1953, p. 47.

⁸ Acredita-se que, em 2 de julho, o exército brasileiro possuía por volta de 10.139 homens contra 4.520 portugueses. Contabilizam-se, ainda que sem exatidão, 750 mortos e 280 feridos do lado dos patriotas contra o expressivo número de 2.500 feridos, 700 mortos e 300 capturados do lado português, isso em todo o conflito, números estes que podem ser maiores.

⁹ O desenvolvimento científico ocorrido no século XVIII e prolongado até o oitocentos, e a abertura do território brasileiro aos países europeus não ibéricos, ocorrida em 1808, fizeram com que muitos viajantes, cientistas ou não, visitassem as terras brasileiras, as retratassem e escrevessem sobre elas. Lady Graham, como ficou conhecida, foi um desses viajantes. Segundo Leite, em seu artigo “Mulheres e famílias”, Graham foi uma das cinco mulheres viajantes a visitar o território brasileiro na primeira metade do século XIX.

¹⁰ Inventário dos bens que ficarão por falecimento de Gonçalo Alves de Almeida, Fls. 61 e 62. Cartório do 1º Ofício de Santana, Bahia.

¹¹ Criado por meio da Lei nº 7831, de 2 de outubro de 1989, com a finalidade de prover à Força pessoal especializado em nível superior para desempenhar atividades complementares.

¹² Personagem de grande importância para a História Militar Brasileira, a “matriarca dos Fonseca” foi instituída, em 10 de junho de 2016, por meio da Portaria nº 650, do Comandante do Exército, Patrono da Família Militar. Perdeu três filhos nos combates da Guerra da Tríplice Aliança; legou ao Brasil o seu primeiro presidente republicano, marechal Manuel Deodoro da Fonseca, e também o patrono do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro, João Severiano da Fonseca (militar e médico).

Você conhece a biblioteca de consulta da Bibliex?

Biblioteca Franklin Dória, uma biblioteca do Exército Brasileiro

**Biblioteca
do
Exército**

*Tradição e qualidade
em publicações*

A Biblioteca Franklin Dória teve sua origem na criação da Biblioteca do Exército em 1881. Sua inauguração contou com a presença do Imperador D. Pedro II e dos demais membros da Família Imperial. Atualmente, a Franklin Dória possui uma moderna sala de leitura com computadores para que seus usuários tenham acesso à internet, sala de estudo individual e sala de vídeo/reuniões, que permitem aos seus pesquisadores o conforto necessário para usufruírem de um acervo de 15.000 exemplares, rico em obras raras do século XVI ao XIX e obras de história militar e geopolítica.



Salão de leitura



Baixas de estudo individuais



Coleção Brasileira



Obras raras



Estante expositora



Uma Geopolítica para a Integração África-Brasil

Carlos Patrício Freitas

Editorial: 2022 / ISBN: 978-65-5757-136-1 / Formato: 15,5x23 / Páginas: 296

A obra busca apresentar contribuições que balizam a formulação de políticas e estratégias que poderão ser adotadas pelo Brasil em relação à África. Contribui para isso a proximidade física, o histórico em comum desde o período colonial, a origem de parte da população e o sincretismo da cultura popular. Trata-se de um livro que abrange diversas áreas de conhecimento, relacionadas à Geopolítica, tais como História, Geografia, Sociologia, Ciência Política e Relações Internacionais.



Nadando contra a Corrente

Autor: Bernardo Guimarães Ribeiro

Editorial: 2020 / ISBN: 978-65-5757-000-5 / Formato: 15,5x23 / Páginas: 288

Nadando contra a corrente: como a dificuldade em formar as próprias ideias abre espaço para ideologias irracionais revela-se "um compêndio de assuntos" objeto de reflexão ao longo de anos. O livro, em geral, é mesmo uma síntese de estatísticas e obra de referência para constantes consultas, ainda que o autor sabiamente desmonte sua primazia com uma ironia muito bem vinda, atestando de maneira precisa as manipulações a que os números e pesquisas são submetidos pelas inteligências mal-intencionadas, exemplificações históricas e evidências documentais, tudo voltado para confrontar algumas das mitologias mais "naturalizadas" no discurso das militâncias de esquerda, das esferas de produção de cultura e da grande mídia na contemporaneidade.



Conectado para o Combate

Autor: P. W. Singer

Editorial: 2021 / ISBN: 978-65-5757-017-3 / Formato: 15,5x23 / Páginas: 688

Estamos frente a uma massiva transição da tecnologia militar que ameaça tornar as coisas reais do Exterminador do Futuro e Eu, Robô. Ao associar evidências históricas com um maravilhoso elenco de personagens, Singer demonstra como a tecnologia está alterando não apenas a maneira como as guerras são travadas, como também a política, a economia, as leis e a ética referentes à própria guerra. Deslocando-se dos campos de batalha no Iraque e Afeganistão para os dias atuais de projetos desenvolvidos em pequenos laboratórios em qualquer lugar, até nos grandes centros, Conectado para o Combate vai instigar o público leitor, desde aqueles que estudam assuntos militares, até os que se preocupam com políticas, e os que são apaixonados por mecanismos e seu funcionamento.



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações



Praça Duque de Caxias, 25
Palácio Duque de Caxias - Ala Marcellio Dias - 3º andar
Centro - CEP 20221-260 - Rio de Janeiro - RJ



Tel.: (21) 2519-5707

LIVRARIA VIRTUAL



A Batalha do Jenipapo: contribuições para a independência

*Carlos Henrique Arantes de Moraes**
*Miguel Fiuza Neto***

Questionamos o passado porque nele encontramos respostas a essas e a outras interrogações. O passado fornece elementos para compreendermos o presente (Boschi, 2020, p. 2).

Em diferentes locais do território brasileiro, desencadearam-se manifestações contrárias à independência, particularmente nas regiões mais ao norte, por uma manutenção com os vínculos lusitanos. Algumas dessas manifestações transformaram-se em revoltas, batalhas e conflitos com armas em punho.

Nesse contexto, em 13 de março de 1823, ocorreu a Batalha do Jenipapo, na vila de Campo Maior/PI, às margens do rio Jenipapo. Esse evento traz elementos fornecedores de uma compreensão da historiografia brasileira, conforme a citação de Boschi que inicia este artigo.

O objetivo do presente estudo é identificar o quanto a Batalha do Jenipapo teve influência no processo de independência nacional, trazendo os reflexos culturais da população piauiense. Para isso, a seguir, será explicitado o contexto histórico anterior à Batalha do Jenipapo. Na sequência, será apresentada a narrativa histórica da batalha e, por fim, a importância do papel dos patriotas na expulsão dos portugueses do Piauí e sua contribuição para o patrimônio territorial construído pelo processo de independência brasileira.

Introdução

A independência do Brasil, ocorrida em 1822, não foi um evento pacífico, como assinalado em uma retórica geral dos bancos escolares. Na verdade, essa pacificidade pregada pode ser compreendida pelo fato de a independência ter sido originada de uma revolta popular ou de não ter ocorrido uma batalha campal de independência, como a ocorrida nos Estados Unidos da América.

De fato, ocorreram no Brasil algumas revoltas, conflitos ou disputas pelo poder, após a independência, que exigiram um grande esforço do poder central, na época residente no Rio de Janeiro. Por vezes, o incipiente braço militar do Império brasileiro não possuía a capacidade de conter todas essas revoltas e necessitou da participação local para a manutenção do nosso atual patrimônio territorial. Isso permitiu a construção de um patrimônio cultural para as populações que participaram desses eventos.

* Maj Inf (AMAN/2003, EsAO/2012, ECEME/2021). Realizou o Curso de Operações na Selva Cat B (CIGS/2004), pós-graduação em Ciências Políticas (Faculdade UNILEYA/2018) e o Curso Avançado de Inteligência (EsIMEx/2022). Atualmente, é oficial de estado-maior na 22ª Bda Inf Sl. E-mail: chdemoraes@gmail.com

** Maj Inf (AMAN/2005, EsAO/2014, ECEME/2021). Possui os Cursos Básico e Intermediário de Inteligência (EsIMEx/2008 e 2019), Curso de Planejamento e Emprego de Mísseis e Foguetes para Oficiais QEMA (2022). Atualmente, é chefe da Seção de Pós-Graduação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). E-mail: fiuzaneto.miguel@eb.mil.br

Contexto histórico anterior à Batalha do Jenipapo

Para se compreender o contexto histórico, importante saber que, antes da Proclamação da Independência do Brasil, a colônia portuguesa no Novo Mundo estava administrativamente dividida em duas: o Estado do Brasil e o Estado do Grão Pará e Maranhão, conforme a **figura 1**.



Figura 1 – Subdivisões dos territórios portugueses na América

Fonte: Enciclopédia Barsa, 1995, p. 359

Desde 1751, durante o período pombalino¹, o Estado do Grão Pará e Maranhão, cuja extensão territorial abrangia os atuais estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amapá e Roraima, possuía uma ligação direta com Lisboa, representando, na prática, duas colônias distintas na América. O Marquês de Pombal percebeu a grande capacidade geopolítica no norte do Brasil, provavelmente devido à importância da foz do rio Amazonas, daí a centralização da política local, tanto que nomeou seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como governador do Estado.

A influência lusitana no Estado do Grão-Pará e Maranhão era muito forte. Os portugueses possuíam o controle econômico da região, pois eram proprietários das terras, donos do comércio de produtos regionais e da exploração e coleta pela prática do extrativismo.

A chegada da Família Imperial ao Brasil, somada à abertura dos portos, permitiu gerar um ambiente favorável a manifestações sobre a separação política entre metrópole e colônia. A partir dessa evolução, os deputados da Corte se dividiam entre as ideias de o Brasil voltar à sua antiga condição de colônia, assim como a possibilidade de se manter como um governo autônomo aliado ao governo português, tendo em vista a disputa que se dava em família (Malerba, 2000, p. 225).

Outrossim, ocorria em Portugal a Revolução do Porto, motivada por um contexto específico de valorização da nação portuguesa, que havia mergulhado em uma crise econômica sem precedentes, especialmente depois do desmantelamento da exclusividade comercial com a abertura dos portos em 1808, ferindo o nacionalismo português e pressionando o retorno da Coroa para Lisboa.

A chegada da Coroa lusitana ao continente americano permitiu avanços no Brasil. A criação de imprensa, biblioteca nacional, universidades, entre outras instituições, ainda que possuíssem estruturas precárias, modificaram a colônia. Isso pode ser percebido no retorno de D. João VI a Lisboa e suas palavras de despedida ao filho, que permanecia como regente em terras brasileiras: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros” (Frota, 2000, p. 244).

Com essas palavras, D. João VI já pressentia a independência do Brasil e visualizava como se articular para o que estava por vir. Em 1821, nomeou o major João José da Cunha Fidié, seu afilhado, para a função de governador das armas no Piauí. Esse personagem assumiria um papel protagonista durante a Batalha de Jenipapo.

Em 1811, por meio de decreto régio em 10 de outubro de 1811, as capitâncias do Maranhão e do Piauí separaram-se (Neves, 2006, p. 46). A influência lusitana local, no entanto, permanecia bastante atuante. Ainda assim, a região do Piauí permaneceu entregue à “ocupação e exploração dos desbravadores maranhenses e baianos, na região compreendida entre o Canindé e o Parnaíba” (Brandão, 2006, p. 36-38).

A nomeação do major Fidié pode ser entendida como um passo para a manutenção do norte brasileiro como colônia portuguesa. Assim, seriam mantidas as capitânicas do Pará, Maranhão e Piauí, aliadas ao governo de Lisboa, visto que a consolidação da independência parecia inevitável no restante do Brasil. Para Portugal, manter o Piauí sob dominação política era fundamental. Primeiro, porque a criação de gado na província havia prosperado, tornando-se um dos maiores fornecedores de carne para o restante do Brasil, o que se tornaria um trunfo. Segundo, porque a posição geográfica piauiense era estratégica para a resistência de frear os movimentos independentistas vindos do Sul, assegurando que as províncias mais fiéis a Lisboa – o Pará e o Maranhão – não fossem influenciadas por esses ideais.

Além disso, os sistemas de comunicação já funcionavam com bastante êxito, especialmente na cidade de Oeiras – então capital piauiense –, que se configurava um lugar nevrálgico para a manutenção das comunicações entre o governo central e as províncias do Norte. Justamente por essa razão, não seria difícil se imaginar que o Piauí também funcionaria como fronteira no período separatista, de onde se impediria a entrada tanto das tropas independentistas quanto de gêneros alimentícios, como o gado, uma vez que os rebanhos do Piauí abasteciam o mercado das capitânicas vizinhas, como Ceará, Bahia, Pernambuco, Maranhão (Chaves, 2005, p. 27).

Esse era o ambiente vivido no Brasil Colônia nos momentos anteriores à independência. A notícia sobre o ocorrido em 7 de setembro de 1822 já havia chegado a Oeiras no dia 30 daquele mesmo mês, por meio de folhetins e panfletos, e foi se espalhando por outras vilas, iniciando uma divisão entre os adeptos da independência e os que nutriam apreço por Portugal.

No período da Proclamação da Independência, portanto, o Piauí ainda era governado por elites simpaticistas ao governo luso, porém se encontrava no limiar de territórios com ideais separatistas, como o Ceará, por exemplo. Essas variáveis foram suficientes para o surgimento de um choque de interesses em terras piauienses. Uma vez que os focos de resistência contrários ao decreto de D. Pedro I seriam incidentes nas cidades em que a liderança local se aproximava das

relações com a metrópole portuguesa e se beneficiava com essa proximidade, particularmente no caso piauiense, sua posição geográfica seria o ponto fulcral para que ocorresse um embate mais acalorado na província.

O estopim para a Batalha do Jenipapo

As manifestações públicas de adesão ao Imperador D. Pedro I tiveram início no norte da Capitania do Piauí pela Vila de São João da Parnaíba em 19 de outubro de 1822 (Marques, 1999, p. 27; Chaves, 2005, p. 35). O movimento foi liderado por Simplício Dias, um magnata com fama de ser o homem mais rico do Piauí, e Leonardo Castelo Branco, um militar regional.

No momento em que essas manifestações foram noticiadas em Oeiras, ainda capital da província, o major Fidié escreveu uma carta aos revoltosos como tentativa de persuadir seus líderes a não praticarem esse “crime”, permanecendo fiéis aos “sagrados vínculos que vos ligam a vossos irmãos portugueses” (Neves, 2006). Ato contínuo à remessa da carta, Fidié iniciou uma marcha com 1.100 homens armados com o objetivo de chegar à vila litorânea de São João da Parnaíba. As características fisiográficas da região castigaram o grupamento militar, e os 660km que separam Oeiras de Parnaíba foram atravessados em meses.

Devido a essa severidade do clima regional, a tropa de Fidié realizava seus altos de descanso em pequenas fazendas isoladas, no meio das carnaubeiras esparsas. Ali, os homens de Fidié consumiam o pouco que os moradores possuíam. Por vezes, os pequenos agricultores, com receio da tropa, fugiam e abandonavam seus lares.

Nessas condições, a tropa portuguesa chega a Campo Maior, no centro do caminho para Parnaíba. A parte portuguesa da população campo-maiorense recepcionou Fidié e seus homens de forma calorosa, permitindo um descanso mais confortável. Fidié, bastante seguro e confiável do cumprimento da missão em Parnaíba, discursou na Praça da Matriz para os habitantes locais. A referida recepção, no entanto, havia sido preparada pela elite portuguesa que residia em

Campo Maior. A população menos abastada, que era a maioria, considerava-se brasileira e se incomodava com as submissões impostas por essas elites lusitanas.

As ações imorais da tropa de Fidié sobre a população mais pobre serviram, também, para aumentar o distanciamento dela para com a elite portuguesa e potencializaram ainda mais um sentimento de diferenciação, fortalecendo a separação e o patriotismo. Ao chegar a Parnaíba, Fidié e seus homens encontraram uma cidade vazia. A carta remetida antes de sua partida surtira efeitos morais nas lideranças separatistas e todos afugentaram-se. Esse abandono contribuiu para que Fidié tivesse a certeza de que sua missão havia sido muito bem cumprida, reforçando seu sentimento anterior.

A tropa lusitana, ao adentrar a localidade, realizou prisões de parentes dos manifestantes que se encontravam na cidade e ainda usurparam as rendas públicas, o cofre e as esmolas da Igreja Nossa Senhora do Rosário e os animais de fazendeiros locais (Neto, 1995), mais uma vez criando um ambiente desfavorável perante a população local. O feito serviu de inspiração para Fidié, que já planejava ocupar o Ceará, província que se demonstrava a favor da separação da Coroa portuguesa. Revolucionários em Oeiras perceberam, todavia, o quão vulnerável estava a capital piauiense e tramaram a destituição da junta do governo e a adesão à independência brasileira.

Em 13 de dezembro de 1822, os manifestantes de Oeiras tomaram a Casa de Pólvora na capital. Os revolucionários estavam, a partir desse momento, de posse de armas e munições da própria força armada portuguesa. O brigadeiro Manuel de Souza Martins foi o líder dessa ação. Dessa forma, conduziu a adesão de Oeiras ao movimento independentista e tornou-se o presidente da junta, eleito pelo Senado da Câmara da capital.

Não satisfeito, Manuel Martins remeteu ofícios a todas as cidades piauienses, incentivando-os a tomarem a causa brasileira. Um desses ofícios era endereçado a Fidié, ainda em Parnaíba, para que passasse o governo da província ao capitão Manoel Pimenta de Sampaio. Manuel Martins esperava que Fidié marchasse para o Maranhão com a finalidade de obter apoio e retornar ao governo do Piauí, tanto que enviou 100

homens para patrulhar o rio Parnaíba, na região de São Gonçalo, atual Amarante, local onde esperava ultrapassar a tropa de Fidié.

Nesse ínterim, Leonardo Castelo Branco – o que se afugentou antes da chegada de Fidié em Parnaíba – assumiu a cidade de Piracuruca e, com um punhado de homens, seguiu para Campo Maior. Lá conseguiu fazer com que soldados de Fidié que guarneciam a cidade mudassem de causa e aderissem ao movimento independentista. Ainda empolgado, Castelo Branco tenta convencer, por meio de carta, a adesão da cidade de Caxias, no Maranhão, contra Fidié.

O capitão José Antonio Correia convida o jovem Castelo Branco para uma visita a Caxias, transmitindo uma percepção de aderência ao movimento de separação. Castelo Branco, ao atravessar o rio Parnaíba, indo ao encontro de José Correia, é traído. Na margem maranhense, é rendido pelo próprio capitão e conduzido para São Luís, onde foi julgado e punido.

Somente em 1823, Fidié resolve agir. Suas opções eram partir para São Luís, por meio marítimo ou terrestre. Essa última opção era a que o brigadeiro Manuel de Souza Martins esperava. Existia também a opção de enfrentar a revolta surgida na capital, e foi essa a decisão de Fidié. A crença das tropas portuguesas é que sua chegada a Oeiras seria igual a Parnaíba: os líderes se afugentariam e Fidié lograria êxito. A calorosa recepção das tropas em Campo Maior reforçava essa confiança.

Fidié não imaginava o quanto Campo Maior havia mudado. A chegada de Castelo Branco à cidade estimulou aqueles brasileiros abastados a se expressarem e somou-se a isso a traição sofrida, que contribuiu para agitar os ânimos a favor da causa brasileira. Dessa vez, os homens armados de Fidié não teriam a mesma recepção em Campo Maior.

A favor de Fidié, os dois meses em que estacionou em Parnaíba foram suficientes para adestrar melhor sua tropa e até mesmo incrementar seus equipamentos com materiais recebidos do Maranhão. Por outro lado, chegara a Campo maior um efetivo de aproximadamente 500 homens vindos do Ceará para lutarem a favor da independência. O capitão Luiz Rodrigues Chaves assumira o comando da cidade desde a partida de Castelo Branco para a traição em Caxias.

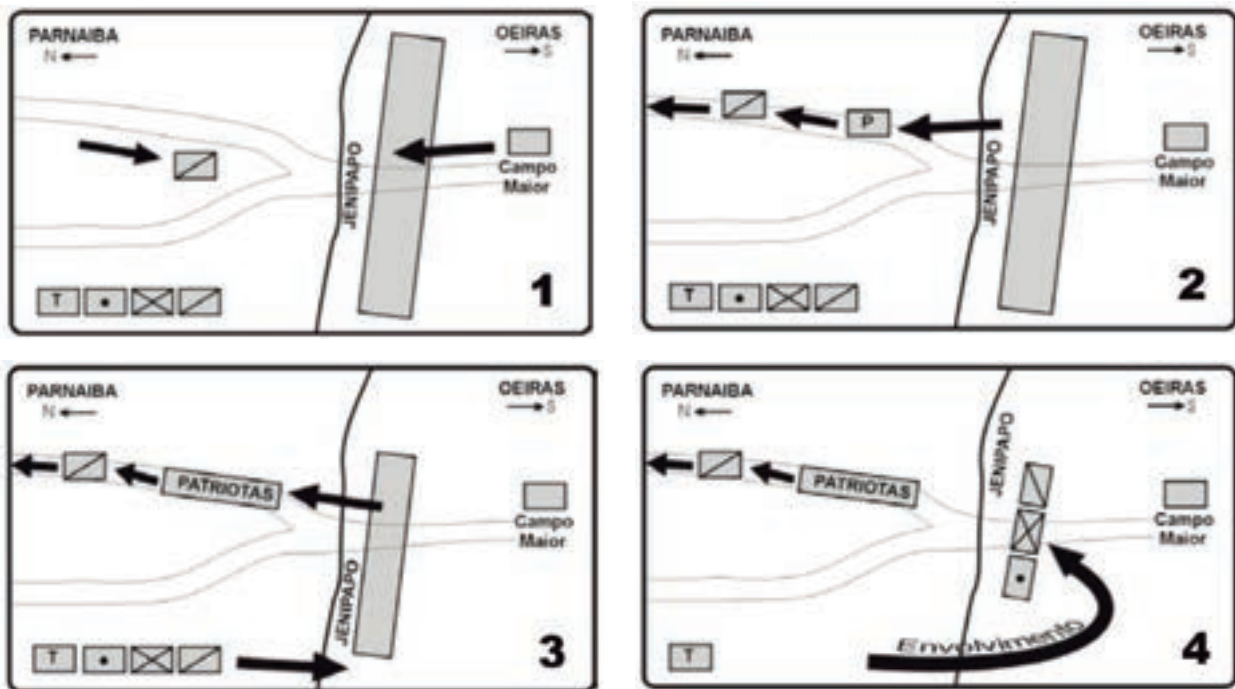
A Batalha do Jenipapo

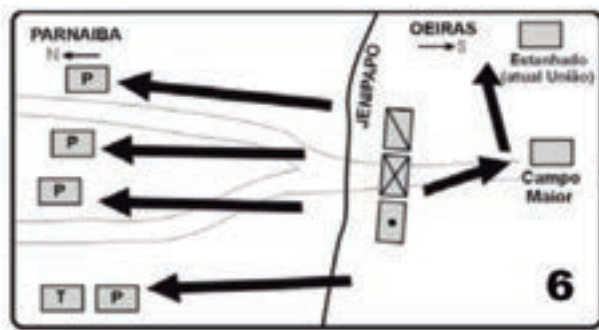
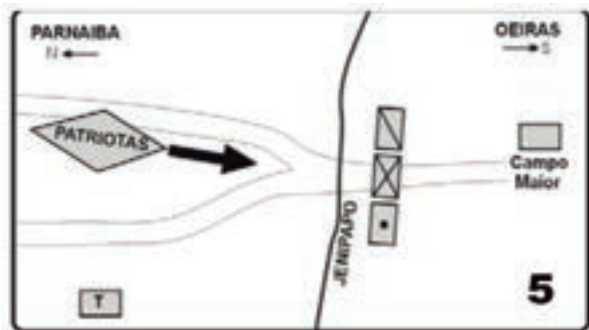
A marcha de Fidié para Oeiras teve um primeiro contato, no dia 10 de março de 1823, com 60 combatentes cearenses e independentistas na vila de Piracuruca. Frente a 1.100 homens milicianos de infantaria, cavalaria e artilharia com 11 canhões, os poucos patriotas não puderam fazer muito. Os informes que chegavam a Fidié era que uma força voluntária reduzida, mobilizada às pressas por gente do povo sem nenhuma experiência militar, armados com seus instrumentos de trabalho no campo – facas, facões, foices – e com as armas de caça de carregar encontravam-se em Campo Maior.

De fato, a realidade não se afastava muito desses informes. O capitão Luiz Rodrigues Chaves reunia aproximadamente 2.000 homens para a campanha, porém apenas os 500 militares vindos do Ceará possuíam instrução mínima de combate. Os demais milicianos eram exatamente o que estava descrito nos

informes. Agricultores, vaqueiros e homens do campo sem disciplina e instrução militar, mas dispostos a morrer pela causa patriótica, marcharam para as margens do rio Jenipapo, vazio em razão da seca, onde, bem disfarçados, guardavam as duas saídas abertas no meio de carnaubais que ali desembocavam na margem oposta. Sob orientação de Chaves, a intenção era surpreender Fidié, evitando um desvantajoso combate de encontro.

Fidié era um homem experimentado em combate e abordou Campo Maior de maneira tática. Os patriotas que se postavam no rio Jenipapo denunciaram suas posições com o que Fidié montou de “isca”. A **figura 2** demonstra como um destacamento travou contato com as tropas patriotas e retraiu, atraindo os inexperientes combatentes independentistas, certos de que estavam superando o oponente. Enquanto isso, a maior parte das tropas lusas desbordavam e assumiam os mesmos locais antes ocupados pelos patriotas.





Legenda:



Tropas patriotas



Tropa de infantaria de Fidié



Tropa de cavalaria de Fidié



Tropa de artilharia de Fidié



Trens de combate de Fidié²

Figura 2 – Desdobramento tático no rio Jenipapo

Fonte: Bento, 2008

Os patriotas, improvisados soldados de circunstância, ao retornarem para a sua posição inicial, surpresos, constataam que a posição agora estava ocupada por Fidié. Reagrupam-se e partem para o ataque feroz, que se estende por longas horas, com desgastes significativos para os dois lados. Nesse momento, patriotas, lutando bravamente, tombam em combate desigual contra uma posição fortificada e guarnecida por 11 canhões.

Com pesadas perdas, ambos os contendores se retiraram do local do combate. Fidié avançou para próximo de Campo Maior, onde desistiu de prosseguir na reconquista de Oeiras, preferindo marchar para a localidade de Estanhado, atual União, onde tentou receber reforços da junta do Maranhão, favorável a Portugal. Os patriotas, na retirada, encontraram algumas das bagagens de Fidié, privando seu fluxo logístico com itens essenciais (armas, munições, dinheiro etc.).

O saldo final dessa batalha aponta para números próximos a 16 mortos e 60 feridos pelo lado português, contra 542 brasileiros mortos e 200 feridos. Os números são bastante imprecisos, particularmente pelo lado português, já que Fidié enterrou seus cadáveres em cova coletiva e sem nomes (Silva, 1972).

Apesar dos números favoráveis a Fidié, a Batalha do Jenipapo forneceu a ideia de patriotismo e adesão à causa brasileira. Sua fuga para Estanhado foi um reconhecimento da inevitável escolha de uma população que escreveu possivelmente a mais emocionante página das Guerras da Independência, escrita com sangue e bravura por patriotas do Nordeste brasileiro.

Após Estanhado, Fidié se dirige para terras maranhenses com seus soldados, onde tenta ainda algumas investidas em cidades piauienses. A partir daí, os esparsos combates ocorridos já não teriam mais os mesmos vultos da Batalha do Jenipapo.

Considerações finais

O Piauí possui a harmonia das raças como um fator diferenciador no seu Estado. Não se pode dizer que isso é fruto da Batalha do Jenipapo, porém isso foi um diferenciador. Essa característica, da colonização até os dias atuais, pode ser observada em Campo Maior, quando a população local totalmente miscigenada lançou-se ao encontro do inimigo, de maneira unida.

Além disso, há de se exaltar a figura de Simplício Dias, considerado o precursor da independência do Piauí. Muito provavelmente motivado por ideais liberais, demonstrava grande simpatia a D. Pedro I, em menosprezo à Coroa portuguesa. Mesmonão tendo participado da Batalha do Jenipapo, foi responsável pelo estopim que a gerou.

Outro personagem que deve ser destacado é Leonardo Castelo Branco. Ainda que não combatesse diretamente no dia 13 de março, seu legado merece ser referenciado. Deixou sua fazenda e família e foi para Parnaíba, com disposição para lutar pela ideia da independência, mesmo sem experiência e meios militares para sustentar o movimento. Antes de ser enganado, conseguiu grandes feitos, como a conquista da vila de Piracuruca e a organização de uma sinergia de forças com a população de Campo Maior, que originou a Batalha do Jenipapo. Vale ressaltar, ainda, na sua linhagem genealógica, o marechal Humberto Castelo Branco, diferenciado militar brasileiro, que, mais de um século depois da Batalha do Jenipapo, foi oficial de operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos campos italianos, combatendo a tirania nazista.

Como último destaque, e talvez o mais importante, é a população campo-maiorense, que enfrentou as tropas adestradas de Fidié. Essas tropas não eram

melhores apenas em adestramento, mas também em equipamentos e armamentos drasticamente superiores aos dos patriotas brasileiros. A grande maioria desses campo-maiorenses nada possuía, a não ser um simples facão de mato e muita crença na causa brasileira.

Não à toa, a Batalha do Jenipapo é um exemplo de patriotismo. Os ideais daqueles que tombaram ultrapassaram a capacidade bélica de imposição por meio de armas. Também é verdade que esse ato heroico não possui a difusão merecida, especialmente fora das terras piauienses.

Por fim, a exaltação e rememoração dessa batalha caracterizam uma cultura popular local, que deve ser mantida e, se possível, ampliada para um nível nacional, enaltecendo o que um povo, muitas vezes esquecido, pode representar para sua nação. A população foi o braço armado de um país incipiente. Suas instituições ainda não gozavam de uma organização capaz de enfrentar obstáculos aos seus objetivos, particularmente em terras distantes da capital, Rio de Janeiro. Desse modo, piauienses, maranhenses e cearenses protagonizaram a passagem de um sentimento estritamente regional para um sentimento nacional. Campo Maior pode se orgulhar de ter sido o palco de um memorável evento da historiografia brasileira.

Referências

BENTO, Cláudio Moreira. **O Combate de Jenipapo**: descrição e análise militar e a sua projeção estratégica na Independência no Ceará, Piauí e Maranhão. Resende: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2008.

BOSCHI, Caio C. **Por que estudar História?** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

ENCICLOPÉDIA BARSA. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda, vol. 10, 1995.

FROTA, Guilherme de Andrea. **500 anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, Renato Neves. As Charqueadas na Parnaíba. **Cadernos de Teresina**, ano 12, n. 31, p. 22-29, 1999.

NETO, Adrião. **Dicionário Biográfico – Escritores Piauienses de Todos os Tempos**. Teresina: Halley, 1995.

NEVES, Abdias. **A Guerra de Fidié**. Teresina: Fundapi, 2006.

SILVA, Luís Antonio Vieira. **História da Independência da Província do Maranhão 1822-1828**. São Luís: C. E. Americana, 1972.

Nota

¹ Durante o reinado de D. José I (1750-1777), seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – teve participação bastante atuante nas reformas políticas portuguesas, particularmente aquelas voltadas para a colônia brasileira. As reformas pombalinas aumentaram a dominação da metrópole sobre a colônia.

² Termo militar que indica os materiais de estacionamento, bagagens e outros materiais não voltados para a linha de frente do combate.

A fase europeia de José Bonifácio

*José Geraldo Gomes Barbosa**

Introdução

Discorrer sobre José Bonifácio de Andrada e Silva significa escrever sobre o português nascido em *Terra Brasilis*, defensor do absolutismo. E que, em consequência das suas virtudes, foi encorajado pela Corte de Portugal a conhecer a evolução dos estudos das ciências naturais, em particular os avanços da física, da química e da mineralogia. Não somente isso, mas, sobretudo, em razão de circunstâncias políticas, sociais e econômicas vigentes naqueles tempos na Europa Ocidental, Bonifácio teve a oportunidade de se apropriar dos ensinamentos doutrinários que embasaram o movimento intelectual, filosófico, cultural e econômico emergido entre os séculos XVII e XVIII na Europa Ocidental, denominado Iluminismo.

O presente trabalho tem a pretensão de discorrer sobre a contribuição da vivência europeia na formação do cientista e estadista brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva. Assim, debruçar-se sobre acontecimentos políticos ocorridos no *Século das Luzes* é medida que se impõe, uma vez que, à época, em diferentes regiões do mundo ocidental, houve significativas alterações dos valores sociais, econômicos e culturais.

Fase inicial

A história, como diziam os romanos, é a mestra da vida. Significa dizer que, por meio do conhecimento do passado, torna-se possível planejar ações futuras.

Pesquisar, pois, a formação acadêmica, bem como a transformação de um português castiço e monarquista absolutista em outro homem, ilustrado com doutrinas de uma monarquia constitucional, de prima, requer a identificação do ambiente político, econômico, social e cultural vigente no continente europeu nos idos de 1780 a 1819.

Explicando melhor, torna-se imprescindível clarificar as múltiplas facetas da personalidade do homem *avant la lettre*, desde a do pesquisador da natureza, do servidor público, do militar e do humanista até a do articulador Patriarca da Independência e defensor intransigente dos limites geográficos do território brasileiro.¹

Deve-se evidenciar não somente o cientista focado nas ciências mineralógicas, mas, também, o político de acendrado espírito público, voltado ao estudo das questões e soluções pertinentes ao Reino de Portugal e ao Brasil Colônia. Deve-se reconhecer, sobretudo, no homem público José Bonifácio, a habilidade na condução das tarefas, o grau de envolvimento e o controle da decisão que deflagrou o processo de separação do Brasil das Cortes Portuguesas. Além de indagador da natureza, José Bonifácio dispunha de uma personalidade assertiva, isto é, “era um homem que fazia acontecer”, mas, igualmente, sonhador e pleno de ideias em busca do constante aprimoramento de convivência civilizada entre os homens.²

Com efeito, naqueles tempos, as monarquias absolutistas dominavam a Europa e, na figura do rei, concentrava-se o poder de cada nação. Apesar disso,

* Graduação em Engenharia Química (UFPR) e Direito (UNISANTOS/SP); mestre em Direito Ambiental (UNISANTOS); cursos e estágios na Nippon Steel Co (Japão), Controle de Qualidade na United Steel Co (USA) – área de controle do meio ambiente; relator do Tribunal de Ética da OAB/SP – Seccional de Santos durante 10 anos; membro do IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Santos; membro do IGHMB – Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; membro do Rotary Club de Santos; membro da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos; vice-presidente do Movimento Pró-Memória de José Bonifácio de Andrada e Silva. E-mail: jg.geraldobarbosa@gmail.com.br

afiorava, no continente europeu e nas Américas, o movimento intelectual, filosófico e cultural denominado *Iluminismo*.

O Iluminismo

O Iluminismo surgiu nos séculos XVII e XVIII e tinha como ideário clarificar conceitos e regras civilizatórias, sobretudo disseminar os direitos de liberdade e de igualdade do cidadão perante a lei, apregoados nas obras filosóficas de Voltaire e Rousseau. Voltaire semeava o ideal supremo da liberdade do homem. Rousseau, a igualdade perante a lei. Ambos eram teentes a Deus, porém combatiam tenazmente o poder do clero.³ O Iluminismo também não aceitava o poder ilimitado dos reis, havendo, pois, necessidade de se impor balizas e demarcações ao poder real.

Além de contraditar os valores da Igreja, apregoava o uso da razão e reverenciava a dignidade humana. O Período das Luzes se destacou pelo surgimento do conceito de repartição de poderes do Estado e, sobretudo, dos direitos e obrigações do cidadão. E, não somente por isso, mas, especialmente, por demarcar os primórdios da aplicação e obediência aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa do cidadão perante os órgãos de Estado. Ou seja, toda e qualquer relação fática jurídica existente entre litigantes deveria submeter-se ao poder estatal competente para que fosse apreciada, delimitada e decidida sobre o litígio estabelecido. O mundo ocidental à época das “luzes” era um fervilhar de escritos intelectuais filosóficos do ideário de liberdade e de igualdade entre os homens.⁴

Nessa linha, consolidava-se o direito do cidadão a ter direitos, visto ser o homem livre e responsável por decidir sobre sua própria vida. Era, pois, imperativa a existência de uma *Lei Maior*, de uma *Carta Política* denominada *Constituição*, que viria a estabelecer o regramento a ser obedecido pelos órgãos estatais, bem como por todo e qualquer cidadão. Melhor dizendo, a intelectualidade iluminista pregava o uso da razão para a convivência humana.

De se ressaltar, à época, os pensamentos filosóficos de Voltaire e Rousseau, que fundamentaram o

alicerce normativo que rege o processo civilizatório da humanidade. Significa dizer, as concepções de que os seres humanos nascem livres e iguais em direitos e deveres representam os primórdios dos princípios constitucionais dos direitos humanos, que, ao longo dos anos, exigiram e estão a exigir contínuo aperfeiçoamento.⁵

O Século das Luzes foi, então, um marco de ruptura entre um passado de trevas e um futuro de prosperidade, econômica e social. E não somente isso. Também representou o marco de implementação de inovações tecnológicas advindas da pesquisa científica a evidenciar o alvorecer da revolução industrial.⁶

Nessa toada, ilustres personalidades contribuíram para a formação do humanista José Bonifácio, entre elas Diderot, defensor e divulgador da filosofia iluminista, além de outros, igualmente ilustres, como:

– John Locke, de origem inglesa, que defendia a monarquia constitucional e um poder legislativo constituído pelos representantes do povo eleitos pelo voto direto. Essa forma de governo foi implementada na Inglaterra após a Revolução de 1688.

– Montesquieu, francês, igualmente proeminente iluminista, descreveu a teoria da separação dos poderes no seu livro *O Espírito das Leis*, um tratado de teoria política, cujo conteúdo exprime a divisão do poder do Estado em três poderes: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

– Adam Smith,⁷ escocês, por seu turno, pregava a não intervenção do Estado na economia, sendo o poderio estatal restrito às funções de guardião da segurança pública, garantia da propriedade privada e mantenedor da ordem. Na sua principal obra, *A Riqueza das Nações*, Adam Smith defendia a interferência mínima do Estado na sociedade, isto é, o estabelecimento do livre mercado, devendo a participação estatal se limitar a fomentar o empreendedorismo e estimular a livre concorrência.

A doutrina de Adam Smith nos dias atuais constitui os *guidelines* do liberalismo econômico aplicado aos países do mundo ocidental. Na prática, os ensinamentos de Adam Smith focavam a implementação de políticas públicas voltadas a estimular a capacidade do homem de gerar postos de trabalho, de produzir

rendas sem interferência do Estado, de reduzir tributos e controlar efetivamente as chamadas *despesas administrativas*.⁸

Aprendizados de José Bonifácio

José Bonifácio nasceu a 13 de junho de 1763, em Santos, filho de rico comerciante da praça santista. Tinha outros irmãos, entre os quais se destacaram, igualmente na vida pública, Antonio Carlos de Andrada e Silva e Martim Francisco de Andrada e Silva. Em meados dos anos setecentos, passou a infância na então Vila de Santos. A alfabetização e a instrução primária lhe foram ministradas pelos familiares até a puberdade.²

Na busca de conhecimentos sobre os clássicos de ética e literatura, e ainda para aprender a se expressar em outros idiomas, mudou-se para São Paulo, onde, dos 14 até os 17 anos, recebeu educação escolar nos cursos mantidos pelo bispo D. Frei Manuel da Ressurreição. Importante considerar ter sido esse período um marco decisório na vida de Bonifácio, sobretudo porque, além de ter adquirido uma sólida formação humanística, teve despertada intensa paixão pelo estudo e conhecimento das ciências naturais. Esse fato, indelevelmente, iria caracterizar parte da sua extensa biografia. Afora isso, granjeou sólido embasamento e sapiência importantes para seu ingresso na Universidade de Coimbra.

Em 1783, viajou para Lisboa com destino à Universidade de Coimbra, onde se matriculou na Faculdade de Direito e na de Filosofia. A Faculdade de Filosofia houvera sido recentemente criada no bojo das medidas implementadas pelo Marquês de Pombal, que objetivavam disseminar o conhecimento das ciências naturais, em especial, da física e da química.³

Naquela universidade, recebeu sólida formação em direito natural, direito civil romano, direito civil português, direito canônico e estudo jurisprudencial, colando grau em direito em 16 de junho de 1787. No Curso de Filosofia, estudou as lições de história natural, física experimental e prática de química analítica qualitativa/quantitativa. No Curso de Matemática, ad-

quiriu conhecimentos de álgebra, geometria analítica e descritiva, cálculo integral e diferencial.

José Bonifácio era um voraz devorador de livros. Tinha enorme capacidade de aprender. Em Coimbra, cursou três faculdades: uma de leis, outra de matemática e uma terceira de filosofia. Não se restringia a aprender unicamente o conteúdo da matéria que os mestres da universidade lhe ofereciam. Consumia e se deliciava com a leitura dos livros mais divulgados à época.

Nessa linha, objetivando conhecer em profundidade as obras dos principais filósofos do Iluminismo e, ainda, na condição de aluno coimbrão, portanto com fácil acesso à biblioteca da Universidade, Bonifácio conheceu os livros escritos por Voltaire e Rousseau. Ao primeiro, chamava de o “Profeta dos Filósofos”.⁴

E mais, conheceu também as equações dos teoremas de Leibniz, bem como o conceito e formação do Estado formulado por Locke; a teoria de repartição dos poderes do Estado formulada por Montesquieu; além dos clássicos dos poetas Virgílio, Camões e Horácio.

As reflexões e meditações dessas leituras eram co-tejadas com a realidade daqueles tempos. Esse o entendimento e proceder de José Bonifácio na busca de sempre fazer uso e agir de forma racional como houvera aprendido nas pesquisas mineralógicas levadas a termo.

A aplicação da metodologia racional às pesquisas científicas imprimiu no espírito de Bonifácio a marca indelével da cultura setecentista da filosofia das luzes, na qual estavam atrelados os conceitos e enraizadas as doutrinas que embasaram a concepção de Estado de Direito e Sociedade Civil organizada. Não somente isso, mas, também, de onde derivou o ideário político, social e liberal regulamentado pela Carta Magna, a Constituição.

Na condição de pesquisador, José Bonifácio foi integrado à elite intelectual portuguesa, ligada a valores e comportamentos de uma sociedade hierarquizada. Nesse jaez, buscou se inteirar sobre questões sensíveis às relações entre a metrópole e a *Terra Brasilis*. Em especial, a questão da civilização dos índios, a abolição do tráfico e da escravidão dos negros, temas so-

ciais complexos, que demandavam soluções realistas. A seu turno, o Estado português atribuía regalias e honrarias ao pesquisador de ciências. Essas vantagens contemplavam desde a dispensa do serviço militar até a concessão de bolsas de estudo e isenção de impostos.

Bonifácio se tratava de um servidor da Corte Portuguesa, sendo certo que sua conduta estava em consonância com a decisão do Marquês de Pombal de investir na prospecção dos recursos naturais existentes no território português. Nessa toada, o recém-formado José Bonifácio, ávido por interagir, travou contato com membros da realeza lusa, entre os quais, Dom João Carlos de Bragança, o Duque de Lafões.

De fato, o Duque de Lafões havia recentemente regressado a Portugal após cumprir excursão à Europa com a finalidade de pesquisar as causas da baixa produção científica e perda do poderio político e econômico da nação portuguesa. Durante o périplo europeu, constatou a existência, na Inglaterra, de uma instituição científica independente, a Royal Society de Londres, fundada em 1662. Desde 1666, funcionava, em Paris, a Academie Royale des Sciences. Nessa linha, foi criada, em 1780, a Academia Real de Ciências de Lisboa, *locus* aglutinador do ideário científico.

Em 4 de março 1789, o Duque de Lafões convida Bonifácio a ingressar na Academia de Ciências de Lisboa, pois vislumbrou no recém-formado o interesse em pesquisar as ciências naturais. Assim é que, como acadêmico, Bonifácio publicou, em 1790, a monografia de estreia: *Memória sobre a pesca das baleias e extração de seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*.

Na academia, José Bonifácio se deparou com o italiano Domenico Vandelli, professor da cadeira de história natural da Universidade de Coimbra e que escolhera Portugal para exercer seu trabalho. Vandelli pregava a necessidade de o Estado português dispor de um inventário das florestas existentes no Brasil colonial. Os acadêmicos de Lisboa tinham convicção da importância dos trabalhos científicos produzidos, visto que, quando divulgados, tornar-se-iam fonte de informações para potenciais investidores economicamente ativos para gerar renda. Após ingressar na academia, Bonifácio e dois outros companheiros foram

agraciados com viagens técnicas e treinamento em países da Europa Ocidental.

A França foi a primeira nação visitada em plena efervescência da Revolução Francesa de 1790. Em Paris, os jovens acadêmicos conheceram a evolução da química moderna e aprenderam as metodologias adotadas pelos cientistas, entre eles, o Abade De Hauy na mineralogia, Jussieu na botânica e Fourcroy na química. Em 1792, Bonifácio publicou, na Sociedade de História Natural de Paris, a obra *Memória sobre os Diamantes do Brasil*.

Da França, José Bonifácio viajou a Freiberg, na Alemanha, localizada na Saxônia, fronteira com a Polônia, considerada, à época, polo de mineração de tecnologia avançada, além de possuir excelente escola de engenharia de minas. Lá, conviveu com trabalhadores mineiros, visitou instalações fabris e teve acesso aos processos industriais de separação, lavagem e identificação dos minérios.

A partir de Freiberg, dirigiu-se a Berlim, tornando-se, em 17 de janeiro de 1797, integrante da Sociedade dos Amigos da Natureza de Berlim. Na Hungria e na Áustria, visitou, respectivamente, instalações de metalurgia e de produção de sal. Na Itália, a caminho dos Países Nórdicos, fez contato com Alexandre Volta, inventor da pilha voltaica.

Na Suécia e na Dinamarca, conheceu a produção de ferro gusa e metalurgia da prata. Foi também admitido como membro da Academia Real de Ciências de Estocolmo, no dia 25 de outubro de 1797. Nos Países Nórdicos, descobriu 12 espécies de minerais, sendo quatro desconhecidas: o *espodumênio* (*alumínio silicato de lítio*); a *petalita* (*silicato de alumínio e lítio*); a *criolita* (*halogeneto de sódio e alumínio*) e a *escapolita* (*grupo de silicatos de alumínio contendo grande proporção de cálcio, potássio e sódio*).

A descoberta do minério contendo lítio deu a José Bonifácio, em 1868, o reconhecimento da comunidade internacional de cientistas, sendo homenageado *post mortem* pelo geólogo James Dwight Dana, que “batizou” como *Andradita* o minério formado pelo *neossilicato de cálcio, magnésio, alumínio, ferro, cromo, manganês e titânio*.

De se ressaltar que, no mundo atual, o lítio, metal alcalino, tem larga aplicação no fabrico de baterias que alimentam os telefones celulares. Na forma de hidróxido e carbonato de lítio, é empregado na tecnologia de fabricação de lubrificantes, graxas, cerâmica e aços de alta resistência térmica, utilizados nas espaçonaves. Os sais de lítio, igualmente, são empregados na composição química dos fármacos destinados ao tratamento de doenças psiquiátricas e distúrbios bipolares.

Considerações de ordem geral

Ao regressar a Portugal em 1800, após 10 anos de estudos, Bonifácio adquiriu um acervo técnico diferenciado dos conhecimentos existentes na elite lisboeta. Como tal, era um cidadão acima do seu tempo, pois se comunicava em 6 idiomas, possuía vasto cabedal científico e dedicação a vários temas no campo da mineralogia, da estatística e da literatura. A Academia de Ciências de Lisboa era para Bonifácio importante espaço público de fomento, discussão e divulgação de temas científicos.

Essa bagagem tornou-se reconhecida por seus pares e, assim, passou a ser efetivamente aplicada à prestação de serviços ao Estado. Concomitantemente, Bonifácio foi designado: professor de metalurgia da Universidade de Coimbra; intendente-geral das Minas e Metais do Reino; diretor da Casa da Moeda, Minas e Bosques; administrador das Minas de Carvão de Burcos e das Fundições de Figueiró dos Vinhos e Avelar.

Com tantos encargos, era evidente que não poderia se dedicar a nenhum deles com profundidade, pois dedicava a maior parte do tempo a “deslindar entraves burocráticos e enfrentar contestações de funcionários”. Isso afetou o humor do jovial homem de ciências, dando lugar a um administrador carrancudo, prepotente e orgulhoso. Todos esses embaraços reavivaram em Bonifácio saudades do Brasil. Em 1806, enviou carta ao seu superior, D. Rodrigo de Souza Coutinho, dizendo:

estou doente, aflito e cansado, não posso com tantos dissabores e desleixo, e, logo que acabe meu tempo em Coimbra e obtenha minha jubilação, vou me deitar aos pés de Sua Alteza Real para que me deixe acabar o resto dos meus can-

sados dias nos sertões do Brasil a cultivar o que é meu.

Mesmo diante de seus reclamos, as autoridades do Reino o premiaram com novas responsabilidades, tais como administrar os serviços de águas e também os de arrecadação de impostos. A cada nova atribuição, ficava mais distante do projeto de regressar a Santos e fazer acontecer o sonho de cuidar de uma quinta brasileira.

Quando da vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, não lhe foi concedida a oportunidade de acompanhar o rei, tendo permanecido em Portugal, executando novas atribuições de enfrentamento das tropas francesas, que estavam a invadir Portugal.

Considerações finais

Cabe enfatizar que José Bonifácio legou à história documentos e esparsas anotações, entre os quais merece especial destaque as *Memórias técnicas científicas*. Na realidade, deixou uma quantidade de papéis contendo esboços de projetos, que, em face da forma desordenada como foram apresentadas, evidenciavam traços característicos da personalidade do autor, tais como a ansiedade e a prevalência de constante preocupação.

Ademais, ao se prospectar de forma diligente os arquivos disponíveis nos órgãos públicos e sociedades científicas às quais José Bonifácio se filiou no Velho Mundo, como os de Portugal, Alemanha, Suécia e França, com razoável dose de certeza se pode afirmar que serão descobertos aspectos inéditos da biografia de José Bonifácio, cujas leituras permitirão constatar a marca indelével da filosofia do Iluminismo, de onde brotaram as raízes da constituição de uma sociedade civil organizada em bases racionais, respeito à liberdade, à igualdade e à dignidade humana contra qualquer tipo de opressão. Em outras palavras, a monarquia absolutista cede lugar à monarquia constitucional.

Por último, não se pode confundir a assertividade de José Bonifácio com excessos que tenha cometido nas escaramuças travadas com eventuais adversários políticos. Em síntese, em matéria de ideologia e de ação política, José Bonifácio ficou a meio termo entre

os áulicos partidários do absolutismo de tendência retrógrada e os liberais exaltados. Escreveu em uma de suas anotações: “... no Brasil, nem os corcundas, leia-se *absolutistas*, nem os demagogos (liberais exaltados) quiseram convir com os constitucionais” (...). Por

isso, os projetos de ordem social e econômica realçam o ideário monárquico liberal de José Bonifácio, que, sem dúvida alguma, caracterizam o preparo técnico e a personalidade do primeiro estadista brasileiro.

Referências

CALDEIRA, Jorge (org). **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Editora 34, 2002 (Coleção Formadores do Brasil).

DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Obras Científicas, Políticas e Sociais de J. Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Editora Santos, v. 1/3, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. **História dos Fundadores do Império do Brasil**. Edições do Senado Federal. Vol. 208, 2017/2018. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v. 208, 2018.

PIKETTY, Thomas. **Uma Breve História da Igualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

Notas

^{1, 2, 3 e 4} – Edição de estudos publicados em Santos por ocasião das comemorações do bicentenário de nascimento de José Bonifácio; edição nº 55 julho/setembro de 1963. Revista de História de São Paulo. Tiragem de 3.000 exemplares, p. 16; 18; 20; 51 e 84.

^{7 e 8} – Publicação existente na edição de 2021 do livro *Uma Breve História da Igualdade*, de Thomas Piketty, p. 32-33; 36-37; 39-45-46; 62.

^{5, 6, 7 e 8} – Publicadas na obra *A Era das Revoluções – 1789/1848*. Eric J. Hobsbawm, p. 65-66.

Soldado, por amor?! A independência na Bahia e o Batalhão Negro

*Patricia R. C. Wanzeller**

A maioria das batalhas não se resume a um propósito. E, às vezes, um mesmo lado da disputa abriga diferentes objetivos (Hendrik Kraay).

alistamento de escravos nas tropas patriotas pelo general Pierre Labatut e a solução final do alistamento nas tropas do Batalhão de Libertos Constitucionais e Independentes do Imperador.

Introdução

Durante muito tempo, a historiografia contrapôs a passividade do processo de independência do Brasil com a violência das demais colônias americanas de dominação espanhola. Hoje, à luz das lutas em território baiano, que nem de longe têm o tamanho e a duração das demais, essa imagem de aparente tranquilidade dá lugar a um amplo debate sobre a crise sociopolítica e institucional gerada a partir do recrutamento de negros nas tropas do Exército Imperial para expulsão de portugueses da Bahia.

Esta pesquisa visa, a partir da análise de fontes institucionais, como os códices da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e as Ordens do Dia, assim como os boletins internos do Exército e os assentamentos de militares disponíveis no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), debruçar-se sobre um ponto já debatido pelos historiadores Hendrik Kraay e Peter Beattie, mas ainda pouco explorado pela historiografia brasileira, fundamentalmente a historiografia militar: os desdobramentos do

Iniciando a conversa...

A ideia inicial desse projeto, que é parte da pesquisa de estágio pós-doutoral em andamento na Fundação Getúlio Vargas, no Laboratório de Estudos sobre Militares (LEM), sob coordenação do Prof. Dr. Celso Castro, nasceu uma curiosidade, despertada por uma situação muito doméstica: meu filho, ao completar 18 anos, estava na iminência de prestar o serviço militar obrigatório. À época, eu morava no Guarujá, por conta da missão de institucionalizar o sítio histórico da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea. Fui levá-lo ao posto de alistamento, que ficava, para meu estranhamento, não dentro do quartel, mas ao lado da prefeitura. Na fila, com aproximadamente 30 rapazes, além do meu filho, meia dúzia de três ou quatro eram brancos, e grande parte pertencentes às classes de baixa e baixíssima renda. Com raríssimas exceções, a maioria expressava o desejo de ingressar na Força, isto é, ser soldado do Exército Brasileiro.

Para alguém que, em 2017, já estava há 11 anos lendo, escrevendo e, sobretudo, vivendo história

* Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutora em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-doutora pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, atua como assessora da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX). Foi diretora e coordenadora técnica do Museu Histórico Nacional (MHN). É especialista em História Militar do Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Foi coordenadora do sítio histórico do Forte dos Andradas, na 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea e coordenadora técnica do Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana. E-mail: prwanzeller22@gmail.com

e cultura militares cotidianamente, um dado foi evidenciado nesse dia, naquela fila: a Força Armada de maior contingente nacional é eminentemente heterogênea, no que tange à formação de suas fileiras, tanto no que diz respeito à etnia quanto à origem socioeconômica de suas praças. Parece uma informação óbvia, quando repetimos inúmeras vezes pelos corredores dos quartéis que o “Exército é a Força mais democrática” do país, mas o fato de maior relevância é constatar que, ainda no século XXI, o ingresso na instituição permaneça como uma credencial de ascensão social, sobretudo para a população de jovens negros de nosso país.

Nesse sentido, muito me chamou atenção, ao iniciar a busca por informação sobre as origens da formação socioeconômica do Exército Brasileiro, a frase do historiador canadense Hendrik Kraay, no seu artigo denominado *A Bahia pela Liberdade*: “A maioria das batalhas não se resume a um propósito. E, às vezes, um mesmo lado da disputa abriga diferentes objetivos”.¹ Estava o autor a falar sobre os negros que ingressaram nas lutas de independência em Salvador, não pelo objetivo pátrio de livrar a colônia de sua metrópole, mas para obterem, por intermédio da prestação do serviço militar, a sonhada alforria. O ontem e o hoje, em uma dobra espetacular da história, pareceram-me faces de uma mesma moeda. Independente dos propósitos ideológicos que revestem, ou deveriam revestir, a ideia de prestação do serviço militar, a ação configurou-se, no passado e ainda no presente, como instrumento viabilização da mobilidade social efetiva.²

Quando o lavrador Gonçalo Alves de Almeida foi instado a ceder um homem para integrar as forças patriotas, replicou: “Que interesse tem um escravo para lutar pela Independência do Brasil?” Pode-se arriscar uma resposta: a promessa de liberdade.³

Era a pergunta que eu me fazia, ao conversar com aqueles meninos de 17 anos, da periferia de uma cidade de veraneio de São Paulo, cujo maior expoente é um surfista:⁴ que interesse têm esses meninos de lutar pela pátria? A promessa de liberdade! Talvez, para os meninos de hoje, essa liberdade seja muito mais concreta do que fora para os escravos que lutaram em terras soteropolitanas. E é sobre isso que

iremos tratar neste ensaio. Não sobre os meninos do Guarujá, mas sobre os negros que foram recrutados pelo general francês Pierre Labatut, para compor uma tropa, que ficou conhecida como *Batalhão Negro*, e que, ao findar da batalha, instituiu um grave problema a ser resolvido pelo Exército: o que fazer com esses homens de cor?

Por quais caminhos: a nova história militar

Nenhum outro caminho seria possível, se não pela nova história militar... Somente a partir da influência da história social e da antropologia, seria possível ter um olhar sobre a importância de uma minoria de “homens de cor” enquanto soldados nas lutas de independência, sobretudo como homens de resistência, que promoveram transformações sociais a partir da prestação de serviço militar.

Dois autores foram fundamentais para este estudo: Hendrik Kraay e Peter Beattie. Os artigos: *Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o recrutamento de escravos na Guerra da Independência na Bahia* (2002) e *O abrigo da Farda: o Exército Brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881* (1996) foram o ponto de partida para que pudéssemos ter uma noção da problemática sobre o alistamento de escravos no Exército. Outra obra referencial foi o livro *Política racial, estado e forças armadas na época da independência da Bahia, 1790-1850* (2011), no qual o autor canadense fala não só da importância política e territorial da Bahia na consolidação do Império, mas demarca as transformações na formação de soldados e oficiais do Exército e das milícias ao longo do século XIX, entrecruzando as relações do debate da estrutura escravocrata e a própria consolidação do termo “militar” na sociedade brasileira. Destaca-se ainda *Bahia's Independence: Popular Politics and Patriotic Festival in Salvador, Brazil, 1824-1900* (2019), em que o autor fala sobre a história do festival *Dois de Julho*, em Salvador, e discute os elementos, os rituais e os símbolos que se tornaram características distintivas da festividade, como os chamados *caboclos* e a enorme procissão na cidade, que reencena a entrada vitoriosa dos patriotas em 1823.

O debate pode ser ampliado sobre os recursos legais de recrutamento de não brancos, que dariam origem à Lei 45, de 29 de agosto de 1837, sobre o modo do recrutamento para completar as forças de terra. Nesse sentido, Beattie foi essencial para que pudéssemos entender os desdobramentos de elaboração de uma política de recrutamento de homens para o Exército. No livro *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945*, o autor faz um o exame minucioso das práticas de recrutamento forçado e conscrição, e suas implicações com as ideias de criminalidade, cidadania, honra, masculinidade, raça e identidade nacional. Ainda que tenha como cerne o recorte temporal da Independência, sua obra traz um estudo sobre duas formas de trabalho compulsório para o Estado: o recrutamento forçado e a conscrição. O primeiro descreve um ato impositivo realizado, na maior parte dos casos, pela polícia ou por agentes de recrutamento, que capturavam “recrutáveis” nas ruas, geralmente homens sem propriedade, considerados vadios ou criminosos. Já o segundo refere-se originalmente à obrigação dos cidadãos romanos da República de se alistarem como adultos capacitados a serem convocados para o serviço militar.

Além desses, outros autores da chamada “nova história militar brasileira”, que compuseram a obra referencial com o mesmo nome, foram essenciais para este estudo: Celso Castro, Adriana Barreto e Vitor Izecksohn, entre outros. Foi por meio desses nomes, que atuaram fortemente na renovação da história militar a partir da década de 1990, que foi possível compreender a problemática de um “batalhão negro” e seu posterior levante, a partir de documentos que venham dar conta da esfera institucional, isto é, quais foram as decisões tomadas, as ordens dadas, as punições cumpridas... De que maneira o Exército ajudou na consolidação da Independência e “solucionou” o problema de seus escravos-soldados. E, sobretudo, qual o impacto desse fato nos tempos posteriores em relação à entrada de negros e pardos na Força são questões que permeiam uma história militar e que estarão presentes neste estudo.

Sobre o recrutamento

Para se entender o que aconteceu com os negros que participaram das lutas de independência na Bahia, é preciso saber primeiramente como esses homens (exclusivamente) chegaram ao Exército, em um período em que ainda vigorava o sistema escravocrata. O chamado “tributo de sangue” era a expressão que designava a prestação do serviço militar durante o Império. Se, durante a Idade Média, tal expressão cercava-se de um imaginário heroico de contribuição dos guerreiros à ordem do mundo, no Brasil denotava uma prática sangrenta de recrutamento forçado, marcado pela violência e pela arbitrariedade. Essa prática incidia fortemente sobre os homens das classes menos abastadas, especialmente em períodos de guerra, acarretando graves disputas sociopolíticas locais: “o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX fez-se acompanhar de uma complexa trama de negociações, resistências e compromissos”.⁵

Segundo o historiador canadense H. Kraay, o recrutamento para a força armada, durante o período imperial, foi moldado por uma complexa rede de relações patrono-cliente, entre o Estado, membros da classe senhorial e os homens pobres livres. Era de competência das autoridades civis a delegação de poderes, em razão da precariedade da administração pública e ao baixo nível de burocratização das rotinas administrativas, durante o Império, acarretando as chamadas *liturgias*,⁶ isto é, a prestação de serviço administrativo não remunerado e voluntário por “notáveis locais”, instituindo a *administração honorária*.

Segundo as Instruções de Sua Alteza ao tenente geral governador das armas da província da Corte, Sr. Joaquim Xavier Curado, eram passíveis de recrutamento:

III. Ficam sujeitos ao recrutamento todos os homens brancos solteiros, e ainda pardos libertos de idade de 18 a 35 anos, que não tiverem a seu favor as exceções, de que logo se tratará.

IV. Os caixeiros de lojas de bebidas, e tabernas, sendo solteiros, e de idade até 35 anos.

V. Os milicianos impropriamente alistados, e que não estiverem fardados, ou não subsistirem de uma honesta, e legal indústria.

E eram isentos:

VI. São isentos do recrutamento os homens casados; o irmão de órfãos, que tiver a seu cargo a subsistência, e educação deles: o filho único de lavrador, ou um à sua escolha, quando houver mais de um, cultivando terras ou próprias, ou aforadas, ou arrendadas.

VII. O artigo acima se estende do mesmo modo ao filho único de viúvas.

VIII. São também, isentos, o feitor, ou administrador de fazendas com mais de seis escravos, ou plantação, ou de criação, ou de olaria.

IX. Os tropeiros, boiadeiros, os mestres de ofício com loja aberta, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores de qual discricção, uma vez que exercitem os seus ofícios efetivamente o tenham bom comportamento.

X. No dito artigo ficam compreendidos os mais ofícios fabris, debaixo da condição designada; igualmente em cada cocheira pública, não poderá haver mais de oito boiadeiros, conforme o número das seges que tiverem: nas casas de particulares, que tiverem mais de duas seges, dois; e em nas que tiverem de uma até duas; (...)

XI. Os marinheiros, grumetes, e moços, que se acharem embarcados, ou matriculados; os arraes, efetivos de barcos de conduzir mantimentos, ou outros gêneros.

XII. Ficam isentos também do recrutamento nas casas de comércio de grosso trato três caixeiros, nas de segunda ordem dois, nas de pequena um.

XIII. Esta isenção acima será igualmente aplicada em toda a sua extensão às casas de comércio estrangeiras.

XIV. Todos os estudantes que apresentarem atestados dos respectivos professores, que certifiquem a sua aplicação, e aproveitamento.⁷

A primeira observação, e mais óbvia, é que em nenhum momento homens pretos são citados, as ordens são explícitas quanto ao recrutamento apenas de “homens brancos”. A segunda é que a grande maioria de homens ligados ao comércio e aos ofícios estariam isentos da prestação de serviço militar, por razões também óbvias: em uma população diminuta em um território extenso, era necessária a manutenção da mão de obra em atividades de distribuição e serviço, a fim de manter as populações nas suas regiões de habitação. Lendo a instrução, fica latente, portanto, que o universo de possíveis recrutas é bem reduzido

Na perspectiva do Estado, o recrutamento deveria voltar-se para dois fins: fornecer um número adequado de soldados e não impactar o funcionamento da

economia, isto é, custos mínimos sem onerar as forças produtivas. A legislação indicava as classes de homens sujeitos ao recrutamento e declarava o intento do governo de proteger aqueles considerados essenciais à sociedade e à economia. E, ao longo dos anos, outras restrições foram sendo adicionadas, alargando ainda mais a lista de inelegíveis, ao ponto de serem escassos os sujeitos disponíveis ao recrutamento, sobretudo quando foi possível a compra de isenção ou a apresentação de substituto ao alistamento.

O fato é que, durante quase todo século XIX, o recrutamento, na prática dava-se de três maneiras:

- a) Forçosa, que servia 16 anos;
- b) Voluntariosa, que servia oito anos;
- c) Semestreiro, filho do lavrador ou de homem com posses, que servia seis meses no primeiro ano de praça, e apenas três dos sete anos seguintes.

Terminado o tempo de serviço, deviam conservar o uniforme e o armamento por tempo igual ao que tivessem passado nas fileiras, estando prontos para qualquer chamado. Ao cabo de 25 anos, pertencia-lhes tudo o que lhes fornecer o governo.⁸

Segundo Raimundo José da Cunha Mattos (1834-1842), na linguagem oitocentista, a expressão “recrutamento militar” estava impregnada pela força repressiva do Estado. Destacava-se, em muitos casos, a natureza controladora e coercitiva do ato que “aprendia” aqueles que seriam “selecionados” para prestar o serviço militar. Nas palavras de Gustavo Barroso,

violento e curioso o sistema de recrutamento. A certa hora, prendiam-se todos os homens que se encontravam na cidade, depois, entre eles, as autoridades escolhiam os que deviam assentar praça (Barroso, 2019, p. 25).

Como resposta a esse processo, uma extensa rede de privilégios, imunidades e isenções estabelecia problemas quanto ao processo de prestação de serviço militar obrigatório. “As instruções de 10 de julho de 1822 iriam consolidar isenções que gradativamente foram-se reconhecendo e continuariam regendo a forma de recrutamento até o final do império”,⁹ estabeleciam um sistema que dava amplo reconhecimento

à preeminência social e à utilidade de certos tipos de atividade econômica. O serviço militar deveria ser realizado sem detrimento das artes, navegação, comércio, agricultura e demais fontes da “prosperidade pública”.

Assim, a enumeração de isenções deixava em aberto os requisitos que deviam satisfazer os critérios para os “recrutáveis”, isto é, tornavam-se vagos e manipuláveis os fundamentos que deveriam ser seguidos pelos agentes recrutadores na execução desse fim. Em resposta, a estratégia de evasão tornava-se simples: a fuga.

O ônus da prova da imunidade ao recrutamento recaía, evidentemente, sobre o incauto, pois as isenções impunham complexos problemas de coleta e verificação de informações.¹⁰

Às vésperas da independência, o Exército tinha graves problemas quanto ao preenchimento de homens em suas fileiras, um problema que irá se estender até o fim do império.

Calculava-se que doença e morte, deserção, fim dos tempos de serviço e sentenças fizessem que fosse necessário repor, anualmente, cerca de um quarto do efetivo total. Recrutados, voluntários e reengajados não se apresentavam em número suficiente para repor as perdas.¹¹

Existindo presente no exército um grande número de oficiais inferiores, e soldados, que já concluíram os períodos de serviço a que estavam obrigados, é indispensável que as lacunas que eles deixam nas fileiras sejam preenchidas, ou por homens, que se alistam espontaneamente, por via prêmios, ou que sejam coatos a tal serviço. O alistamento de voluntários espontâneos é sumamente insignificante, o daqueles que oferecem com vistas em prêmios não têm correspondido às esperanças que se formam, e dos recrutados por coação, além de ser extremamente violento, atenta às arbitrarias e ferozes maneiras com que são perseguidos, e enviados ao Corpo em que devem ter praça, é pouco eficaz pelas circunstâncias de que os recrutados e recrutadores se acham acompanhados. Enquanto existir a atual forma de recrutar, o Exército não poderá ser completado com prontidão e simplicidade.¹²

Como saída, o Estado imperial acabou por alongar ilegalmente os termos de serviço, a fim de manter o “recrutado” como soldado por 8 ou 10 anos de serviço. A retenção das baixas, porém, não dava conta de resolver o problema, nem mesmo de manter

o efetivo em patamares mínimos, uma vez que se tornava a grande causa das deserções.

A evasão do recrutamento e as deserções partilhavam das mesmas causas, reforçando-se mutuamente. A “caçada humana” para o serviço militar tinha o efeito econômico direto: jovem rapazes acabavam por abandonar vilas e cidades, prejudicando a agricultura e o comércio. “à menor suspeita da aproximação do recrutamento, os possíveis recrutas se antecipam e desaparecem nos sertões”,¹³ principal razão para errância da população livre pobre. Quando a fuga não era possível, restava ao “recrutável” tentar adequar-se às circunstâncias que lhe permitisse a isenção. O casamento era o mecanismo mais utilizado, assim como: declarações de idade insuficiente, doenças incuráveis, atividade profissional isenta, arrimo de família, entre outros.

Os dilemas na realização do recrutamento e na possibilidade de manutenção dos soldados nas fileiras, acarretarão diretamente a composição dos recrutados. Esse divórcio entre a sociedade e a inoperacionalidade do ponto de vista militar das estruturas consagradas para o recrutamento são coroados por um sistema em que o recrutamento é entregue ao domínio da captura e/ou engajamento de escravos. Essa não foi uma prática exclusiva das lutas de independência no Brasil. Ocorreu, também, na América Espanhola e nos Estados Unidos. O recrutamento de escravos, segundo Peter Blanchard,¹⁴ não era novidade nas terras americanas dominadas por espanhóis e sucedeu como alternativa para aumentar a força das tropas, tanto antagônicas como pró-metrópole, e resultando, em alguns casos, na vitória da libertação, como no caso haitiano, ou, em outros, no triunfo da classe senhorial (e um sistema escravista fortalecido) nos Estados Unidos e no Brasil.

Sobre a formação do Batalhão de Libertos Constitucionais e Independentes do Imperador

Instaurado o processo de emancipação, a partir da Revolução Liberal do Porto (1821), que viria a culminar com o Dia do Fico (9 de janeiro) e, finalmente,

a Independência em 7 de setembro de 1822, com a ascensão de um novo Estado, era necessário romper com todos os laços que ainda faziam do Brasil uma “ex-colônia” portuguesa. Proclamada a Independência, houve resistência dos portugueses aqui radicados, especialmente no Maranhão e na Bahia.¹⁵ Em Salvador, reduto de comerciantes lusos, a execução da independência tornar-se-ia mais difícil, uma vez que havia apenas duas possibilidades para grande parte da população lusitana que ocupava a região: jurar fidelidade a D. Pedro I ou abandonar o novo país. Na impossibilidade da primeira opção, foi organizado um exército improvisado, composto de milícias rurais, soldados e oficiais da primeira linha, a milícia não branca da cidade e raríssimos voluntários, e, para comandá-los, chegava, em outubro do mesmo ano, o astuto general francês Pierre Labatut.

A necessidade de mão de obra militar, devido à falta de voluntários e o processo nada convencional de recrutamento, levou o Exército a abandonar a exclusão de não brancos, vigente desde os tempos coloniais, e aceitar escravos em funções militares auxiliares. Nesse sentido, Labatut solicitou que o Conselho fornecesse o maior número de “pardos e pretos forros” que fosse possível para preencher o Batalhão de Libertos Constitucionais e Independentes do Imperador.

Com a continuidade dos conflitos, Labatut fez uma “patriótica proposição” em abril de 1823 para que o Conselho organizasse uma contribuição voluntária de escravos pelos senhores baianos. O Conselho esquivou-se, sugerindo que as câmaras municipais fossem consultadas antes de qualquer recrutamento. A proposta não foi aprovada, além de ter sido considerada “um grande erro”, pois faltavam escravos disponíveis na vila, e a estes faltava honra e sobrava desinteresse de “um digno filho de Marte”. A guerra era para eles, segundo os políticos locais, apenas a oportunidade de saquear a propriedade alheia e isso os motivaria a lutar. Concluiu o Conselho: a seleção de escravos para o serviço militar teria resultados funestos, quando os não libertos se juntassem aos escravos-soldados para se levantarem.¹⁶

Segundo Kraay (2002), o recrutamento de escravos na Bahia foi um esforço “improvisado”, sem ordens nem decretos. Inicialmente, Pierre Labatut recrutou e

alistou escravos que foram confiscados de senhores de engenho portugueses ausentes. E, mesmo sem autorização do Conselho Interino do Governo, permaneceu recrutando até ser destituído em maio de 1823 (por razões não ligadas diretamente ao seu empenho ao recrutamento de escravos). “Contudo, a guerra desordenou profundamente a ordem social escravista”.¹⁷

O Batalhão de Libertos Constitucionais e Independentes do Imperador fora composto por escravos que fugiam cotidianamente para se alistar como voluntários, e por outros tantos outros recrutados à força para desespero de seus donos, que passavam a enfrentar longos processos legais e administrativos para reclamar suas propriedades e/ou indenização. Com aproximadamente 300 homens, esses recrutados oscilavam entre a condição de escravo e de soldado, entre escravidão e liberdade, na qual apenas alguns “afortunados” conseguiam escapar da escravidão, enquanto a grande maioria era devolvida aos seus donos

Embora o direito de propriedade dos senhores brasileiros tivesse sido respeitado, uma vez que os escravos alistados em fins de 1822 pertenciam a senhores portugueses ausentes que aparentemente não tinham herdeiros brasileiros, alistamento significava, *per se*, uma promessa implícita de liberdade, promovendo um movimento de fuga das senzalas, levando “muitos cativos” a se aglomerarem no acampamento principal brasileiro, onde eram empregados nos trabalhos de fortificação e/ou serviços domésticos.

Estar no Exército não significava, entretanto, em nenhuma hipótese, fazer parte dele. Isto é, soldado e escravo eram categorias distintas, e isso fica bem claro ao final do conflito.

Em julho de 1823, o Batalhão de Libertos tinha um efetivo de 327, incluindo oficiais e soldados, mas alguns e talvez muitos deles já eram libertos antes da guerra, recrutados como livres, mas segregados nessa unidade por causa de sua anterior condição escrava.¹⁸

Entretanto quem permaneceria, após a expulsão dos portugueses como “irmão de arma”?

Terminando a conversa, sem finalizar o assunto...

Uma conjuntura social muito complicada fora causada por Pierre Labatut, que, mesmo sem a autorização do Conselho Interino, permaneceu recrutando, durante dois anos (1822-1823), escravos para o Exército Pacificador.

Repartição dos Negócios do Império. S.M., O Imperador, tomando em consideração o requerimento de Joaquina Maria de S. José, em que, alegado ter-lhe fugido um escravo de nome Inácio, crioulo, e oficial de calafate, para assentar praça no Batalhão dos Libertos, pede se lhe mande entregar o sobredito escravo, ou valor equivalente ao mesmo: Manda, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, participar ao Governo Provisório da Bahia, que há por bem que a Junta da Fazenda pague à suplicante o justo valor do mencionado escravo.¹⁹

Para os senhores de engenho da região, a situação era, no mínimo, preocupante, uma vez que, mesmo sem a promessa de liberdade, o alistamento de escravos de portugueses ausentes (e sem herdeiros) era um potencial fator de eclosão de revoltas e/ou fugas sob pretexto alcance da alforria. Terminada a guerra, como reestabelecer a ordem? Como resolver a situação de um batalhão que tinha um número considerável de escravos? Como não abalar a estrutura escravocrata ao solicitar a alforria daqueles que haviam servido ao Exército (fugidos ou recrutados)? Hendrik Kraay (2002) afirma que o Levante do Batalhão dos Periquitos (outubro a novembro de 1824) e remoção intencional dos ex-escravos da guarnição de Salvador foram os grandes problemas deixados por Labatut para os senhores de engenho. Acrescentaríamos nós que foi também uma grande problemática para Exército.

A falta de resolução sobre a condição pós-guerra dos escravos-soldados deixou um problema complexo para o Estado brasileiro recém-independente. A emancipação compensada só veio depois da vitória patriota em julho de 1823. Isso protegeu o direito de propriedade dos senhores, preocupação fundamental em uma sociedade escravista. Suas cláusulas restritas asseguraram que poucos escravos – apenas os que serviram efetivamente como soldados – seriam bene-

ficiados, e que eles ficariam sob controle da hierarquia militar como soldados rasos.²⁰

Coube ao Exército estabelecer a linha entre o escravo e o soldado, isto é, aquele que voltaria às condições anteriores, respeitando o princípio de propriedade dos senhores de engenho, e aquele que seria liberto e mantido na Força. Coube ainda a solução de um outro grande problema: como administrar uma guarnição onde servia um grupo significativo de ex-escravos? A aplicação de castigos corporais e a não aceitação do nome de José Antônio da Silva Castro para comandar o batalhão fez, do dia 25 de outubro de 1824,

o dia mais feio, e tenebroso quanto a discórdia, a inveja, a intriga, a maldade, filhas do inferno tem feito aparecer em na terra da Santa Cruz...! Não he illusão! Não he sonho, o que vimos!²¹

Segundo o periódico, “os malvados” invadiram a casa do governador das armas, coronel Felisberto Gomes Caldeira, que, dentre discussões e tiros, fora atingido mortalmente na virilha. Na mesma madrugada, teriam os rebeldes se juntado ao 4º Batalhão de Caçadores e ao Batalhão de Artilharia, tomando a cidade de Salvador e espalhando o pânico.

Geralmente todos horrorizados tremem de susto; ninguém se suppõem seguro!!! Os amigos da ordem, os verdadeiros amantes de huma justa, e rasoavel liberdade, e do Throno Imperial procurão refugio, tratão de esconder-se, e não achando segurança em terra, a vão procurar nas embarcações surtas no porto.

As lojas, e as tabernas todas ficarão fechadas, o commercio inteiramente se paralisa, ninguém ousa abrir a sua porta, nem mesmo para buscar o alimento necessário. As ruas da vasta e populosa Bahia ficarão despovoadas, e só apenas nelas se veem tropas, soldados e officiais a cavallo correm á brida solta de huma rua a outra (...).²²

O presidente da província, Francisco Vicente Viana, e as demais autoridades, temendo uma guerra civil, convocam um Conselho Provincial, formado por homens do estado e militares, com a finalidade de manter a “segurança pública” e pôr fim a uma “revolução pela qual se sublevão batalhões, pela qual se põe em convulsão huma Província inteira, e em risco o Systema actual”.²³ A solução dada pelo Conselho foi a

convocação de um outro militar para governador das armas, porém, dessa vez, um oficial da mais alta patente: o brigadeiro Luiz Antônio da Fonseca Machado, que pôs em prontidão o 1º e o 2º batalhões e toda a tropa de milicianos.

O desfecho final do Levante dos Periquitos foi a dissolução do batalhão por indisciplina. Seus líderes foram julgados por uma comissão especial, resultando na expulsão sumária. Ao transferir a guarnição para Pernambuco e distribuir os poucos “caçadores” por Montevideu e pela Marinha, o Exército tirava de Salvador os últimos escravos-soldados, mantendo, ao menos temporariamente, o *status quo* dos senhores de engenho da Bahia. No mais, preveniam-se novos “problemas” com o recrudescimento da legislação, que passava a exigir daqueles que queriam se alistar a comprovação da condição de livre ou liberto.

Finda a guerra de independência, restava a difícil tarefa de restaurar a ordem social, sobre uma população que vira e ouvira muitas novidades: um exército que continha um número apreciável de escravos e uma “classe de homens de cor” ganhava uma consciência de sua importância, a partir do juramento ao novo Estado.

As autoridades baianas decidiram por remover os ex-escravos e a maioria dos soldados negros, reforçando, dessa forma, mais explicitamente, a linha divisora entre escravos e soldados. O levante do Batalhão dos Periquitos (outubro a novembro de 1824) revela-se como um desdobramento dessas medidas, levando à dissolução definitiva o 3º Batalhão de Caçadores a Pé, o Batalhão dos Periquitos, pelo Decreto de 16 de novembro de 1824.

Em consequência dessa revolta, os governos baiano e brasileiro expulsaram soldados desordeiros da guarnição de Salvador e mostraram-se determinados a manter a ordem, “custe o que custar” (...). O embarque do Batalhão dos Periquitos e a posterior dispersão dos seus soldados por outras unidades desterrou os que eram então vistos como os mais perigosos. Na hipótese de que escravos negros seriam menos perigosos no mar do que em terra, a marinha foi o destino final de muitos (...). Outros foram depois enviados a uma das unidades negras do exército brasileiro, os Batalhões 10 e 11, estacionados na seguramente remota e quase sempre assediada cidade de Montevideu.²⁴

Nem todos os escravos que serviram à causa patriota conquistaram sua liberdade. Os senhores, para garantirem o direito de propriedade, minimizaram a importância desses homens nas lutas de independência. A legislação imperial sobre o recrutamento repetiu a exclusão colonial, entretanto os “homens de cor” e/ou “pardos” que quisessem servir voluntariamente foram obrigados, em 1824, a comprovar “sua condição livre” (ou liberta).

Resta-nos dizer, até aqui, onde esta pesquisa se encontra: nem todos os meninos do Guarujá seguiram a carreira militar, assim como nem todos os soldados da guerra de independência ganharam alforria. Para ambos, no entanto, o serviço militar tornou-se um importante instrumento de ascensão social. Para os primeiros, a liberdade advinha da possibilidade de uma vida mais confortável, com um “emprego garantido”, ainda que por oito anos. Para os demais, o Exército foi a possibilidade de escapar dos grilhões da escravidão. Para os dois grupos, a Força representou a possibilidade de aprender um ofício e aspirar cidadania. O fato é que, ontem ou hoje, esses homens propuseram-se a lutar e, mesmo sem uma motivação ideológica, a princípio, juraram fidelidade à bandeira nacional. Tornaram-se o que Domingos Caldas Barbosa chamou, em seus versos, no século XVIII, “Soldado de Amor”:

Sou Soldado, sentei praça
Na gentil tropa de amor;
Jurei as suas bandeiras,
Nunca serei desertor.²⁵

A lógica subjacente a esses versos implica que o indivíduo, por necessidade, tornou-se soldado, independente da ideologia do ato. O alistamento de negros promoveu (e ainda promove) mudanças efetivas na sociedade brasileira. Uma vez na Força, cabia aos senhores provar que eram donos de escravos, agora soldados.

As petições dos proprietários deviam, portanto, incluir cópias da matrícula do escravo, recibos de imposto pago sobre o mesmo, nota de venda, certificado de batismo ou trechos relevantes de processos de partilha de bens em que o escravo fosse legado a um determinado herdeiro. Se permanecesse alguma dúvida sobre a identidade do recruta, o reclamante tinha de preparar uma

“justificação” que incluisse depoimentos, jurados diante do juiz, de três a cinco testemunhas que afirmassem que o recruta reclamado era, de fato, o escravo desaparecido reclamado.²⁶

A exigência de provas detalhadas do estatuto de escravo, ou mesmo a exigência, por parte do Estado, de pagamento pelo sustento dos recrutas dispensados por serem escravos (pela ração alimentar, uniformes,

salários e bônus de alistamento), acabava por condicionar uma nova vida a esses homens. Guardadas, portanto, as devidas proporções temporais e históricas, ontem e hoje, o “abrigo da farda” representou (representa?) a possibilidade de uma relação de identificação direta entre serviço militar e liberdade, uma perspectiva de usar o Exército como um caminho de ascensão social e conquista de cidadania.

Referências

AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2019.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BLANCHARD, Peter. **Under the flags of freedom: slave soldiers and the Wars of Independence in Spanish South America**. Pittsburgh: Universidade de Pittsburgh, 2008.

BRASIL. **Collecção das Decisões do Governo do Império do Brazil de 1822**. Rio de Janeiro: Impressão Nacional, nº 67, 1887.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Anno de 1830 apresentado à Assembleia Geral Legislativa**. Rio de Janeiro, 1831.

CASTRO, Celso *et al.* **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004.

COSTA, Fernando Dores. Os problemas de recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da Nação. **Análise Social**, v. 30, 1995.

DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1824, nº 23.

IZECKSOHN, Vitor. Raça e forças armadas na Bahia oitocentista. México, **Afro-Ásia**, 47 (2013), 419-425.

JANCSÓ, Istvan. **Na Bahia, contra o Império**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

KRAAY, Henrik. **Política racial, estado e forças armadas na época da independência da Bahia, 1790-1850**. São Paulo: HUCITEC, 2011.

KRAAY, Henrik. **Daniel Gomes de Freitas**: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista*, v. 4, n. 1, p. 135-158, 2004.

KRAAY, Henrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra de independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 43, p. 109-126, 2002.

KRAAY, Henrik. O abrigo da farda: o Exército Brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. **Afro-Ásia**, Salvador, nº 17, 1996.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. **Repertório da legislação militar, atualmente em vigor no Exército e Armada do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1834-1842.

MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no Brasil imperial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Formação Social do Brasil**: etnia, cultura e poder. Petrópolis: Vozes, 2019. O Grito da razão. Salvador, 14 de novembro de 1824, n. 70.

PRIORI, Mary Del. **À procura deles**: quem são os negros e mestiços que ultrapassaram a barreira do preconceito e marcaram a história do Brasil, da colônia à república. São Paulo: Benvirá, 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do Duque de Caxias e do general Osório. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul-dez.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Independência na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **O Levante dos Periquitos**. Salvador: EDUFBA, 1990.

Notas

¹ KRAAY, Hendrik. “A Bahia pela Liberdade”. In: FIGUEIREDO, Luciano. *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

² GIDDENS, Anthony *et* SUTTON, Philip W. *Conceitos essenciais da Sociologia*. São Paulo: UNESP, 2015.

³ Kraay, 2013.

⁴ Gabriel Medina Pinto Ferreira, nascido em São Sebastião, surfista profissional brasileiro, é o maior ídolo da juventude do litoral paulistano.

⁵ MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: Castro, Celso *et alii*. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 111-137.

⁶ Sobre o assunto, ver: MENDES, Fábio Faria. A economia moral do Recrutamento militar no Império brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n° 38.

⁷ BRASIL. *Collecção das Decisões do Governo do Império do Brazil de 1822*. Rio de Janeiro: Impressão Nacional, n° 67, 1887, p. 57-58.

⁸ BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2019, p. 29.

⁹ Idem nota 05.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Anno de 1830 apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro, 1831, p. 7 e 8.

¹³ Idem nota 5.

¹⁴ BLANCHARD, Peter. *Under the flags of freedom: slave soldiers and the Wars of Independence in Spanish South America*. Pittsburgh: Universidade de Pittsburgh, 2008, p. 3.

¹⁵ PRIORI, Mary Del. *À procura deles: quem eram os negros e mestiços que ultrapassaram a barreira do preconceito e marcaram a história do Brasil, da colônia à república*. São Paulo: Benvirá, 2021.

¹⁶ *Termo de Veriação*. Jaguaripe, 23 de abril de 1823, AAPEBa, vol. 10, 1923, pp. 63-65. In: KRAAY, Henrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra de independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n° 43, p. 122, 2002.

¹⁷ KRAAY, Henrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra de independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n° 43, p. 122, 2002.

¹⁸ KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra da independência na Bahia. *Artigos, Rev. Bras. Hist.*, V. 22 (43), 2002.

¹⁹ *Diário do Governo*. Rio de Janeiro, n. 23, 30 de janeiro de 1824, p. 8.

²⁰ Idem, p. 122.

²¹ *O Grito da razão*. Salvador, 14 de novembro de 1824, n. 70, p. 1.

²² Idem, p. 03.

²³ Idem, n. 71, p. 2.

²⁴ Idem nota 19.

²⁵ BARBOSA, Domingos Caldas. *A Viola de Lourenço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, introdução.

²⁶ KRAAY, Hendrik. O abrigo da farda: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. *Afro-Ásia*, Salvador, nº 17, 1996, p. 35.

Contribuições do Exército para vencer as ameaças e superar os óbices interpostos pelos desafios ao processo de construção nacional, ao longo dos 200 anos de independência do Brasil

*Antonio Ferreira Sobrinho**

Introdução

A título de introdução, gostaria de agradecer ao Gen Fernandes, 7º SCH do EME, o convite para conversar sobre a história do Brasil, no contexto do bicentenário da sua independência, por ocasião do “Seminário 200 anos de Independência: trajetória geopolítica do Brasil”, organizado pelo EME, em Brasília, em 6 de setembro de 2022.

Este texto é o resultado dessa reflexão sob vários aspectos, do modo como chegamos até aqui, tendo como pano de fundo o papel do Exército Brasileiro na construção da nação, ao longo desses 200 anos de Brasil independente. Ele foi anteriormente publicado na *Revista Análise Estratégica*, do CEEEx, para um público leitor específico da área da estratégia e da geopolítica, daí a nossa intenção de deixá-lo à disposição de outros segmentos de leitores alcançáveis pela REB.

Para cumprir a honrosa missão que me foi confiada, dividi esta apresentação cronologicamente em dois períodos: Império e República, com o objetivo de identificar, no contexto histórico desses períodos, os desafios enfrentados pela nação, e como o Exército contribuiu para que fossem vencidas as ameaças e superados os óbices interpostos por esses desafios ao processo de construção nacional.

Império (1822-1889)

1º – Fazer a Independência de Portugal

A historiografia do processo de independência do Brasil perante Portugal mostra que ela resultou de várias etapas políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelo estamento colonial português a partir de acontecimentos históricos determinantes, como a vinda da Família Real para o Brasil (1808) e a transformação

* Cel Art R/1 (AMAN/1971; EsAO/1982; ECEME/1986). Pós-Graduação *lato sensu* em História Militar na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (2008). É membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), da Asociación Cultural Mandu’ Ara do Paraguai e sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Atualmente, é o chefe da Seção de Pesquisas Históricas do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército Brasileiro (CEPHiMEEx), integrante da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEEx).

da colônia em reino unido à metrópole (1815), culminando com a entrada das ideias do liberalismo político em Portugal e a sua consequência direta, a Revolução Liberal do Porto (1820). Esse movimento obrigou o retorno de D. João VI a Portugal e impôs sérias limitações à autonomia política e à autoridade do Príncipe Regente D. Pedro no Brasil.

Com o apoio das elites locais, D. Pedro rompeu os laços com as Cortes de Lisboa e assumiu o seu lugar soberano no Brasil. Nesse momento, necessitou de soldados para efetivar a emancipação de Portugal e conter os levantes contrários à independência, nas províncias rebeldes do Norte, Nordeste e Sul do Brasil, mobilizou as forças regionais das províncias, que optaram por apoiá-lo, contratou mercenários estrangeiros, organizou o povo em armas e liderou um Exército Libertador, garantidor da vontade da maioria dos brasileiros.

2º – Consolidação da independência/ameaças à unidade nacional

Vencido esse primeiro desafio, o governo imperial se preocupou em formar uma força militar nacional, integrada preferencialmente por brasileiros, irmanando o cidadão e o soldado, para que ambos, unidos pelos mesmos ideais e pela mesma missão, concorressem juntamente para a manutenção da unidade nacional e a segurança da jovem nação, diante das ameaças existentes na bacia do Prata, onde grassava a instabilidade política e territorial resultante da colonização espanhola (Guerra da Cisplatina – 1821 a 1828).

Apesar do apoio prestado ao já Imperador D. Pedro I, no sentido de manter a nação unida e coesa, o Exército viu-se logo envolvido nos acontecimentos da abdicação (7 de abril de 1831), quando se tornou o fiel da balança política e social do país. Sua contribuição, junto às demais instituições públicas brasileiras, para a solução da crise da renúncia do imperador, foi a de apoiar a implantação da Regência, inaugurando, a partir daí, participação direta e ativa na trajetória política da própria nação brasileira.

A fase regencial foi um dos períodos mais difíceis vivido pela jovem nação. Além das ameaças à unidade nacional, os tumultos, motins, rebeliões e paixões po-

líticas, desencadeadas ao longo de mais de uma década (1831 a 1845), exigiram a ação firme do governo para debelá-las. Graças ao valor militar e à sabedoria do então coronel Luiz Alves de Lima e Silva, cuja estrela começava a refulgir em dimensões nacionais, o país foi pacificado.

3º – Ameaças externas à integridade territorial do Brasil

Vencidas as ameaças internas à paz social, restaram os desafios interpostos pelos conflitos surgidos na bacia do Prata (1851-1852), criados pelos caudilhos Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina: fechamento à livre navegação do rio da Prata e ameaças à vida e propriedades de brasileiros na fronteira com o Uruguai obrigaram o Brasil a combatê-los e vencê-los, sob o comando de Caxias, à frente de 4 divisões (16 mil homens).

Mantida a integridade do território contra os vizinhos e internamente contra tendências separatistas, o Brasil se lança na busca de implantar as novas ideias dominantes no mundo e os avanços tecnológicos oriundos da Revolução Industrial.

Problemas de fronteira, o crescente poderio militar do Paraguai, ameaçando a paz na região, o apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda em Assunção e a invasão do Mato Grosso dão causa à guerra movida pelo Brasil contra o Paraguai.

A notável abnegação dos nossos soldados e o excepcional patriotismo dos oficiais encheram de glórias os nossos heróis surgidos nos campos de batalha: Argolo, Porto Alegre, Tibúrcio e Andrade Neves, elevando-se os maiores à condição de patronos: Caxias, Osorio, Sampaio, Mallet, Villagran Cabrita e Severiano da Fonseca, pelos dignos exemplos de bravura que nos legaram.

Pode-se alinhar, entre as consequências da guerra, a decisiva contribuição do Exército para a emancipação dos escravos no Brasil. A motivação nascera da presença maciça de negros alforriados combatendo ombro a ombro com a elite do Exército, tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guardas nacionais e os voluntários da pátria.

4º – A Proclamação da República

O Exército saiu fortalecido, como instituição, após a Guerra do Paraguai. A longa duração do conflito, a convivência com militares dos países platinos que exerciam funções políticas – quando não chegavam a ocupar a chefia do Estado – e o estabelecimento de um espírito de corpo entre a oficialidade transformaram o Exército em mais um ator da cena política brasileira.

Na década de 1880, foram surgindo insatisfações no meio militar, geradas pelo despreço à classe por parte do governo imperial, que culminou com o que impropriamente se chamou de *Questão Militar*. Na verdade, ocorreu uma série de incompreensões entre oficiais do Exército e a elite dirigente, que foram habilmente exploradas pelos interessados em implantar a República.

A criação do Clube Militar, em junho de 1887, tendo como seu presidente o marechal Deodoro da Fonseca, a liderança positivista do maior defensor do ideal republicano, tenente-coronel Benjamim Constant, junto à mocidade militar na Escola da Praia Vermelha, e o desgaste provocado pela Questão Militar foram fatores decisivos para que ocorresse a queda do Império e a República fosse implantada.

República (1889 aos dias atuais)

1º – Instabilidade política na Primeira República (1889-1930)

Proclamada a República, pelo próprio Exército, com o auxílio da Marinha e os aplausos do povo, cujos ideais o Exército sempre procurara respeitar, o governo provisório trata de reorganizar as forças militares. Nesse período o Brasil iniciou sua industrialização, alterando a paisagem urbana e rural, e gerando uma série de revoltas decorrentes das mudanças sociais e políticas ocorridas no país.

Amparado na Constituição republicana de 1891, que manteve a missão do Exército praticamente inalterada – “As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior” –, o

Exército dá combate aos muitos movimentos de contestação armada surgidos naquele período: Revolução Federalista (1893-1895), Revolta da Armada (1893-1894), Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916) e as lutas internas de 1922 e 1924.

As manifestações contestatórias (Tenentismo) da década de 1920 impactaram negativamente o Exército, pelo envolvimento de jovens oficiais, denotando elevado grau de indisciplina, quebra da hierarquia e falta de liderança dos comandantes dos escalões mais elevados, culminando na ruptura da coesão do estamento militar, naquele período. Foram realizadas várias tentativas de restauração da coesão militar a partir do advento da Missão Militar Francesa, estimulando-se a modernização do Exército e o interesse pela sua profissionalização.

2º – A Era Vargas (1930-1945)

As mudanças ocorridas resultaram em novas pressões políticas e sociais, que as oligarquias paulistas e mineiras não puderam mais controlar. A Revolução de 1930 foi o ápice desse processo, o que resultou no período conhecido como “Era Vargas”. Durante seu governo provisório (1930-1934), Vargas conseguiu dobrar a oligarquia e burguesia industrial paulista, vencendo a Revolução Constitucionalista de 1932.

É promulgada uma nova Constituição em 1934. Surge o Partido Comunista Brasileiro e a tentativa de derrubar o governo de Vargas, por intermédio do que ficou conhecido como Intentona Comunista de 1935. Isso serviu de pretexto para Vargas dar um golpe de Estado em 1937, pondo fim ao período constitucional e inaugurando o Estado Novo e uma nova Constituição.

A reforma do ensino de formação de oficiais, sob a inspiração do coronel José Pessoa, vai modificar profundamente a educação das novas gerações, alterando os hábitos e construindo o destino de grandeza do Exército, formatando uma mentalidade homogênea de chefes militares.

O Brasil entra na Segunda Guerra Mundial, organizando a FEB com quase 25.000 homens e combatendo a ditadura nazifascista na Itália. Vitoriosos, acabam ajudando a derrubar o governo Vargas, que já se encontrava enfraquecido.

3º – A redemocratização de 1945

A reabertura do jogo político em 1945 produziu efeitos dentro do Exército. Surgiram várias correntes de opinião militar, que, às vezes, transformaram-se em correntes de ação, ameaçando irremediavelmente a coesão militar.

Em 1954, 1955 e 1961, ocorreram, muitas vezes, divisões internas, que causariam, aparentemente, irremediável e iminente confronto entre as facções militares. Seus líderes, no entanto, recuaram para encontrar a fórmula da conciliação, do compromisso ou do restabelecimento da integridade hierárquica.

Essa continuidade de liderança militar perdurou até meados da década de 1960, o que garantiu a permanência da linha de atuação anterior. Foram esses líderes que constituíram o núcleo de criação e implantação da Escola Superior de Guerra, de onde saíria a doutrina de segurança nacional.

O governo de Juscelino Kubitschek investiu maciçamente no desenvolvimento de estradas, no crescimento industrial, sobretudo da indústria pesada, e foi o responsável pelo ambicioso projeto da construção de Brasília como nova capital do Brasil.

4º – A Revolução de 1964 (1964-1985)

Após a assunção de João Goulart, no escopo da fórmula parlamentarista, em janeiro de 1963, um plebiscito restaurou o presidencialismo, e Jango recuperou todos os poderes. A partir desse momento, o descontentamento e a frustração geral dos grupos contrários às modificações que ele vinha implementando e sinalizava intensificar em seu governo aumentaram consideravelmente. Jango não conseguia governar e começou a tomar atitudes que ameaçavam levar o país para outros caminhos, não desejados pela maioria do povo brasileiro.

Um movimento democrático de caráter civil-militar, posto que contou com os apoios da Igreja, do empresariado, da família brasileira, de políticos civis e da grande imprensa do país, é deflagrado em 31 de março de 1964, obrigando Jango a fugir para o Rio Grande do Sul e, posteriormente, a se exilar no Uruguai.

No dia 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional, dando ensejo ao cumprimento da Constituição Federal de 1946, declarou a vacância do cargo de presidente da República e realizou, no dia 11, a eleição indireta à presidência do marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que tomou posse no dia 15.

Em 1979, um pacto de pacificação foi configurado na Lei da Anistia e viabilizou a transição política para uma democracia plena, que se estabeleceu definitiva e enriquecida em 1985, com os aprendizados daqueles tempos difíceis.

De lá até os dias de hoje, o nosso Soldado do Exército Brasileiro garante e protege “com a sua vida” as incomensuráveis riquezas na brasileira Amazônia, nos cerrados e nos pantanais, no agreste e nos pampas. É o “Braço Forte” anônimo, sempre pronto e atento. Além disso, a “Mão Amiga” coopera, permanentemente, com o desenvolvimento nacional; qualificando profissionais; abrindo estradas e ferrovias; revitalizando rios; perfurando poços e distribuindo água no semiárido; preservando nossas florestas; mitigando catástrofes e pandemias e executando inúmeras atividades subsidiárias.

Considerações finais

Ao finalizar, podemos afirmar que a evolução militar brasileira, aprendida por intermédio de suas instituições – tanto no período do Brasil Império como no Brasil República –, é um reflexo da evolução social, econômica e política brasileira, pois sua organização, desenvolvimento e modernização sempre visaram constituir um importante instrumento de apoio à solução dos problemas nacionais.

Verificou-se que, nesses 200 anos decorridos da nossa independência de Portugal, inobstante as influências da sociedade em vertiginosas transformações estarem promovendo mudanças na instituição militar, o Exército Brasileiro tem se mostrado capaz de conservar e transmitir às novas gerações seus valores, suas crenças e suas tradições a ponto de ainda poder ser percebido como o “Exército de Caxias”.

Referências

CPDOC-FGV. **Estudos Históricos**: Caminhos da Historiografia; Identidade Nacional; Memória. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1988/1; 1988/2; 1989/3.

RODRIGUES, José Honório. **Independência**: revolução e contrarrevolução. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

TAUNAY, Alfredo D'E. & ACCIOLI, Roberto B. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.

VANTAGENS DA ASSINATURA

- Alta qualidade das publicações, de interesse para militares e civis de diversas profissões, com temas de Relações Internacionais, História Geral e do Brasil, História Militar, Chefia e Liderança, Geopolítica, Ciência Política, Tecnologia de Defesa etc.
- Pagamento com desconto em relação à compra de exemplares avulsos.
- Comodidade de recebimento dos livros no endereço do assinante, via postal.

LIVROS DA COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- Tipos de assinatura:

A - versão completa contendo 10 livros - R\$250,00

B - versão compacta contendo 5 livros - R\$200,00

Ao efetuar sua solicitação à BIBLIEx, o novo assinante poderá escolher títulos editados no ano corrente ou em anos anteriores.

A partir do ano seguinte ao da assinatura inicial, passará a receber somente os títulos dos futuros lançamentos.

Além de livros, a BIBLIEx publica revistas digitais, disponíveis gratuitamente no *site*:

- REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO;
- A DEFESA NACIONAL; e
- REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.





Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br



ISSN 0011-7641

